



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 127

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

O Período de Tratamento de Assuntos Políticos iniciou-se com a apresentação dos votos entrados na Mesa:

- **Voto de Congratulação: Escola Profissional da Ilha de S. Jorge vence concurso nacional CurtMar 2015**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Apresentado o voto pela Sra. Deputada Paula Bettencourt (*PS*), usaram posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*) e a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela atribuição do Prémio Literário Vergílio Ferreira 2016 ao escritor açoriano João de Melo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação ao escritor João de Melo pela atribuição do Prémio Literário Vergílio Ferreira 2016**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter feito a sua apresentação a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

- **Voto de Saudação pelos 50 Anos da Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*), passou-se para a votação registando-se a aprovação por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

- **Voto de Saudação pelo 50.º Aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense Thomé Bello de Castro**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), seguindo-se a votação, tendo registado novamente a aprovação por maioria.

- **Voto de Protesto relativamente ao relatório sobre medidas de proteção e segurança nos edifícios escolares e dos seus utentes – incumprimento de prazo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usaram da palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Proferiu um protesto a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*), seguindo-se um contraprotesto por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

O voto em apreço foi rejeitado por maioria.

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Voto de Protesto contra as alterações discriminatórias à lei do asilo, realizadas pela Dinamarca](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Paulo Estêvão (*PPM*), Marta Couto (*PS*) e Paulo Ribeiro (*PSD*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento do historiador Prof. Doutor Walter Piazza](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Submetido à votação o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento da escultora Graça Costa Cabral](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi aprovado por unanimidade.

A leitura do voto coube novamente ao Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*).

Seguiu-se uma Declaração Política tendo para o efeito usado da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

No debate participaram os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com a continuação do debate do [Projeto de Resolução n.º 141/X – “Compromisso dos Açores no projeto europeu”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a António Marinho (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Zuraida Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi aprovado por maioria.

Seguiu-se a [Petição n.º 38/X – “Contra as portagens, taxas e tarifas da zona das caldeiras da Lagoa das Furnas”](#), apresentada por Teresa Elizabete Medeiros, na qualidade de 1.ª subscritora.

Após a apresentação do relatório da Comissão pelo Sr. Deputado José Ávila (PS), usaram da palavra as Sras. Deputadas Graça Silveira (CDS-PP), Benilde Oliveira (PS), Zuraída Soares (BE) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM), Aníbal Pires (PCP) e Jorge Macedo (PSD).

Novamente para fazer um protesto usou da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues), seguindo-se um contraprotesto por parte da Sra. Deputada Zuraída Soares (BE).

Para apresentação do [relatório final do Grupo de Trabalho “Análise e Avaliação das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças”](#), usou da palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (PS).

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Aníbal Pires (PCP) e as Sras. Deputadas Ana Espínola (CDS-PP), Judite Parreira (PSD), Graça Silva (PS) e Zuraída Soares (BE).

Sobre o mesmo tema usou da palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa).

Para um contraprotesto usou da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (PCP) e para um contraprotesto a Sra. Deputada Graça Silva (PS).

O [pedido de autorização para prestação de depoimento, como testemunha, do Deputado Lizuarte Manuel Machado, no âmbito do processo comum \(Tribunal Singular\) n.º 12/14.7T9SRQ, proveniente da Comarca dos Açores – Inst. Local – Sec. Comp. Gen. – J1, de S. Roque do Pico](#), foi aprovado por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovado o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 147/X – “Pronúncia sobre**

a fiscalização marítima na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, após a justificação da urgência pelo Sr. Aníbal Pires (*PCP*).

Apresentado o [Projeto de Resolução n.º 147/X – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Região Autónoma dos Açores”](#), pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Garcia (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Marta Couto (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos a continuação do debate e a votação transitaram para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer a chamada.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de **Melo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar com os votos como é habitual.

O primeiro é de Congratulação. Refere-se à Escola Profissional da Ilha de S. Jorge relativamente ao concurso nacional CurtMar 2015.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Paula Alexandra, do Partido Socialista.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Escola Profissional da Ilha de S. Jorge vence concurso nacional CurtMar 2015

A turma do segundo ano do Curso Técnico de Turismo, da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge venceu, no passado mês de janeiro, o concurso de curtas-metragens ambientais, CurtMar 2015, desenvolvido pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental, em parceria com a Escola Profissional do Alto Minho Interior e com a Associação Portuguesa do Lixo Marinho. A entidade promotora foi fundada em 1990, e tem como objetivo principal o desenvolvimento da Educação Ambiental no ensino formal e não formal.

No concurso CurtMar 2015, na categoria 17-19 anos, o vídeo vencedor foi “O Cagarro”, que foi escolhido pelo júri após a análise de 63 curtas-metragens, premiando o trabalho dos formadores e dos alunos do Curso Técnico de Turismo – Nível IV, Leodora Sousa, Inês Bettencourt, Margarida Amaral, António Amaral e Adriana Teixeira da Escola Profissional da Ilha de São Jorge. Este trabalho teve por objetivo dar a conhecer os perigos que a espécie em causa enfrenta e a forma como todos os açorianos podem contribuir para a

salvar. O vídeo apresentado é um vídeo alusivo ao percurso do Cagarro, desde o ninho até à procriação, passando pela sua vida em alto mar.

Ainda neste contexto, os formandos organizaram uma patrulha de salvamento de cagarros com o objetivo de mostrar o correto procedimento para salvar os cagarros perdidos, finalizando essa ação com a libertação destas aves em direção ao mar.

Na Região Autónoma dos Açores a preocupação na vertente da Educação Ambiental e na Conservação da Natureza é evidente, nomeadamente com a preocupação de salvar cagarros, espécie protegida por legislação regional e por convenções internacionais, que levou a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia a promover ano após ano a “Campanha SOS Cagarro”, operacionalizada pela Direção Regional do Ambiente.

Esta iniciativa tem como um dos principais objetivos envolver pessoas e entidades no salvamento dos cagarros juvenis, que foi bem retratada no vídeo “O Cagarro”, e que permitiu na última campanha, que decorreu entre 15 de outubro e 15 de novembro do ano transato, a participação de 255 entidades parceiras e mais de 4600 voluntários em ações de campo, concretizando a devolução ao mar de 4951 cagarros.

Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 17 de fevereiro de 2016, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista do primeiro lugar no concurso nacional de curtas-metragens ambientais pela turma do segundo ano do Curso Técnico de Turismo da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge.

Esta congratulação é extensiva a todos os formadores e formandos pelo trabalho desenvolvido na educação e formação ambiental, que culminou

com um prestigiante primeiro lugar, o que confere uma honra digna de ser relevada, projetando o nome da Ilha de São Jorge a nível nacional.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge, aos Alunos e Professores envolvidos, à Casa do Parque de São Jorge, à Assembleia Municipal de Velas e à Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, 17 de fevereiro de 2016.

Os Deputados: Paula Bettencourt, Berto Messias, Miguel Costa e André Rodrigues

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente associa-se a este voto. Mais uma vez o ensino profissional em São Jorge apresenta resultados de qualidade, prova da sua importância na formação dos jovens.

Este estabelecimento de ensino tem lutado contra tantas dificuldades financeiras, mas tem-se mantido estoicamente, administrando cursos que vão ao encontro das necessidades profissionais das empresas locais e não só.

Ao atrair jovens estudantes de outras ilhas gera economia e dinamiza no contexto estudantil a Ilha de São Jorge.

Parabéns aos alunos, aos professores e à Direção da Escola Profissional de São Jorge.

Muito obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o CDS-PP também se associará a este voto, mas informo a câmara que iremos apresentar um voto de igual teor.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se à atribuição do prémio de carreira literária a João de Melo. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pela atribuição de prémio de carreira literária a João de Melo

O Prémio Literário Vergílio Ferreira 2016 foi atribuído em janeiro ao escritor açoriano João de Melo.

Esta distinção merece a congratulação do Parlamento dos Açores. Por ser um prémio de carreira, por ser uma obra de mérito, por ser um filho das ilhas.

Primeiro, o Prémio.

É atribuído pela Universidade de Évora desde 1997 e destina-se a galardoar anualmente o conjunto da obra literária de um autor de língua portuguesa relevante no âmbito da narrativa e do ensaio.

Entre os anteriores premiados, contam-se Maria Velho da Costa, Mia Couto, Eduardo Lourenço, Augustina Bessa-Luís, Vasco Graça Moura ou Lídia Jorge.

Este ano, pela primeira vez, distingue a literatura com sabor açoriano.

Agora, a Obra.

João de Melo sentiu-se “gente feliz, sem lágrimas” pelo reconhecimento da sua carreira com 40 anos, 20 títulos, 10 prémios.

É autor de obras de ficção, ensaios, antologias, poesia, livros de crónicas e de viagens.

Está traduzido em Espanha, Itália, França, Holanda, Roménia, Bulgária, Estados Unidos, Hungria, Alemanha, Reino Unido, Sérvia e México.

Gente Feliz Com Lágrimas é a sua obra maior. Ganhou o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Fernando Namora, o Prémio Eça de Queirós, o Prémio Literário Antena Um e o Prémio Internacional Cristóvão Colombo. Foi adaptada ao teatro pelo grupo nacional “O Bando” e a telefilme pela RTP/Açores.

Mas tem também outras obras distinguidas, como *O Meu Mundo Não É Deste Reino* com o Prémio Dinis da Luz ou *Entre Pássaro e Anjo* com o Prémio Associação Cultural. E tem ainda outras obras de referência, como *Autópsia de um Mar de Ruínas* sobre a guerra colonial que viveu em Angola na primeira metade dos anos setenta.

Por fim, o Autor.

João de Melo nasceu no arquipélago dos Açores, na ilha de São Miguel, no concelho do Nordeste, na freguesia da Achadinha. Em 1949.

Aos 18 anos foi viver para Lisboa, como editor bibliográfico, crítico literário, professor dos ensinos secundário e superior. E durante nove anos viveu em Madrid, como conselheiro cultural da Embaixada de Portugal.

Mas João de Melo é, sobretudo um escritor. Nascido nos Açores, como revela a sua escrita. Dos melhores de Portugal, como demonstra o seu prémio.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pela atribuição do Prémio Literário Vergílio Ferreira 2016 ao escritor açoriano João de Melo**, do qual deve ser dado conhecimento formal ao próprio autor, à Universidade de Évora e ao Município do Nordeste.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Duarte Freitas, José Andrade, Luís Maurício e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é também de Congratulação, do Partido Socialista, referente também à atribuição do Prémio Literário Vergílio Ferreira 2016 ao escritor açoriano João de Melo.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO ESCRITOR JOÃO DE MELO
PELA ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO LITERÁRIO VERGÍLIO
FERREIRA 2016**

“Não posso nem devo disfarçar um sentimento de alegria íntima” – dizia João de Melo ao Diário dos Açores, a propósito do Prémio Vergílio Ferreira que lhe foi este ano tão justamente atribuído. Como ele, não podemos nem devemos disfarçar esse sentimento de alegria que de nós se apodera – apenas um pouco menos íntima do que a sua, porque a todos nós se estende, porque integra a nossa vivência conjunta, porque nos enche de uma honra coletiva.

Instituído pela Universidade de Évora em 1997, o Prémio Vergílio Ferreira pretende reconhecer o conjunto da obra literária de um autor de língua portuguesa que se destaque no género narrativo e/ou ensaístico. A notícia da sua atribuição, este ano, na sua 20.^a edição, chegou-nos no passado dia 20 de janeiro, e logo motivou reações públicas de grande contentamento. João de Melo passa a integrar, assim, uma lista de galardoados que conta com nomes cimeiros como os de Maria Judite de Carvalho, Mia Couto, Eduardo Lourenço, Agustina Bessa-Luis, Manuel Gusmão, Vasco Graça Moura ou Hélia Correia – para além, claro está, da notoriedade que se desprende do nome do prémio, numa homenagem a esse autor extraordinário e inesgotável, a esse milagre literário a quem *para sempre* deveremos obras-primas como *Para Sempre*, *Manhã Submersa* ou *Aparição*.

João de Melo nasceu na Achadinha, em São Miguel, no ano de 1949, tendo rumado a Lisboa no final da década de sessenta, e aí fixado a sua vida – não sem amiúde voltar, quer física e objetivamente, quer no âmbito literário, às suas

raízes. Desse regresso mais, por assim dizer, intangível, desse retorno assente na memória, é exemplo um dos seus títulos mais conhecidos, *Gente Feliz com Lágrimas*, adaptado à televisão em 2002 pelo igualmente incontornável José Medeiros. É dessa forma, por esses vários regressos, que João de Melo faz, no dizer do próprio, “das ilhas um lugar de todo o mundo”.

Já anteriormente galardoado com prémios de grande relevo – como o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Eça de Queiroz ou o Prémio Fernando Namora – foi agora a vez de o júri do Prémio Vergílio Ferreira, presidido por António Sáez Delgado e que este ano integrou Elisa Esteves, Gustavo Rubim, Carlos Reis e a escritora Lídia Jorge, distinguir a obra de João de Melo, que já em 2016, para nossa sorte, deu à estampa o seu novo título, *Os Navios da Noite*.

“Se este júri decidiu inscrever-me nesse caminho” – declarava João de Melo à Lusa, numa reação à atribuição do prémio – “pois então, muito bem, fecho-me no meu pequeno universo para olhá-lo um bocadinho para dentro, ver o que é que eu fiz dele e o que ele fez de mim e, em última análise, afirmar que vou, evidentemente, continuar a escrever, a publicar e a estar por aí”.

É assim, precisamente, que o queremos – “a escrever, a publicar e a estar por aí”, olhando o seu e o nosso universo. Devolvendo-nos, com o seu olhar literário e pleno de poesia, o mundo, os sítios, as pessoas, as histórias, os afetos... Para que, pela sua pena, nos seja menos solitária a viagem dos dias.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Saudação ao escritor João de Melo pela atribuição do Prémio Literário Vergílio Ferreira 2016. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento ao próprio e ao Presidente do Júri do Prémio, Professor António Sáez Delgado, da Universidade de Évora.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Os Deputados: Renata Correia Botelho, Berto Messias, Catarina Moniz Furtado e Graça Silva

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação refere-se aos 50 anos das Bodas de Ouro da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, Thomé Bello de Castro. É apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

50 Anos “Bodas de Ouro” da Tertúlia Tauromáquica Terceirense

“Thomé Bello de Castro”

Fundada a 22 de janeiro de 1966, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”, no passado dia 22 de janeiro celebrou 50 Anos “Bodas de Ouro”.

São 50 anos recheados de ricas e belas histórias.

O gosto pelo toiro, pela festa brava e pela tauromaquia está no sangue dos terceirenses, pese embora ultimamente seja uma atividade com algum desenvolvimento noutras ilhas da Região. A história confirma tudo isto, basta olharmos para a época taurina que se inicia a 1 de maio e termina a 15 de outubro de cada ano.

A partir das décadas de cinquenta e sessenta, foram aparecendo jovens amadores de qualidade, muitos deles começaram a demonstrar os seus dotes nas tradicionais touradas dos estudantes do Liceu de Angra do Heroísmo.

Existia o entusiasmo, mas havia a necessidade de criar uma instituição que pudesse acolher e unir todos e promovesse a festa dos toiros.

Foram realizadas algumas diligências para a criação de um clube taurino, sem sucesso.

Entre outras, estas foram algumas das razões que levaram a que se retomasse a iniciativa da fundação de uma Tertúlia Tauromáquica.

Neste sentido, havia interesse em que qualquer iniciativa tivesse a participação de aficionados de toda a ilha. Para facilitar a tarefa, o ganadeiro José Albino Fernandes propôs a realização de uma ceia na sua adega, nos Biscoitos, onde foram convidados aficionados de praticamente todas as freguesias da ilha.

A partir daí nasceu a ideia da criação da Tertúlia, tendo sido divulgado publicamente pela primeira vez.

Entretanto, um grupo de aficionados, composto pela senhora D.^a Maria João Ávila e pelos senhores Henrique Barcelos e Manuel Machado Cota, ultimavam a elaboração dos estatutos.

Naquela época as dificuldades eram muitas e a vários níveis, desde logo, para submeter os estatutos à aprovação, os mesmos tiveram que ser subscritos por aficionados cuja idoneidade fosse indiscutível. Sendo este grupo composto por trinta e um cidadãos que, em 22 de janeiro de 1966, assinaram o pedido de aprovação dos Estatutos, passando a constituir o núcleo de sócios da Tertúlia.

Entre tantos outros, apenas cito alguns nomes: José Albino Fernandes, Guilherme Manuel Areias Borges Cota, Manuel Machado Cota, Marcelo Borges Pamplona e João Luís Pamplona dos Reis.

Posteriormente, em 4 de abril de 1966, foi emitido o Alvará que aprovou os primeiros estatutos da Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”.

O nome de Thomé Bello de Castro, embora já falecido naquela data, era bem conhecido na ilha, particularmente pelos amantes da festa brava. Portanto, seria o mais indicado para patrono, aficionado e amador tauromáquico de grande prestígio e porque seria uma figura de consenso alargado que ajudaria a unir os amantes da festa, para além da merecida homenagem àquele grande ilustre aficionado terceirense.

Inicialmente a sede da Tertúlia ficou instalada no rés-do-chão da casa número 17, na Rua da Miragaia, em Angra do Heroísmo, com uma renda mensal, naquela época de 350\$00 (trezentos e cinquenta escudos), suportada inicialmente pelo ganadeiro José Albino Fernandes. Ali se manteve até à inauguração da atual sede social, em 1992, sita, junto à Praça de Toiros da Ilha Terceira.

A coletividade rege-se por um leque alargado de objetivos, dos quais passo a citar alguns:

- Manter vivo e com mais afinco o interesse dos seus associados pela Coletividade, na defesa da universalidade da Festa Brava;

- Apoiar iniciativas de comprovado interesse tauromáquico, nomeadamente o denominado Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense;
- Estabelecer protocolos com entidades oficiais ou particulares, com as suas congéneres nacionais ou estrangeiras, nas diversas iniciativas de comprovado interesse tauromáquico;
- Criar e dinamizar a escola taurina, promovendo formações específicas, bem como outras atividades de interesse tauromáquico.

Com empenho e dedicação dos seus associados e, sobretudo dos sucessivos órgãos sociais, com 50 Anos de existência, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense foi cumprindo com os seus propósitos e objetivos, afirmando-se no panorama taurino, sendo hoje uma referência a nível regional, nacional e internacional.

Com mais de mil associados, a Tertúlia Tauromáquica Terceirenses, conta no seu historial: a sua sede social onde consta a Biblioteca, Videoteca, Museu Taurino e o Grupo de Forcados, fundado em 1973.

Conta ainda com as seguintes realizações e participações:

- Boletim quinzenal no jornal local “Diário Insular”;
- Programa quinzenal de rádio “Aficion Atlântida”, em coorganização com o Rádio Clube de Angra;
- Revista anual “Festa na Ilha” é a única publicação taurina da Região de carácter regular, desde 1997;
- Sócio fundador e membro da Direção da Prótoiro – Federação Portuguesa de Tauromaquia;
- Representação da tauromaquia açoriana em eventos ou organismos tauromáquicos no continente português, como a Feira Nacional do Toiro, em Santarém;

- Membro da Comissão Regional de Tauromaquia, órgão consultivo da Direção Regional da Cultura.

Promoveu e executou o Projeto “Monumento ao Toiro”, sito, na Rotunda, junto à Praça de Toiros da Ilha Terceira, com a colaboração e apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e do Governos dos Açores. Inaugurado em janeiro de 2011 e Símbolo Cultural Açoriano.

Entre tantas outras organizações e participações, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense também tem sido distinguida e reconhecida pelo excelente trabalho que tem desenvolvido ao longo da sua história, nomeadamente, homenagens, galardões, votos de louvor e prémios.

A Tertúlia Tauromáquica Terceirenses de certa forma também tem contribuído para o desenvolvimento do turismo Regional, particularmente da Ilha Terceira, através da promoção e organização de eventos tauromáquicos, nomeadamente, congressos internacionais, como o Fórum Mundial da Cultura Taurina, colóquios, palestras e festivais, atraindo à Ilha Terceira e aos Açores, turistas e aficionados dos vários países da Europa, bem como dos EUA, do Canadá e do Brasil.

Para a comemoração das suas “Bodas de Ouro”, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”, histórica e nobre associação, tem previsto para este ano a realização de diversas atividades e eventos.

Felicitemos a Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”, pela comemoração das suas “Bodas de Ouro”. Desejando a continuação do excelente trabalho desenvolvido por todos, com muitos sucessos, na defesa e na promoção da festa brava, contribuindo, assim, para a manutenção das nossas raízes e tradições culturais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de 17 de fevereiro de

2016, a aprovação deste Voto de Saudação pelos 50 Anos da Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”.

Do presente voto de Saudação seja dado conhecimento à sua Direção.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Os Deputados: António Toste, Berto Messias, Francisco Coelho, Cláudia Cardoso, Domingos Cunha e Miguel Costa

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições. Sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma declaração de voto.

Presidente: Uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS votou convictamente este voto apresentado pelo Sr. Deputado António Toste Parreira.

Felicito-o por ter trazido aqui este voto à Tertúlia Tauromáquica Terceirense, voto esse que pelos vistos envergonhou alguns colegas que tiveram dificuldade em votar isso, e por isso ausentaram-se da sala, nomeadamente o Sr. Deputado Aníbal Pires e outros colegas da bancada socialista.

Queria também deixar aqui bem vincada a coragem da Deputada Zuraida Soares em assumir e votar contra frontalmente aquilo que discorda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Isso não é uma declaração de voto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos ao próximo voto. É de Congratulação referente também ao 50.º Aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense “Thomé Bello de Castro”.

É do PSD e para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50.º Aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense Thomé Bello de Castro

No dia 22 de janeiro do ano de 1966, foi fundada, em Angra do Heroísmo, por um grupo de 31 aficionados, de indiscutível idoneidade e oriundos de várias freguesias da ilha Terceira, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, denominada de Thomé Bello de Castro, em homenagem ao ilustre aficionado e amador tauromáquico terceirense de grande prestígio.

Numa ilha onde o gosto pelo toiro e pela cultura taurina se perde na bruma da memória e onde a afición é crescente, a criação desta instituição ficou a dever-se à necessidade de promover a união e a concentração de interesses num local privilegiado que pudesse aproximar todos, que promovesse e difundisse a Festa dos Toiros e que fosse ao encontro de todos quantos por ela se interessavam.

Os objetivos vertidos nos seus estatutos visavam manter o interesse dos seus associados pela defesa da universalidade da Festa Brava, bem como todas as festividades taurinas de cariz popular, apoiando iniciativas de comprovado interesse tauromáquico, nomeadamente o seu Grupo de Forcados.

Desenvolver atividades de divertimento e formação taurinas, na sua sede e estabelecer protocolos com congéneres nacionais e estrangeiras para iniciativas de comprovado interesse tauromáquico, eram também metas a alcançar pelos fundadores desta instituição.

O trabalho e a perseverança de todos quantos ao longo destes 50 anos por lá têm passado, nomeadamente os vários corpos diretivos que a têm gerido, permitiram concretizar os objetivos traçados e ser, atualmente, uma referência a nível nacional e internacional, pelo que, em 2005, lhe foi atribuído pelo Governo Regional o estatuto de utilidade pública, pelo seu contributo em prol do enriquecimento cultural e recreativo da Região Autónoma dos Açores, o que foi, indubitavelmente, um fator de prestígio e reconhecimento da sua importância.

Com um considerável número de associados, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, conta hoje com uma sede social e com um Grupo de Forcados e continua a exercer uma ação preponderante no desenvolvimento da tauromaquia, através de diversas iniciativas, levando o nome da Terceira e dos Açores muito para além dos limites geográficos da região.

Das suas inúmeras realizações e participações, destacamos o “Boletim Quinzenal” no Diário Insular, o programa quinzenal “Afición Atlântica”, na Rádio Clube de Angra, a revista anual “Festa na Ilha”, bem como a organização dos Festivais Internacionais dos Açores de Escolas Taurinas, com a presença de prestigiadas escolas internacionais.

A aposta na promoção e organização de diversos certames tauromáquicos, nomeadamente festivais, colóquios, palestras e congressos internacionais, como

o Fórum Mundial da Cultura Taurina e o IX Congresso Mundial de Criadores de Toiros de Lide, tem procurado promover a Terceira como destino turístico taurino em canais de televisão espanhóis e franceses, trazendo aos Açores turistas amantes da cultura taurina, contribuindo com isso para a divulgação das nossas ilhas e para o desenvolvimento da nossa economia.

Em 2011 promove e executa o projeto “Monumento ao Toiro – Um Símbolo Cultural Açoriano para o Mundo” que ofereceu a Angra do Heroísmo.

Pelo trabalho que tem vindo a desenvolver foi distinguida com prémios como o Prémio da Asociación Taurina do Senado Espanhol, o Galardão Prestígio do Clube Tauromáquico do Sector 1 de Lisboa e votos de louvor das Assembleias Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, bem como desta Assembleia Legislativa Regional.

Felicitemos a Tertúlia Tauromáquica Terceirense pela comemoração das suas Bodas de Ouro e desejamos que continue firme no seu propósito de defender e promover a Festa Brava, contribuindo, assim, para a perenidade das nossas tradições e raízes culturais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário da Tertúlia Tauromáquica Terceirense Thomé Bello de Castro e que, do mesmo, seja dado conhecimento à sua direção.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Duarte Freitas, Luís Rendeiro, Luís Garcia e Judite Parreira

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Aproveito para informar a câmara que estão nas galerias alunos da Escola Profissional da Horta a quem saúdo em nome desta Assembleia. Sejam bem-vindos.

(Aplausos da Câmara)

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: O próximo voto é apresentado pelo PSD. É de Protesto e é referente ao Relatório sobre Medidas de Proteção e Segurança dos edifícios escolares e dos seus utentes – incumprimento do prazo.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Protesto

Em outubro de 2014 o Parlamento dos Açores considerou que a segurança dos utentes das escolas é matéria que deve estar na primeira linha das preocupações dos responsáveis políticos e dos órgãos de gestão do sistema educativo regional. E desse modo reconheceu a importância primordial que assume o cumprimento de normas e procedimentos nos domínios da segurança contra incêndios, a

prevenção de situações de risco, a existência de planos de segurança e evacuação das escolas e o treino dos utentes das escolas para situações de emergência.

Apesar da existência de legislação regional, que remonta a 2005, determinando que os estabelecimentos escolares devem ser sujeitos a inspeções regulares, não superiores a dois anos, e que os planos de segurança e evacuação das escolas devem ser testados pelo menos uma vez em cada ano escolar, apesar disso, dizia, a realidade é bem diferente.

Segundo dados do próprio Governo Regional, em outubro de 2014, só 20% das escolas dos Açores tinham planos de segurança e evacuação, 64% nunca haviam sido sujeitas a uma inspeção do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e 82,7% das escolas não tinham realizado no último ano letivo nenhuma ação para testar os seus planos de evacuação.

Tal situação de negligência, ou no mínimo de indiferença, perante os procedimentos de segurança a observar nas nossas escolas, frequentadas por mais de quarenta mil alunos, além de professores e pessoal não-docente, motivou a unanimidade em torno de uma Resolução do PSD que recomendava ao Governo Regional um conjunto de medidas, visando repor os níveis de segurança e confiança que são exigíveis, necessários, na comunidade escolar dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Segundo a Resolução em apreço, o Governo Regional devia dar instruções a todas as unidades orgânicas no sentido da realização anual de exercícios no domínio da segurança e evacuação, garantir a existência de planos de segurança e evacuação em todas as escolas, e bem assim sujeitar todos os edifícios a uma inspeção pelos serviços da proteção civil.

E em corolário de tudo isto, devia entregar ao Parlamento, até 31 de dezembro, relatório discriminado, por unidade orgânica, das iniciativas desenvolvidas neste domínio no ano letivo anterior.

Ora, o ano letivo terminou em agosto de 2015; já lá vão mais de cinco meses. E decorreu, entretanto, um mês e meio sobre o prazo fixado para o Governo Regional entregar o citado relatório às Sras. e Srs. Deputados.

O prazo não foi cumprido. E passado todo esse tempo, nada foi dito, explicado ou justificado.

O Parlamento foi, portanto, mais uma vez desrespeitado. E se noutras circunstâncias esse desrespeito se situa num plano meramente político, sem outra consequência que não seja o descrédito e a evidente irresponsabilidade de quem assim procede, neste caso acresce a tudo isso a dúvida sobre a segurança nas escolas dos Açores, em situação de emergência ou de catástrofe.

Desrespeitar o Parlamento e não cumprir com as suas recomendações em matéria de segurança nos estabelecimentos escolares, são atos verdadeiramente graves que, em consciência, reclamam e justifica o protesto de quem aqui representa o Povo dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Os Deputados: António Marinho, Duarte Freitas, Joaquim Machado, Luís Rendeiro e Luís Garcia

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

(* **Deputado Manuel Pereira (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A segurança dos utentes nos edifícios escolares da nossa Região é uma preocupação de todos e a Resolução que aqui foi aprovada em 2014, a Resolução 27, também foi aprovada pelo Partido Socialista.

Sabemos que foram dadas instruções a todas as unidades orgânicas e tem sido feito um trabalho (e já tive oportunidade de confirmar) digno de realço que em nada poderá colocar em causa a dúvida levantada pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

Temos que assumir efetivamente quando há falhas e a falha que existe é que o relatório está pronto, está concluído, mas não foi ainda remetido.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já está concluído!?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Conhece o relatório?

O Orador: Logo que chegue a esta Casa, naturalmente as dúvidas que o Sr. Deputado Joaquim Machado lançou, e o PSD, deixarão de ter razão de ser.

Por essa razão o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vai associar-se a este Voto de Protesto.

Disse.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta intervenção muito breve da bancada do Partido Socialista não pode ter outra interpretação que não seja o evidente incómodo do Partido Socialista perante este Voto de Protesto, oportuno e justo.

E o incómodo do Partido Socialista leva a afastar-se da verdade e a enveredar por caminhos que não dignificam nem quem interveio,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): A começar por si!

O Orador: ... nem a bancada que representa,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nem este Parlamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se efetivamente o relatório que o Governo Regional devia ter apresentado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Secretário da Educação não está! Está doente!

O Orador: ... remetido a este Parlamento, até ao dia 31 de dezembro, estivesse pronto, quando o Voto de Protesto do PSD deu entrada e...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não está pronto!

O Orador: ... foi distribuído à bancada do Governo, de imediato o que se impunha era que a Secretaria Regional da Educação e Cultura o tivesse remetido de imediato, por via eletrónica, para estar disponível neste momento a todas as Sras. e Srs. Deputados.

E se isso não acontece é porque é mentira ...

Deputados Cláudio Almeida e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o que o Sr. Deputado Manuel Pereira aqui afirmou há instantes.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Uma afirmação grave!

O Orador: O PSD tem informações que reportam nomeadamente a circunstância de só no fim do mês de dezembro, quando efetivamente o relatório já devia ter estado...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Nesta Casa!

O Orador: ... concluído e apresentado neste Parlamento, é que a Secretaria pediu a alguns estabelecimentos de ensino um relato das ações desenvolvidas nesses mesmos estabelecimentos de ensino, o que significa que no dia 31 de dezembro efetivamente o relatório não estava concluído...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E então Manuel Pereira?

O Orador: ... e o Governo Regional desrespeitou a Sra. Presidente, desde logo na pessoa de V. Exa. e em todos nós, este Parlamento, que representa dignamente o povo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas há mais coisas aqui para se dizer sobre isto. É que também é falso o que o Sr. Deputado Manuel Pereira afirma quando diz que está o Partido Socialista e o Governo Regional muito empenhado nesta matéria. É absolutamente falso!

Deputado Manuel Pereira (PS): É a sua opinião!

O Orador: Não é a minha opinião. São as circunstâncias e os factos que assim o dizem, porque a legislação regional é de 2005 e em 2014 a situação era aquela que eu pude descrever: apenas 20% das escolas dos Açores, uma em cada cinco, é que dispunha de Plano de Emergência e de Evacuação.

Mas mais do que isso. É que essa situação verificava-se e continua a verificar-se hoje, passados 10 anos, quando a própria legislação, que é da autoria do Governo Regional, previa que tudo isso se fizesse, não nos 10 anos que decorreram daí até agora, mas apenas em 6 meses.

Mas mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já chega! Isto é uma desanca total!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Grande coça!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem mais! Tem mais!

O Orador: Em 2014, quando o PSD aqui fez aprovar, por unanimidade, uma recomendação ao Governo Regional para finalmente dar cumprimento a legislação de 2005, na nossa proposta inicial, fixávamos o dia 30 de setembro para apresentação do relatório.

O Partido Socialista e o Governo Regional, na avaliação que fizeram, acharam que esse prazo era curto. Era um prazo que de algum modo dificultava o trabalho das escolas e propuseram ao autor da proposta, que foi o Grupo Parlamentar do PSD, que alterasse esse período, para efeitos de remissão do relatório ao Parlamento, para o dia 31 de dezembro.

O PSD, com boa vontade, empenhado efetivamente na aprovação desta recomendação ao Governo Regional, porque a questão da segurança dos nossos filhos, das crianças, jovens e adolescentes dos Açores nas escolas é uma questão fundamental, com toda a abertura fez a alteração.

Essa alteração até suscitou o agrado do Secretário Regional da Educação...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Estou a terminar, Sra. Presidente.

... que em plenário disse o seguinte:

“Por fim, houve também um progresso [estou a citar] e é substancial, que foi, portanto, o adiamento de 30 de setembro para 31 de dezembro da obrigatoriedade da apresentação anual de um relatório sobre estas matérias”.

Portanto, o Sr. Secretário Regional da Educação manifestou o seu agrado e classificou até de um progresso substancial o facto de termos passado o prazo para apresentação do relatório de 30 de setembro para 31 de dezembro.

Qual não é o nosso espanto que não só esse prazo foi esgotado, como se passou mais um mês e quinze dias e o relatório está pronto, mas não está no Parlamento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas que chatice! Que azar!

O Orador: Sra. Presidente, isto é de tudo...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... inqualificável.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Só me resta dizer, em conclusão, que esta negligência do Governo Regional, ao não cumprir a legislação de 2005 sobre Segurança e Prevenção nas Escolas, esta negligência do Governo Regional ao não cumprir os prazos fixados por esta Assembleia, justifica este protesto.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: E este protesto devia ser também extensível à irresponsabilidade e superficialidade com que o Partido Socialista atua sobre esta matéria.

Disse.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar a Mesa de que efetivamente o relatório está concluído.

Os serviços do meu Gabinete estão neste momento a providenciar para que ele seja imediatamente remetido à Assembleia.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É preciso o PSD trazer um voto de protesto para a senhora vir dizer que está concluído e que vai ser entregue na Assembleia!

Presidente: Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária está no uso da palavra. Faça favor, Sra. Secretária.

A Oradora: Acrescendo a esta informação, que julgo pertinente transmitir à Mesa neste momento, gostaria, Sra. Presidente, de lhe transmitir também que o Governo lamenta este lapso,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É um pedido de desculpas! Fica-lhe bem, Sra. Secretária!

A Oradora: ... mas tudo faremos para que dentro do mais breve espaço de tempo possível o relatório esteja nos serviços da Assembleia e possa ser distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Apenas porque julgo ser pertinente, tendo em conta a matéria que está aqui a ser discutida, informar a câmara que o Grupo Parlamentar chamará o Sr. Sr. Secretário da tutela...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): À Comissão!

O Orador: ... e também o Serviço Regional de Proteção Civil à Comissão competente para que possam dar às Sras. e aos Srs. Deputados todos os esclarecimentos que entenderem necessários sobre aquilo que consta deste tão importante relatório sobre a segurança dos edifícios escolares dos Açores, para

que não restem dúvidas dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos nesta matéria pelas nossas escolas.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vamos ver!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso tem um significado político!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado para uma interpelação, deduzo eu.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD não pode deixar de expressar, eu não diria o seu espanto, porque este Governo Regional e esta maioria velha de 20 anos já não me surpreenderiam.

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma interpelação à Mesa.

O Orador: Estou a fazer o enquadramento da interpelação, se me permitir.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não há enquadramento! É o Regimento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado está a fazer uma interpelação à Mesa. Fico aguardar a sua informação para que possamos continuar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Joaquim Machado...

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Estava a dizer que este Governo Regional e esta maioria de 20 anos já não surpreendem...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Interpelação, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é cassette!

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, mas tenho que utilizar o mesmo critério que uso nas outras bancadas. Tem que fazer a sua interpelação.

O Orador: O PSD informa V. Exa., Sra. Presidente, de que está de facto satisfeito por, nas duas iniciativas que teve sobre esta matéria, ter feito despertar o Governo Regional de um longo, longo, longo sono...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso é uma interpelação?

O Orador: ... sobre matéria de segurança e comunicar a V. Exa. de que o PSD participará com muito agrado nessa audição do Sr. Secretário Regional da Educação, que agora constantemente é chamado pelo Partido Socialista à Comissão de Assuntos Sociais para explicar o que em tempo útil não explicou...

Presidente: Sr. Deputado, não deverá fazer esse tipo de consideração.

O Orador: ... aos Deputados e aos açorianos.

Obrigado.

Presidente: Fica registado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão inscreveu-se para o debate?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é para se inscrever no debate?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa aqui pelo meu lapso. Estava distraído, mas estava a ler o Voto de Protesto.

Deputado Berto Messias (PS): Não!

O Orador: Estava, estava, Sr. Deputado! Tenha calma que o senhor de vez enquanto também lhe sucedem episódios destes.

Deputado Berto Messias (PS): Não! Mas ao senhor costuma a acontecer!

O Orador: Ah, nunca! Pronto! É só a mim!

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

O Orador: Devo dizer o seguinte:

O Partido Socialista e o Governo Regional, sobretudo nestas questões o Governo Regional, está nesta fase final da Legislatura a não comportar-se da forma democrática que exigem as nossas regras e exigem as regras da Democracia em geral.

São requerimentos que não são respondidos dentro do prazo legal;

São relatórios que não são publicados dentro do prazo legal;

São informações que são solicitadas pelos Deputados que não são referenciadas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade!

O Orador: Muitas vezes podemos observar por parte de alguns dos Membros do Governo do Partido Socialista ataques contra o Parlamento, contra aquilo que aqui se está a discutir e as medidas que aqui são apresentadas.

Portanto, esta fase final do Governo de 20 anos do Partido Socialista está a ser uma fase em que se estão a notar cada vez mais episódios lamentáveis de falta de Democracia e de falta de cumprir as regras que são as regras da Democracia.

Por isso eu considero que este Relatório sobre as Medidas de Proteção e Segurança nos Edifícios Escolares não se resolve obviamente chamando o Membro do Governo que está em incumprimento para dar explicações.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não! Vamos chamá-lo a si para dar explicações!

O Orador: O que o Governo tem que fazer ainda hoje é publicar o relatório, já que acabou de afirmar que o tem e que está disponível, está à distância de um clique.

Por isso o que o Governo Regional tem que fazer é imediatamente disponibilizar essa informação.

Deputado Duarte Moreira (PS): O senhor não ouve bem!

O Orador: Isso é o que o Governo tem que fazer.

Esta história do Governo não se deixar fiscalizar, de não responder aos requerimentos que tem obrigação no prazo de 60 dias de responder, é lamentável e é inaceitável.

Este comportamento é um comportamento recorrente que não é aceitável por parte do Parlamento dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para um protesto, Sra. Presidente, uma vez que o Governo foi acusado de não cumprir as regras democráticas e não se deixar fiscalizar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se calhar se tivesse feito o seu trabalho não necessitava de vir aqui protestar!

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária, para um protesto.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai protestar contra o Governo!

A Oradora: Permitam-me que use uma expressão popular: “quem não se sente não é filho de boa gente!”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado acabou de acusar o Governo de não cumprir as regras democráticas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está o exemplo aqui!

A Oradora: ... de não se deixar fiscalizar, quando me parece que não acontece aqui, e bem, outra coisa se não esta todos os dias.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo “acordou” agora!

A Oradora: Aquilo que aconteceu com este relatório foi um lapso pelo qual o Governo já pediu desculpas à Mesa, tendo garantido que o relatório será ainda hoje disponibilizado às Sras. e aos Srs. Deputados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é que não é só este. É este e outros!

A Oradora: Não posso aceitar que o Sr. Deputado venha acusar o Governo de não cumprir as regras democráticas quando este Governo tem mantido sempre uma taxa muito próxima dos 90% na taxa de resposta a requerimentos (é verdade!), participa de todas as iniciativas a que é chamado pelas Sras. e pelos Srs. Deputados, adotando sempre uma postura democrática e de colaboração como é seu dever.

Não poderia por isso, Sra. Presidente, deixar de pedir a palavra para rejeitar as acusações que nos foram dirigidas pelo PPM.

Muito obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só faltou dizer que o Governo tem um *superavit* de resposta a requerimentos da oposição!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem direito a um contraprotesto. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A única taxa aceitável é uma resposta de 100%! Não é 90%, nem 80%. O Governo tem a obrigação de responder a todas (a todas!) as perguntas e a todas as informações que vos são remetidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a sua função!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: A única taxa aceitável em Democracia é 100%.

Eu vou provar as afirmações que acabei de fazer.

A afirmação que acabei de fazer em relação ao relatório: há um incumprimento, claríssimo, em relação a esta matéria.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O Governo já assumiu! Pelo amor de Deus!

O Orador: Outro, por exemplo:

Tenho um requerimento, que já solicitei a semana passada, em relação a uma iniciativa que apresentei neste Parlamento. Já denunciei que o prazo foi superado em mais de 20 dias. Há um projeto que aqui apresentei que está a ser apreciado e aquela informação é fundamental para que o Parlamento possa discutir com propriedade aquela matéria.

Depois de ter denunciado presencialmente, o Governo Regional continua por dar as informações que lhe foram, do ponto de vista legal e que tem a obrigação legal de responder, solicitadas e que os senhores continuam sem dar.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O senhor anda distraído!

O Orador: Não é distração.

A reunião foi a semana passada e eu disse-lhes. Há 20 dias que os estão em incumprimento.

Hoje a Sra. Secretária chega aqui e diz: bom, foi um lapso!

E em relação aos requerimentos que não estão respondidos, cuja denúncia já foi feita cara a cara no âmbito das comissões? Também é distração? Ou de facto é um assunto que os senhores têm conhecimento e continuam a não responder, desrespeitando, torno a repetir, o Parlamento dos Açores?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para uma interpelação? Tem a palavra.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção em protesto da Sra. Secretária Regional suscitou-me uma dúvida.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado...

O Orador: Estou a fazer uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Uma dúvida?

O Orador: Suscitou-me uma dúvida e vou colocar uma questão a V. Exa..

A Sra. Secretária diz que o Governo Regional cumpre todos os prazos.

Eu pedia a V. Exa., Sra. Presidente, para saber se o Governo Regional entregou neste Parlamento a resposta a um requerimento do PSD, do dia 17 de julho de 2013...

Deputado Duarte Freitas (PSD): 2000 e quê?

O Orador: 2013! Já lá vão 35 meses (vou dizer qual é o objeto para V. Exa. me poder responder) quando o Regimento prevê apenas dois para resposta.

... solicitando apenas isto: cópia (portanto, é um problema de fotocopiadora) de atos inspetivos feitos pela Inspeção Regional a várias instituições da Região, entre elas escolas e câmaras municipais em vários anos.

Deputado Berto Messias (PS): Santa paciência!

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado...

O Orador: Saber, Sra. Presidente, se esse pedido feito em requerimento há 35 meses...

Presidente: Eu já percebi a sua pergunta.

O Orador: ... se foi ou não cumprido.

Presidente: Eu já percebi a sua pergunta.

O Orador: Em função da sua resposta nós concluiremos que a Sra. Secretária...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, eu já percebi...

O Orador: ... fez aqui um ato de mera especulação e propaganda ou apenas se remeteu à verdade dos factos.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, não pode, na figura de interpelação, tecer considerações aos comentários e às intervenções anteriores.

Eu já percebi a sua pergunta.

Naturalmente, e como deverá compreender, eu não faço ideia, neste momento, de quantos requerimentos já foram respondidos e quais em concreto.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por acaso devia!

A Oradora: O que posso fazer é pedir aos serviços que me façam chegar essa informação e farei com todo o gosto chegar a si a informação, se esse requerimento já foi ou não respondido.

Como deve compreender, em 400 e tal requerimentos que já foram feitos até à data de hoje, eu não sei de cor aqueles que foram ou não respondidos. Mas farei entregar-lhe a si a resposta. Vou pedir aos meus serviços que providenciem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fico a aguardar e agradeço muito a sua diligência.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira pediu a palavra para intervir. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão que o PSD hoje trouxe aqui sobre as questões de segurança nos edifícios escolares, devo lembrar que há um ano o CDS questionou o Governo exatamente sobre esta matéria, porque foi feito e publicado na altura um relatório sobre as questões de higiene e segurança nas escolas, nos novos edifícios escolares, no novo parque escolar que o Partido Socialista tanto se orgulha de ter construído, e (pasmem-se!) 60% dos edifícios escolares eram considerados como maus em termos de condições de higiene e segurança.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maus!

A Oradora: Na altura questionei diretamente o Sr. Secretário.

Aquilo que o líder da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nos vem oferecer agora,...

Deputado Berto Messias (PS): Não ofereci nada, Sra. Deputada!

A Oradora: ... de que iremos ouvir o Sr. Secretário sobre a matéria, na altura, o Sr. Secretário, questionado diretamente, desconhecia totalmente esta situação. Ainda perguntou-me: mas diga-me lá, Sra. Deputada, que escolas são essas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está na moda!

A Oradora: Ou seja, o Sr. Secretário que tutela estes assuntos, que deve ser responsável pela segurança das escolas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... uma vez questionado pelo CDS por que é que mais de 60% das escolas eram consideradas como más em termos de condições de higiene e segurança, ainda pediu para ser o CDS a dizer quais eram as escolas que se encontravam nessas condições.

Portanto, não é uma responsabilidade.

Pode ir ver ao Diário das Sessões. Isto passou-se aqui.

Isto mostra claramente o que é que este Governo tem feito pela segurança das nossas escolas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Já agora, em termos da falta de cumprimento dos prazos nas respostas aos requerimentos, eu devo lembrar que não são assim tão poucos quanto isso.

O CDS continua à espera de um requerimento que fez em agosto passado. Portanto, já passou imenso tempo das respostas que deveriam ter sido dadas atempadamente no espaço de 60 dias e até hoje continuamos à espera.

Isto demonstra a celeridade com que o Governo responde aos Deputados desta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Passados mais de 10 anos sobre a publicação de legislação que obriga, e bem, as nossas escolas a terem planos de emergência de evacuação, a procederem anualmente ao treino dos seus utentes para situações de emergência, ainda hoje,

em consciência, ninguém pode responder se os nossos alunos estão em segurança nessas circunstâncias quando elas ocorrerem nas nossas escolas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Passados 16 meses sobre a aprovação por unanimidade de uma recomendação ao Governo Regional para dar instruções às unidades orgânicas para elaborar um relatório que faça o relato das iniciativas realizadas durante o ano letivo, bem como assim a avaliação dessas ações, o relatório não chegou. Não chegou e o Governo Regional não se dignou a explicar, nem a justificar esse incumprimento. Isso não pode significar outra coisa que não seja um sentido de impunidade e de arrogância que caracteriza 20 anos de governação.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Passados 16 meses mantém-se a pergunta feita então pela Sra. Deputada Ana Espínola: os nossos filhos estão seguros nas escolas dos Açores?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Estão sim senhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até hoje não deram resposta!

O Orador: Em consciência, na falta dos relatórios, ninguém pode responder. Se isso não tem qualquer implicação moral é no mínimo politicamente censurável e foi isso que nós aqui fizemos.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra porque considera (reconheceu e foi aqui reconhecida a falha que existiu no envio do relatório) que o trabalho que está a ser feito é uma prova de segurança que todos nós temos e a preocupação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, olhe que não é fácil!

O Orador: Sr. Deputado, tenha calma!

... que temos com a segurança dos alunos e de todos os utentes nos edifícios escolares.

Deputado Berto Messias (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, como aqui já foi dito, o relatório oportunamente chegará e vai ter oportunidade para desmentir.

Uma vez que o Sr. Deputado Joaquim Machado está tão preocupado com estas matérias, gostaria que fizesse uma visita ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, pois aí tomaria conhecimento *in loco* de todo o trabalho que está a ser feito em termos de segurança dos nossos alunos e da população em geral.

Penso que é uma visita que deve fazer, porque assim ficará elucidado sobre muitas questões.

Muito obrigado.

Deputados André Rodrigues e Berto Messias (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou a favor do Voto de Protesto porque considera que o protesto se justificava. O que é estranho é que outras forças políticas, considerando que é verdade a matéria que é abordada no Voto de Protesto, e até pedindo desculpas por não ter apresentado o relatório que tinham que apresentar e que existia o compromisso legal de o apresentar, depois tenham votado contra o protesto.

Portanto, nesse sentido, da nossa parte o que existiu foi o reconhecimento do problema e o reconhecimento que existiu aqui uma falha por parte do Governo.

Portanto, votámos a favor do protesto.

Outras forças políticas reconheceram essa falha, mas votaram contra o protesto, o que significa que afinal esse pedido de desculpas pode não ter sido tão sincero como parece.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições, vamos então passar ao próximo Voto de Protesto.

É do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom dia!

Voto de Protesto

A falta de resposta europeia ao número crescente de refugiados demonstra como estão em causa os valores fundacionais da União Europeia.

São países da União Europeia que erguem muros para impedir homens, mulheres e crianças de encontrar abrigo, enquanto fogem da guerra e do morticínio de que são vítimas.

Numa Europa que festejou – e bem! – a queda de muros é, hoje, muito elucidativo o crescimento da xenofobia, por todo o seu espaço, bem como a construção de novos muros, quer sejam físicos, quer sejam normativos.

O Espaço Schengen está em risco e a livre circulação de pessoas está posta em causa, mesmo para oriundos desse mesmo espaço. Tudo isto é muito claro no projeto negocial apresentado, pela Comissão Europeia, ao Reino Unido, onde é assumido que a nacionalidade é um critério de recusa de apoios, disponibilizados pelos serviços de proteção social do Reino Unido.

Se a democracia nunca foi, de facto, apanágio desta construção Europeia em que vivemos, a consagração de uma União Europeia xenófoba, nem é 'união', nem é 'europeia' e muito menos, ainda, 'democrática'.

O corolário deste caminho aconteceu no passado dia 26 de janeiro, com a aprovação de alterações à lei dinamarquesa de asilo. A proposta de lei em causa, agora chamada de Lei das Joias, atribui poderes às autoridades dinamarquesas, para revistar os requerentes de asilo e confiscar-lhes bens e dinheiro, acima dos 1.340 euros, para que, alegadamente, "possam cobrir as suas despesas".

Esta decisão, além de violar as Convenções Internacionais, das quais a Dinamarca foi um dos países promotores e signatários, é, sobretudo, um atentado à dignidade humana.

A aprovação desta legislação fez soar as campainhas de alarme, na ONU, na União Europeia, na Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), na Amnistia Internacional e em numerosas Organizações Não Governamentais.

Esta atitude só tem paralelo, na história europeia, em tempos passados, os quais (como todos/as bem nos lembramos) levaram a Europa e as democracias a levantarem-se, contra estes atropelos aos mais elementares direitos humanos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Protesto, contra as alterações discriminatórias à lei do asilo, realizadas pela Dinamarca.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Embaixada da Dinamarca, em Lisboa, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e à Assembleia da República.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Disse.

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda: Zuraida Soares

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado Paulo Estêvão, não acredito que não fale nas medidas aplicadas pela Escandinávia!

Presidente: Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, eu avisei-o!

O Orador: ... Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como fui desafiado pela câmara para falar, aqui estou, porque nunca fujo às minhas responsabilidades.

Devo dizer que vou votar favoravelmente o Voto de Protesto do Bloco de Esquerda.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então podes sentar-te!

O Orador: Devo dizer que o faço registando realmente estranheza em relação à política que tem vindo a ser desenvolvida pela Dinamarca, porque a Dinamarca é um país absolutamente exemplar.

Do ponto de vista das políticas sociais e dos avanços civilizacionais, a Dinamarca é uma democracia exemplar na Europa.

Há, de facto, como a Sra. Deputada disse e muito bem, uma deriva em muitos países da União Europeia, em relação a estas matérias, que contradiz o papel que desempenharam esses Estados ao longo de muitas décadas.

Falo da Dinamarca ou até da própria Suécia.

Todos estão recordados que, por exemplo, a Dinamarca foi um dos países que acolheu os refugiados políticos da ditadura portuguesa entre as décadas de 30, 40, 50, 60 e 70.

Portanto, é um país que quando estávamos em ditadura recebeu muitos dos refugiados políticos de Portugal e de muitos outros países.

A Dinamarca tem muitos bons pergaminhos do ponto de vista da democracia, em relação aos direitos das mulheres, em relação às políticas que tem desenvolvido do ponto de vista humanitário.

De facto, é incompreensível, e eu reconheço que é uma estranheza, o que muitas forças políticas em Portugal tiveram em relação ao posicionamento da Dinamarca nesta matéria. De facto, é inaceitável.

O Sr. Embaixador da Dinamarca disse que o que está a ser exigido em relação aos 1.300 euros é a mesma coisa que é exigida a qualquer cidadão, ou seja, se há um cidadão dinamarquês que pede um apoio ao Estado Dinamarquês, pede apoio e ajuda, esta legislação é-lhe aplicada.

Mas a diferença que eu considero que aqui é fundamental, é a seguinte: é que quem está numa situação de refugiado se encontra numa situação muito vulnerável, é uma situação absolutamente diferente em relação à situação que enfrentam outras pessoas, outros cidadãos da Dinamarca.

Portanto, nesse sentido, eu considero que é algo absolutamente condenável, é uma deriva, sucedem mesmo nas melhores democracias e em relação a este comportamento este Voto de Protesto do Bloco de Esquerda tem toda a razão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Dinamarca representa uma democracia bastante dinâmica tendo sido até pioneira em muitos avanços civilizacionais, como aqui bem apontou o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Não se percebe efetivamente esta postura face aos refugiados que chegam àquele país e a adoção de medidas de caráter avulso, neste caso, não poderá ser de modo algum a resposta a adotar para aquilo que se afigura uma situação excecional e de excecional delicadeza.

Estamos a falar de seres humanos que atravessam provavelmente a pior altura das suas vidas e é precisamente aqui neste momento que se deve elevar um dos mais fundamentais princípios da União Europeia, o da solidariedade para com quem necessita.

O PS já na Assembleia da República manifestou a sua posição a esta medida tendo chamado o Embaixador da Dinamarca para se pronunciar sobre esta decisão, tendo os Deputados do PS considerado efetivamente insuficiente as explicações que foram dadas a nível da justificação para o confisco de bens dos refugiados, tendo sido posteriormente aprovado um voto de condenação pela aprovação daquela legislação.

O Partido Socialista acredita que é assim a hora de uma união em torno de princípios tão importantes e basilares como o da solidariedade e do primado da inclusão daqueles que agora mais do que nunca necessitam de uma Europa que se diz unida e que ainda, desse modo, tem que o verdadeiramente demonstrar.

O Partido Socialista associa-se naturalmente ao voto do Bloco de Esquerda.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os princípios da solidariedade e do respeito pelos direitos humanos são pilares basilares da construção europeia e desta Europa a que nós nos orgulhamos de pertencer.

Neste caso em particular, e em especial, estamos a falar de pessoas que fogem da guerra, das atrocidades dela decorrentes e de regimes opressivos e totalitários.

O PSD obviamente não poderia apoiar aquilo que foi a decisão do Governo da Dinamarca, pelo que se associa a este Voto de Protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas acrescentar àquilo que já foi dito o seguinte:

Sinto-me honrada, enquanto cidadã, enquanto Deputada e enquanto Representante do Bloco de Esquerda, por a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se associar a, digamos, uma onda de protesto e de indignação que cobre algumas organizações, entidades e até países.

Mas gostaria de recordar também a esta Câmara que a Dinamarca não é só o “patinho feio”, nem o único.

A Suécia, a Holanda, a Finlândia, a Polónia, a Hungria, e outros, são países que se associam a esta onda de xenofobia provocada pelo medo.

O medo, de facto, como diz o povo, é o pior conselheiro e o medo, pouco a pouco, está a matar os direitos humanos que tantas gerações e tantos sacrifícios nos levaram a construir.

Dizer também que aquilo que nós enfrentamos é, de facto, um retrocesso civilizacional, de consciência universal e sobretudo europeia, sem precedentes e

que a nossa atenção, o nosso cuidado, a nossa indignação e a nossa voz não se deverá calar em nenhuma circunstância enquanto estas situações continuarem a ocorrer.

Dizer também que para o Bloco de Esquerda, e mais uma vez com honra, verifica que, para toda a Assembleia Legislativa dos Açores, o direito de asilo não se vende e não se compra.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia e cinco.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à apresentação dos votos, neste caso, os Votos de Pesar.

Eram 12 horas e 17 minutos.

O primeiro refere-se ao falecimento do historiador Walter Piazza. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do historiador Walter Piazza

A ilha de Santa Catarina foi a melhor forma que Deus encontrou para tornar o sul do Brasil um pouco menos longe dos Açores e muito mais parecido com o seu arquipélago paterno.

Percorridos quase 10.000 quilómetros, passados quase 300 anos, ali ainda estamos como somos: com sangue açoriano em sotaque brasileiro.

Tudo começou em 1748, quando milhares de açorianos venceram a distância do mar para povoarem o vasto sul da colónia brasileira a mando da coroa portuguesa.

Ao longo dos 500 quilómetros litorais do Estado de Santa Catarina, como dos 1.000 da orla marítima do Rio Grande do Sul, 6.000 açorianos especialmente oriundos da Terceira, Pico, São Jorge, Faial e Graciosa fundaram as primeiras povoações e influenciaram para sempre a agricultura, a pesca artesanal e a caça à baleia, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, o folclore, a farra do boi e a festa do Divino.

Dois séculos depois, em 1948, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina organizou o congresso do bicentenário do povoamento, que reabilitou e valorizou a herança cultural açoriana no sul do Brasil.

Com as sucessivas e exaustivas investigações históricas que desde então interessaram a comunidade académica, ser descendente de açoriano passou a ser um motivo de orgulho na cidade capital de Florianópolis, na ilha e no Estado de Santa Catarina.

Há um nome que se destaca como estando associado ao congresso do bicentenário e como sendo o maior investigador da história catarinense de influência açoriana – Walter Piazza.

Nasceu em Nova Trento em 1925 e mudou-se para Florianópolis com 22 anos de idade.

Doutorado em Ciências Sociais, foi professor e introdutor da história estadual na Universidade Federal de Santa Catarina e autor de 300 obras, entre livros e artigos científicos em publicações nacionais e estrangeiras.

Era membro destacado da Academia Catarinense de Letras e dos Institutos Históricos e Geográficos dos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Baía e S. Paulo e era sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

O seu interesse pela investigação açoriana trouxe-o a Portugal durante seis meses para consultas decisivas no Arquivo Nacional Ultramarino, no Arquivo da Torre do Tombo e nos próprios Arquivos dos Açores.

A sua admiração pelo povo açoriano levou-o a considerar que somos “lutadores” for força de vivermos na adversidade das ilhas, “partindo sempre para grandes empreendimentos”.

Walter Piazza faleceu a 9 de fevereiro de 2016 em Florianópolis, cidade irmã de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada.

Tinha 91 anos de vida e sete décadas de investigação influente da história açoriana de Santa Catarina.

No pesar do seu falecimento, que a distância não ignora, merece por isso uma homenagem de reconhecimento que lhe presta a Região Autónoma dos Açores através do seu órgão mais representativo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este **Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Walter Fernando Piazza**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e ao Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Duarte Freitas, José Andrade, Luís Maurício e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é também de Pesar pelo falecimento da escultora Graça Costa Cabral. É apresentado também pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento da escultora Graça Costa Cabral

Nasceu na cidade de Ponta Delgada em 1939.

Faleceu em Lisboa a 21 de janeiro de 2016.

Era uma escultora portuguesa reconhecida e respeitada.

Chamava-se Graça Costa Cabral.

Deixou a ilha aos 8 anos para viver na capital. Fez o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Mas nunca esqueceu os Açores.

Está representada no Centro Cultural da Caloura e fez duas dezenas de exposições individuais em São Miguel, Santa Maria e Terceira, para além de Lisboa e Porto.

E participou noutras tantas exposições coletivas em Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Brasil e Japão.

As suas diferentes obras para o Santuário de Fátima, como as emblemáticas esculturas dos Beatos Francisco e Jacinta, mereceram agora o pesar oficial da Igreja portuguesa pelo seu falecimento. Com uma síntese significativa: “*A artista deixou marca na valorização da arte sacra contemporânea em Portugal*”.

Mas a sua obra mais conhecida ajuda a criar centenas de artistas em todo o país desde 1973.

Graça Costa Cabral foi a fundadora do **Ar.Co – Centro de Arte e Comunicação Visual**, a que se manteve ligada durante mais de 40 anos, como professora, diretora de formação e presidente da direção.

Esta sua associação cultural, sem fins lucrativos e com estatuto de utilidade pública, desenvolve em Lisboa a experimentação, a formação e a divulgação das artes e disciplinas da comunicação visual – desde desenho, fotografia, pintura, escultura, joalheria e cerâmica.

Em Lisboa, o Ar.Co preserva a memória da escultora portuguesa. E, continuando a sua obra, enaltece o seu exemplo.

Na Horta, o Parlamento reconhece a valia da artista açoriana. E, lamentando a sua morte, valoriza a sua vida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este **Voto de Pesar pelo falecimento da escultora açoriana Graça Costa Cabral**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e à sua instituição: o Ar.Co – Centro de Arte e Comunicação Visual.

Horta, Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Duarte Freitas, José Andrade, Luís Maurício e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que o PS tem um voto de igual teor para apresentar amanhã.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrados que estão os votos, vamos passar às declarações políticas.

A primeira é a do PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em agosto do ano passado, o Presidente do Governo dos Açores Vasco Cordeiro, convidou o Presidente do Governo da Madeira, Miguel Albuquerque, para visitar a nossa Região.

Assim, nos passados dias 30 de janeiro e 1 e 2 de fevereiro decorreu o encontro entre os Governos das duas Regiões Autónomas, num programa que incluiu visitas e reuniões de trabalho em quatro das nove ilhas dos Açores: São Miguel, Pico, Faial e Terceira.

Este encontro marca assim um tempo novo nas relações bilaterais entre as duas Regiões.

É inquestionável a existência de uma agenda política e económica comum, com relevância quer para as dinâmicas económicas e sociais internas de cada uma,

quer para os posicionamentos políticos comuns que podem e devem ser adotados a nível nacional, europeu e internacional.

Na Declaração Conjunta assinada pelos dois Governos, que enforma o entendimento político entre as duas Regiões, fica bem clara essa agenda política comum, afirmando-se vários princípios de orientação política que nos parecem muito pertinentes neste novo quadro de relacionamento político e institucional:

- Um tempo novo nas relações bilaterais entre os Açores e a Madeira para uma maior visibilidade e proximidade das relações entre as duas Regiões Autónomas, bem como uma comunhão de objetivos entre os povos madeirense e açoriano, no âmbito do desenvolvimento harmonioso dos respetivos territórios e destes no todo nacional;

- Que a consagração constitucional da Autonomia Político-Administrativa das Regiões Autónomas e o seu desenvolvimento é um inquestionável desígnio nacional e um inalienável garante da participação democrática, do desenvolvimento económico e social e da promoção e defesa dos interesses dos povos madeirenses e açoriano;

- A importância do regime político-administrativo próprio dos dois arquipélagos e dos princípios da solidariedade e da coesão económica, social e territorial para a defesa dos madeirenses e açorianos e para o desenvolvimento económico, social e cultural das duas Regiões Autónomas.

Outro princípio importante, que é fundamental realçar é a importância da valorização do papel das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores enquanto agentes relevantes e ativos no contexto europeu e internacional e o relevante contributo que damos para a afirmação da dimensão atlântica de Portugal.

A importância das diásporas madeirense e açoriana e das suas instituições para a projeção cultural e o desenvolvimento económico das regiões e do país, bem como o interesse recíproco de aprofundar o relacionamento político e

estratégico entre as duas Regiões, encarregando os respetivos departamentos dos Governos das ações necessárias ao estabelecimento e desenvolvimento de propostas de cooperação em áreas como a Política Marítima Integrada da União Europeia, a investigação, o desenvolvimento e inovação, no quadro das Estratégias de Especialização Inteligente de cada Região, de forma a que tenham impactos positivos nas economias de cada uma destas Regiões.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Durante os três dias deste encontro decorreram visitas e reuniões de trabalho entre os vários membros dos dois Governos Regionais.

Além dos princípios consagrados na Declaração Conjunta que referi e das matérias que serão alvo de trabalho conjunto nos próximos tempos, deste encontro resultou de imediato a assinatura de dez protocolos de cooperação nas áreas do Artesanato, da Saúde e Proteção Civil, da Cultura, da Construção Civil, da Pesca e Aquicultura, da Vitivinicultura, dos Recursos Naturais, do Ambiente, da Juventude e dos Assuntos Europeus.

Neste âmbito, não podemos deixar de destacar as ações que já estão em curso:

- A criação de um Gabinete de Representação das Regiões Autónomas em Bruxelas, um espaço que será também disponibilizado para os parceiros sociais açorianos;
- A criação de um quadro operacional para que as embarcações registadas em cada uma das Regiões para a pesca de atum e peixe-espada preto cumpram a legislação regional sobre a gestão da pesca na Região para a qual tiveram autorização de atividade;
- O aprofundamento de parcerias e troca de conhecimento técnico e científico na área da aquicultura;
- Parcerias económicas e intercâmbio de conhecimento técnico e científico entre a Região Vitivinícola da Madeira e Região Vitivinícola dos Açores;

- A criação do Observatório da Paisagem da Macaronésia, desenvolvendo contactos institucionais conjuntos com a República de Cabo Verde e com a Comunidade Autónoma das Canárias para a sua implementação;
- Cooperação na organização, funcionamento e financiamento das atividades formativas nas duas Regiões nas áreas dos Serviços Regionais de Saúde e de Proteção Civil, bem como na agilização de procedimentos para apoio entre Regiões em caso de catástrofes ou acidentes graves, bem como outra matéria que nos merece destaque, a cooperação Cultural, estabelecendo um conjunto de intercâmbios entre museus, centros de arte contemporânea, bibliotecas e arquivos das duas regiões, bem como mobilidade de artistas, grupos, bandas e associações culturais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Casa da Autonomia, não?

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começa agora um tempo novo nas relações entre os Açores e a Madeira, onde será possível afirmar uma frente comum unida entre as duas regiões autónomas do nosso país.

Em boa hora, o Presidente do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro, teve a ideia de convidar o Presidente do Governo da Madeira para esta visita.

Tal como a Constituição da República é hoje uma das mais importantes manifestações da nossa soberania, as Autonomias Regionais, protegidas na Constituição, têm de ser a fortaleza preservada onde construimos formas alternativas de solidariedade e de desenvolvimento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Somos todos chamados a agir nesse contexto.

A história de sucesso do projeto autonómico é hoje a prova material de que a afirmação da portugalidade no meio do Atlântico só se fez com sucesso e com garantias de modernidade a partir da implementação do regime autonómico.

Sejamos claros. A defesa da dimensão atlântica de Portugal só é possível com uma autonomia vigorosa que não seja comprometida pela visão redutora e pela estreiteza de pensamento estratégico que reduz Portugal à pequenez das circunstâncias financeiras.

Dessa forma, viveremos sem ambição de futuro, sem respeito pela herança histórica e sem sentido de Estado numa manifesta diminuição da nossa identidade política e cultural enquanto povo.

Devemos, por isso, continuar a fazer Autonomia. Uma Autonomia responsável, uma Autonomia forte, ao serviço dos cidadãos.

Este encontro e a convergência de interesses entre as duas Regiões é, também, um importantíssimo contributo para a afirmação dessa agenda autonómica em Portugal.

Em boa hora, o Presidente do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro, teve esta ideia.

E sobre esta matéria, não vimos nem ouvimos qualquer partido político da oposição nos Açores a pronunciar-se, enquanto tal, sobre este encontro e sobre a sua importância.

Esperamos, mesmo assim e apesar disso, que todos os partidos políticos dos Açores, estejam ao lado do Governo neste propósito e nos contributos positivos para a materialização desta agenda política comum.

Com a mesma postura que teve Vasco Cordeiro, com uma abordagem suprapartidária, em que os interesses da Região estão acima de qualquer diferença ideológica ou partidária.

Só assim, será possível continuar a desenvolver uma Autonomia forte a bem dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

(Pausa)

Não havendo inscrições... Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Cimeira Açores/Madeira, que decorreu durante este mês, o PCP não pode deixar de registar como positivo este reencontro entre as duas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, uma vez que há mais de 22 anos que as duas Regiões Autónoma estavam de costas voltadas.

Portanto, não posso deixar de registar que o PCP se congratula relativamente à realização desta iniciativa.

Não conhecendo com profundidade os contornos de todos os acordos e protocolos que entretanto foram celebrados, julgo que a perspetiva de que se estabeleçam relações culturais, económicas e políticas de maior proximidade

entre estas duas regiões autónomas, que têm percursos diferentes, poderá, se efetivamente se vier a concretizar, abrir perspetivas de afirmação das duas Regiões Autónomas nesta zona do Atlântico, e sobretudo abrir perspetivas para que a região da Macaronésia possa afirmar-se como uma região importante no contexto Atlântico e como uma ponte entre não só a Europa, mas também África e os Estados Unidos, uma vez que a região da Macaronésia está no leito do Atlântico e nas suas margens tem estes três continentes.

Portanto, parece-nos que podem e devem ser potenciadas todas as sinergias que sejam criadas, não só à volta das relações entre a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores, como sobretudo procurar que daí resulte a sua expansão para a região da Macaronésia.

Aliás, referir que já este ano se vão reatar as Jornadas Parlamentares Atlânticas e que com certeza darão também um contributo importante para que esse objetivo, esse desiderato, possa vir a ser aprofundado e sobretudo cumprido para que os povos das regiões insulares do Atlântico, e da Macaronésia em particular, possam beneficiar destas iniciativas políticas, quer ao nível dos Parlamentos da Região Autónoma da Madeira, da Região Autónoma dos Açores, das Canárias e também de Cabo Verde.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que saudamos aquela que, do ponto de vista político, foi uma cimeira entre os Governos das duas Regiões Autónomas, não a primeira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... mas interrompida já há longos anos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há 22 anos!

O Orador: Não interessa saber as razões pelas quais elas não se efetivaram de forma mais assídua.

Resta congratular-nos com a aproximação através dos seus organismos políticos representativos entre duas populações irmãs, a da Madeira e a do arquipélago dos Açores.

Embora não conhecendo de forma pormenorizada os acordos que foram estabelecidos entre as duas regiões autónomas através dos seus dois governos, naturalmente reconhecemos a importância de uma ação política conjunta na defesa de princípios comuns junto da República.

Não se trata de uma atitude frentista perante a República, mas do reconhecimento perante a República, qualquer que seja a cor daqueles que ocupam o poder em Lisboa, dos princípios autonómicos que os Açores e a Madeira são defensores, a defesa da Autonomia, uma defesa que não se consubstancia apenas e só na defesa de princípios que não façam sentido às populações que habitam nos Açores e na Madeira, mas que se materialize em atos concretos da sua vida diária, da sua gestão diária, da gestão diária dos seus interesses.

Neste particular permita-me, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, que releve, para além da preocupação comum dos dois Governos, dignos representantes das populações que os elegeram, da defesa dos princípios autonómicos, a importância da defesa de um princípio que há muito o PSD nesta Casa, e fora desta Casa, tem defendido: a criação de um *lobby* açoriano em Bruxelas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: ... e que agora naturalmente se sentirá mais reforçado com a companhia da população da Madeira e dos seus dignos representantes.

Numa época de globalização em que a União Europeia é fator fundamental de desenvolvimento dos Estados que a constituem, esquecendo-se por vezes da

ultraperiferia e das Regiões situadas, do ponto de vista geográfico, mais à margem dos países que a constituem, é importante nomeadamente que os Açores e a Madeira façam sentir a sua presença em Bruxelas.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui um documento de 8 de agosto de 2008, relativo a um encontro entre o CDS-PP Açores e o CDS-PP Madeira.

Vou ler algumas das conclusões (não vou ler todas, porque não tenho tempo) que nessa altura achávamos que eram importantes existirem entre as duas Regiões Autónomas.

Em primeiro lugar, queria saudar a iniciativa dos Srs. Presidente dos Governos dos Açores e da Madeira de terem esta reunião e darem cumprimento àquilo que é uma coisa que o CDS há muito tempo exige e sugeria que deveria ser a posição, quer do Governo da Madeira, quer do Governo dos Açores, não atribuindo naturalmente culpas a nenhum deles em particular, mas aos dois em conjunto.

Uma das conclusões era esta:

“O CDS-PP da Madeira e dos Açores lamentam que a nível institucional as duas Regiões Autónomas estejam de costas voltadas. Pior do que a ausência de qualquer diálogo entre os Açores e a Madeira, é o espírito de concorrência que parece privilegiar o posicionamento de ambos os Governos Regionais no

relacionamento com o Governo da República.” Na altura era o camarada José Pinto Sousa Sócrates que estava lá.

“Para o CDS a relação institucional entre as duas Regiões Autónomas deve estar acima da cor político-partidária dos respetivos Governos.

A total desarticulação das posições regionais face ao Governo da República, em última instância, só beneficia o poder central.” Por isso, bem-vindo ao clube, Governo Regional e Partido Socialista.

Outra conclusão que tirámos dessa reunião:

“O CDS exige aos Governos Regionais que subordinem os seus interesses partidários ao interesse coletivo e promovam, em articulação com as Associações Empresariais, os indispensáveis contactos que aproveitem as vantagens da complementaridade que derivam das diferentes características económicas de cada uma das regiões.

Quando os nossos sectores básicos de exportação apresentam notórias dificuldades de mercado e porque são complementares [isto já em 2008], justifica-se um esforço de promoção, desde logo, neste domínio, entre as duas Regiões.”

Por isso, bem-vindo ao clube, Governo Regional e Partido Socialista,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... embora com sete anos de atraso.

Mas dizíamos mais, se me permitem e acho que ainda tenho tempo sobre essa matéria, Sras. e Srs. Deputados:

Também lamentávamos profundamente...

Outra conclusão que tínhamos, o CDS dos Açores e da Madeira, prendia-se com o financiamento (estou sempre a referir-me a 2008) do ensino superior público...

Deputado Francisco César (PS): Nem estava na Assembleia!

O Orador: ... nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Financiamento do ensino superior público nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira!

Outra conclusão que também tirámos dessa reunião foi que: “O CDS entende que era imperativo que se sensibilize a União Europeia para a criação de um programa apoio específico às redes de transportes inter-ilhas, inter-regiões e das regiões ao exterior.

A União Europeia tem programas de apoio às redes europeias de transportes ferroviários e rodoviários. É preciso fazer ver em Bruxelas que as grandes autoestradas e caminhos-de-ferro das regiões são por mar e pelo ar” e daí o *lobby* açoriano em Bruxelas, cá estava também referido desta maneira em 2008. Também referimos, Sra. Secretária Regional e Srs. Membros do Governo, outra conclusão: o elevadíssimo preço das passagens aéreas entre as duas regiões autónomas.

Tinha mais uma série de conclusões, mas fica aqui plasmado o essencial que nós defendíamos na altura, que achávamos que devia ser feito e que agora o Presidente do Governo entendeu, e bem, concretizar.

Por isso felicito, estão de parabéns, bem-vindos ao clube.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cinco ideias sobre esta sua intervenção, Sr. Deputado Berto Messias.

Em primeiro lugar, obviamente felicitar o Governo Regional pela iniciativa, mas também de alguma forma lamentar que este encontro não fosse antecedido

por uma confluência das diversas forças políticas no sentido de tentar consolidar uma posição regional em relação a esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não tinha cortado relações com o Governo Regional?

O Orador: Uma consulta a esse nível teria sido, na minha perspetiva, importante, como é importante sempre no âmbito do aprofundamento da Autonomia dos Açores e no âmbito da relação da nossa Autonomia com outras autonomias ou outras realidades regionais.

Penso que nestas matérias é sempre positivo conseguir encontrar e consensualizar posições.

Segunda ideia: o PPM defende uma evolução assimétrica do Estatuto Político-Administrativo das duas regiões.

Deputado André Bradford (PS): Isso chama-se decisão do povo!

O Orador: Claro que têm a mesma base constitucional e devem ter a mesma base constitucional, mas devemos sempre preservar a autonomia da evolução do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que deve ser em muitos pontos diferente da evolução da Madeira, porque são realidades históricas diferentes, são realidades insulares diferentes e as aspirações das populações são diferentes.

Portanto, preservar essa autonomia da evolução do Estatuto Político-Administrativo das duas Regiões.

Depois manter também – e da parte do PPM é muito importante, e esta é a terceira ideia – uma perspetiva de valorização e de diferenciação junto do Estado, daquilo que é uma Região com nove ilhas e daquilo que é uma outra Região com duas ilhas.

Há aqui uma dupla insularidade. Há uma realidade diferente, e nesta posição nós obviamente podemos defender posições próximas da Região Autónoma da Madeira (e devemos!), mas nunca devemos abdicar desta diferenciação da

realidade insular que é muito diferente e que provoca constrangimentos maiores numa região, como disse, como a nossa.

Depois, um quarto ponto que gostava aqui de referenciar. Há um *dossier* que tem que ser abordado com muita coragem e com muita frontalidade (eu termino já, Sra. Presidente).

Nós temos um problema de alternância de poder nas Regiões Autónomas.

No âmbito da Região Autónoma da Madeira é o mesmo partido que governa há 40 anos e temos na Região Autónoma dos Açores o mesmo partido que governa há 20 anos.

Deputado José Contente (PS): Os corvinos votam em si para a próxima!

O Orador: Há um problema de alternância política que tem a ver com o peso esmagador das administrações regionais e, de facto, não há democracia que funcione sem alternância política. Se não existir alternância política a democracia é sempre uma democracia diminuída.

Portanto, isto é comum às duas regiões e deve ser abordado.

Estes ciclos políticos longos só acontecem na Somália e Biafra.

De facto, em relação a estes ciclos políticos temos aqui que aprofundar mecanismos que fomentem a alternância política, que é uma questão que a história nos provou e que a evolução das autonomias nos provou. Em 40 anos só tivemos uma evolução de uma alternância política. Em 40 anos só uma vez é que isto aconteceu.

Há aqui um problema para as democracias insulares.

Finalmente, e termino Sra. Presidente, lembro aqui aquela que é a proposta do PPM de criação de uma Euro-região do Atlântico, tal como existem em muitas outras regiões europeias.

Há uma cooperação entre várias regiões europeias, regiões marítimas, mas também regiões continentais, em que é possível preservar e aprofundar.

Existem mecanismos de financiamento específicos para estes projetos de cooperação transfronteiriça e a criação de Euro-Regiões.

Em Portugal temos várias Euro-Regiões conjuntamente com o território continental Espanhol e várias comunidades autónomas espanholas.

Há uma ideia que nós defendemos. É que também deve ser uma realidade aqui no Atlântico a criação de uma Euro-região entre os Açores, a Madeira, as Canárias e também tendo como Estado associado Cabo Verde.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, é uma ideia que há muitos anos defendemos e que consideramos que tem a maior importância estratégica para os Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Subsecretário Regional tem a palavra.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um as breves palavras para, em nome do Governo Regional dos Açores, associar e saudar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista por esta Declaração Política. Saudar e registar com agrado também as declarações que foram proferidas pelos diferentes Grupos e Representações Parlamentares, dando nota deste que é um grande compromisso, que nos é comum, de reforçarmos estas relações com o arquipélago irmão da Madeira.

A iniciativa do Presidente do Governo Regional dos Açores tinha como objetivo dar visibilidade ao relacionamento e às Autonomias no contexto nacional, aprofundar esta união numa visita que foi preparada para se desenvolver em diversas ilhas, para ter encontros com diversas instituições,

com diversos parceiros regionais e que teve resultados concretos com a assinatura da Declaração Conjunta, com a assinatura de 10 protocolos de cooperação que dão corpo efetivo a esta união.

Esta visita não se fez contra ninguém, mas sim a favor das duas regiões.

Estes 10 protocolos dão bem nota do estado de amizade, de cooperação técnica imediata.

Ainda na semana passada tivemos a visita do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia à Madeira.

Eu próprio tive oportunidade de me reunir com o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares Europeus em Bruxelas para dar corpo e dar imediata execução a todos estes protocolos, com destaque naturalmente para a criação de uma representação conjunta em Bruxelas que associe, assim, a procura permanente do Governo em reforçar o *lobby* em Bruxelas com esta partilha de custos operacionais e reforço das sinergias na defesa da ultraperiferia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira em Bruxelas.

Para dar nota também às Sras. e aos Srs. Deputados de que a Declaração Conjunta e os 10 protocolos anexos foram disponibilizados e enviados à Mesa da Assembleia para que possam os Srs. Deputados ter um conhecimento mais apurado do teor destes protocolos e proceder a um acompanhamento, porque estes de facto são protocolos e acordos para uma execução fiel e atenta.

Foi acertada e combinada já uma nova visita, uma nova reunião, um encontro para 2017.

A terminar, também dar nota de um tema que esteve patente e foi transversal aos trabalhos da Macaronésia, que foi aqui salientada também por diversos Srs. Deputados: não apenas foi criado um Observatório do Ambiente e da Paisagem dos Açores e da Madeira, aberto à participação das Canárias e de Cabo Verde.

Portanto, a Macaronésia teve aqui uma componente na área ambiental e da paisagem muito permanente, como foi decidido também convidar os arquipélagos (não apenas Madeira e Açores) das Canárias e Cabo Verde para uma Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia a realizar em 2017, nos Açores. Assim, no quadro da operacionalização do novo Programa de cooperação INTERREG Madeira-Açores-Canárias, com eixo para Cabo Verde, e da aproximação política à Região da Macaronésia esta também foi uma decisão que foi tomada.

De resto, apenas registar com agrado a unanimidade e a atenção política que é dada a este assunto, na certeza de que esta visita oficial do Presidente da Madeira à Região Autónoma dos Açores cumpriu integralmente com os seus objetivos, marcando uma nova etapa, marcando um novo período no relacionamento entre os Açores e a Madeira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Subsecretário.

Julgo não haver mais inscrições. Para encerrar a declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breves referências sobre esta matéria e sobre também aquilo que os colegas dos outros partidos referiram.

Em primeiro lugar, não posso deixar, já que estamos a falar desta questão e também foi referida a importância que tem a Macaronésia, de em nota prévia deixar de registar o esforço que a Sra. Presidente do Parlamento tem desenvolvido para que seja possível retomar as Jornadas Parlamentares Atlânticas, que inclui também a Região Autónoma da Madeira, dos Açores, das

Canárias e Cabo Verde, e que julgo que entroncam também neste esforço de reaproximação entre as duas regiões.

Registar também o trabalho que o Deputados José San-Bento e Humberto Melo têm desenvolvido no âmbito do grupo de ligação para a organização destas Jornadas.

Registar também as referências que foram feitas, sendo as primeiras referências públicas, enquanto partidos políticos, que os partidos assumem agora sobre este encontro.

Devo dizer (permitam-me) que julgo que talvez seja nestes momentos que se vê, digamos, o grau de intensidade do sentido de Estado que os partidos políticos têm na abordagem destas matérias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É pena não haver a mesma abertura da vossa parte!

O Orador: Permitam-me dizer que talvez as referências sobre este encontro, na nossa perspetiva, e é apenas a nossa perspetiva, tenham sido tardias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tardia é a vossa atitude, Sr. Deputado!

O Orador: Eu julgo que se exigia por parte de alguns partidos políticos, no caso concreto o PSD-Açores, talvez outro tipo de sentido de Estado na referência pública e no reconhecimento da importância deste encontro, mas obviamente que a posição de cada partido é legítima e a forma como trata os assuntos é perfeitamente legítima e aceitável.

Da nossa parte julgamos que a abordagem deveria ter sido outra, porque parece-nos que este encontro, além das questões concretas que encerra, além das questões políticas que constam da Declaração Conjunta, mas também das questões concretas que constam dos protocolos já assinados, tem uma importância vital para um princípio que deve ser preocupação de todos: a sustentabilidade das nossas autonomias e o papel que as nossas autonomias têm no nosso país, não numa perspetiva meramente jurídica ou reivindicativa, mas

numa forte perspetiva política de afirmação das nossas Agendas Políticas Comuns no exterior e com uma autonomia afirmativa que não está permanentemente e apenas a reivindicar, mas está sim a realçar aquilo que as nossas autonomias acrescentam ao resto do nosso país. Todos nós sabemos que acrescentam muito.

Para terminar não posso deixar de me referir àquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, com a sua referência, permite que eu me refira a isto que me vou referir:

Devo reconhecer a coerência do Sr. Deputado Paulo Estêvão, permanentemente, a dizer que não há alternância democrática e que deveria haver mais alternância democrática. Enfim, é legítimo, é coerente, é isso que tem feito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o que os senhores deviam ter feito!

O Orador: Nós não concordamos com essa referência, não concordamos com a leitura que faz, porque julgo que é no mínimo desrespeitosa pela vontade do povo.

Se o Partido Socialista tem ganho as eleições nos Açores, ou se o PSD durante muitos anos ganhou as eleições na Madeira,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há um problema de alternância política!

O Orador:... isso depende da vontade do povo.

Portanto, julgo que essa referência e essa leitura política que faz sobre a alternância democrática e a necessidade de mais alternância democrática é, na nossa perspetiva, abusiva, porque desrespeita a vontade do povo. Mas reconheço a sua coerência.

V. Exa. em termos de conceção daquilo que deve ser a alternância democrática ou os ciclos políticos, é coerente.

O mesmo não se pode dizer, por exemplo, daquilo que acha o PSD-Açores ou o Deputado Duarte Freitas.

Quem não se recorda do episódio em que o Deputado Duarte Freitas, quando foi à Madeira, dizia que o Miguel Albuquerque, apesar de 37 anos de Governo do PSD, representava um tempo novo?

Portanto, 37 anos não era muito tempo no Governo, mas curiosamente aqui nos Açores, quer o Deputado Duarte Freitas, quer os Deputados do PSD, estão sempre a dizer que 20 anos no poder do PS é muito tempo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão é coerente na conceção que tem sobre aquilo que devem ser os ciclos políticos. Essa coerência não se regista nas palavras do Sr. Deputado Duarte Freitas que na Madeira diz uma coisa e nos Açores diz exatamente o seu contrário em nome das conveniências partidárias.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para nós aquilo que interessa é a Agenda Política...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que defenda os Açores, as Regiões Autónomas e aquilo que estas regiões representam...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por que é que o senhor não disse antes! É sempre a má-fé!

O Orador: ... e acrescentam para o futuro do nosso país.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Dizer isso no fim é falta de coragem política!

Presidente: Vamos encerrar os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15H00 com a Agenda.

Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Vamos entrar na Agenda da Reunião.

Terminámos ontem os nossos trabalhos no debate do ponto três: **Projeto de Resolução n.º 141/X – “Compromisso dos Açores no projeto europeu”**.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Prescinde. Pergunto então se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Explique-nos qual o efeito desta brilhante iniciativa do PSD!

Deputado Francisco César (PS): Vai explicar o que é que mudou!

O Orador: Há gente nervosa na sala e aos gritos! Alguns já estão aos gritos, como é habitual, mas vamos a isso.

Reafirmar princípios é sempre uma situação que nunca é extemporânea, nem tão pouco é dispensável. Diríamos mais que é sempre necessário, é permanentemente necessário e em alguns momentos é especialmente oportuno.

Porquê? Porque isso clarifica a forma e os termos como nos posicionamos em termos de sociedade, permite o conhecimento mútuo de quem se relaciona, de quem se cruza na sociedade e na política. Reafirmar princípios torna-se ainda mais premente, necessário e quantas vezes se considerar que é necessário.

Não é tanto para o maior conhecimento do posicionamento que temos entre nós, na compreensão de certas posições assumidas entre os próprios agentes políticos. É essencialmente para que os cidadãos conheçam e avaliem o que defendem e o que preconizam aqueles que os representam.

É, no fundo, a transparência a funcionar; é, no fundo, a democracia que está a vingar nesses momentos.

Neste Projeto de Resolução havia e existe algo que nós pretendemos deixar bem clarificado, que é a previsibilidade. A previsibilidade é algo que é importante para a confiança. É isso que está na base desta iniciativa.

O que já não era previsível, o que não foi previsível ontem, foi que fosse o PCP, em especial o PCP e o Bloco de Esquerda, a darem resposta ao repto que foi feito pelo Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem diria!

Deputado Aníbal Pires (PCP): V. Exa. ficou caladinho, alguém tinha que dizer alguma coisa, não?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Deputado, tenha calma!

O Orador: O que já não era previsível era que fosse o PCP e o Bloco de Esquerda a darem resposta ao repto feito pelo Deputado Berto Messias.

Efetivamente já sabíamos. Temos, por exemplo, datado de 28 de outubro, uma notícia de jornal que nos diz que: “PCP e Bloco propõem rejeição do Tratado Orçamental. O PS vota diferente”.

Ou, dizemos aqui, este mais especificado para o caso do PCP: “Jerónimo de Sousa diz que o PCP nunca respeitará o Tratado Orçamental”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já se sabe!

O Orador: Temos agora, de há uns dias, do dia 12 de fevereiro, o Ministro das Finanças, que disse à saída de uma reunião, em Bruxelas, “Portugal está muito comprometido em manter uma trajetória de consolidação orçamental no cumprimento daquilo que são as suas obrigações no âmbito Europeu”.

Ou seja, as diferenças já se sabia que existiam. Não eram novidade, não foram efetivamente novidade.

Deputado Manuel Pereira (PS): E...

O Orador: Não sabemos é até que ponto é que tudo isto vai durar com estas desinteligências, com estes desajustamentos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desinteligências?!

Deputada Zuraida Soares (BE): Era aí que queria chegar!

O Orador: ... em termos de posição. Um dia a casa pode vir a baixo. O problema é quando a casa vier a baixo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): As coisas começam a ficar claras!

O Orador: ... quem paga, quem vai ser prejudicado não são os próprios agentes políticos, não são as pessoas que aqui são agentes políticos, mas enquanto pessoas vão também ser prejudicadas um dia que a casa venha a baixo.

Deputada Zuraida Soares (BE): A geringonça tem um tempo de vida muito longa, Sr. Deputado!

O Orador: Relativamente ao não pagar e ao adotar uma posição de não pagar, já sabíamos que isso era algo defendido por alguns. É uma questão de responsabilidade pagarmos, assumirmos os nossos compromissos.

Curioso é que no conjunto das cinco questões em reafirmação que constam deste Projeto de Resolução, logo tenha sido esta questão do não pagar aquela que foi destacada pelo PCP. Foi aquela que considerou mais importante não concordar com uma rescisão unilateral das dívidas dos Estados-Membros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Reestruturação da dívida, Sr. Deputado! É bem diferente de não pagar!

O Orador: É uma questão de responsabilidade. Mas o que seria da nossa sociedade, o que é que seriam das sociedades em geral, se a partir de determinada altura alguém decidisse não cumprir os seus compromissos?

É certo que o Partido Socialista – neste caso não sei se se reveem nessa questão ou não – pela voz de alguém que foi Presidente do Partido Socialista, José Sócrates,...

Deputado Francisco César (PS): Nunca foi Presidente, Sr. Deputado!

O Orador: ... disse a determinada altura uma coisa notável.

Deputado Francisco César (PS): Nunca foi Presidente, Sr. Deputado! Foi Almeida Santos, o Presidente. É bom que saiba!

O Orador: Já falamos de presidentes.

Deputado Francisco César (PS): É que Presidente nunca foi!

Deputado André Bradford (PS): Está a falar do Secretário-geral!

O Orador: Disse esta pérola: “Pagar a dívida é ideia de criança”.

Se eventualmente este Partido Socialista ainda se revê na frase de “pagar a dívida é ideia de criança”, naturalmente que existe alinhamento. Não sei! Assim o veremos.

Nós sempre dissemos ao que vínhamos. Nós sempre dissemos ao que vínhamos quando apresentámos este Projeto de Resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não disseram bem!

O Orador: E dissemos na altura que os senhores podiam fugir à discussão naquele momento concreto, uma vez que tinham acabado de chumbar a urgência com que solicitámos a apreciação deste Projeto de Resolução, e dissemos que podiam estar a fugir nessa altura à discussão, mas que um dia a máscara iria cair. Foram esses os termos que utilizámos nessa altura.

Dissemos que, designadamente quando se conhecesse o voto dos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República relativamente à constituição desse Governo, que a máscara iria cair. E por que é que dizíamos isto?

Porque Vasco Cordeiro, Presidente do PS-Açores, tinha dito uns dias antes, *ipsis verbis*, “quem deve ser convidado para formar governo deve ser quem venceu as eleições”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que isto tem a ver com o Projeto de Resolução?

O Orador: Aí a máscara caiu. Efetivamente aí a máscara caiu.

A realidade mostra, ou a realidade mostrou, que o Presidente do PS-Açores,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Que azia, Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um chazinho de cidreira resolve isso!

O Orador: ... não o honorário, mas o outro, efetivamente não teve capacidade de influência sobre os seus próprios Deputados na Assembleia da República. Foi aí que a máscara caiu.

Daí a nossa estranheza com o tom misterioso de ontem do Sr. Deputado Berto Messias quando aqui nos disse “o que é que terá acontecido nos Açores para se apresentar este Projeto de Resolução?”.

Em primeiro lugar, a queda da máscara;

Hoje em dia diria mais. Disse o Sr. Deputado Berto Messias: “o que é que terá acontecido na Região?”.

Na Região ou no país, Sr. Deputado Berto Messias, ou quer renegar agora aquilo que andou a fazer durante quatro anos ao considerar que aquilo que se fazia a nível do país tinha repercussões negativas a nível da Região?

Portanto, tem que refocar a questão não só na Região como também a nível do país.

Por isso tendo já caído a máscara é bom reafirmar estes princípios. Nunca é extemporâneo reafirmar princípios e daí a pergunta que aqui se deixa:

Revê-se, designadamente o Partido Socialista, naquilo que disse ontem e que vai ser o sentido de voto anunciado já, naquilo que disse o PCP e naquilo que disse o Bloco de Esquerda?

É que eles, e ainda ontem vimos aqui, dizem apoiar o Governo, mas por outro lado dizem que não integram o Governo. Ou seja, apoiam o Governo, mas parece terem uma enorme vergonha em o apoiar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso a questão que aqui fica é se se reveem naquilo que disse o PCP e o Bloco de Esquerda, uma vez que são, em conjunto com eles, Governo na República, através de apoio ou não, em função da vontade que designadamente o Sr. Deputado Aníbal Pires ontem revelou em não querer assumir ser parte (não é parte integrante!) apoiante do Governo da República.

Entretanto também é bom que nos lembremos e que olhemos designadamente para o relatório desta iniciativa, que o PS votou favoravelmente esta iniciativa em sede de Comissão.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias diz é estranho em relação ao sentido de voto que manifestaram em sede de Comissão,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como é contraditório também com as próprias palavras utilizadas pelo Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem vota favoravelmente em sede de comissão não tem dúvidas!

O Orador: ... que disse...

Deputado Berto Messias (PS): Mas não disse nada!

Deputado Luís Maurício (PSD): Disse, disse!

Deputado Berto Messias (PS): O que é que disse?

O Orador: ... que esta iniciativa (palavras do Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa) não merece qualquer tipo de reparo ou contestação por parte do Governo Regional.

Portanto, entendam-se um bocadinho...

Deputado Francisco César (PS): Entendam-se?!

O Orador: ... (não é preciso entenderem-se muito mais!) e não queiram à viva força arranjar pontos de discórdia onde eles não existem.

O Partido Socialista – porque dos outros já conhecemos qual é a sua posição – que tem um Governo na República, que é apoiado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, revê-se ou não se revê nas posições assumidas por parte do PCP e do Bloco de Esquerda, que rejeitam o Tratado Orçamental, que dizem que a dívida não é para pagar?

Deputado Francisco César (PS): Onde o debate desta proposta já vai!

O Orador: Digam em que termos é que se reveem nas propostas daqueles que vos apoiam a nível da Assembleia da República.

Entendam-se e já agora a favor dos portugueses e a favor dos açorianos, não encontrem pontos de conflito e aquilo que devem fazer é pura e simplesmente arranjar soluções para os enormes problemas que vivem os portugueses e os açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS)**: Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Meu Deus, aonde chegou este PSD!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ou aonde chegou este PCP!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está quase a chegar ao resultado eleitoral do Tino de Rãs!

Deputado Francisco César (PS): Veja lá se vocês não ficam por lá perto também!

O Orador: Eu gostava...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias está no uso da palavra.

O Orador: Eu agradecia que me deixassem fazer a intervenção.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, ontem tive a oportunidade de usar da palavra para perguntar a V. Exa. em que medida os acordos que pretende ver reafirmados por este Parlamento, e os princípios que pretende ver reafirmados por este Parlamento, foram postos em causa nos Açores. Foi isto que eu lhe perguntei.

Eu não lancei repto a ninguém. Eu limitei-me a fazer esta pergunta.

Para que percebamos aquilo que está a ser debatido, vou ler aquilo que é proposto neste Projeto de Resolução apresentado pelo PSD.

Há um conjunto de considerações preambulares e depois a resolução propõe o seguinte:

“Reafirmar a vontade regional na participação plena dos Açores e do nosso país na União Europeia e na União Económica e Monetária;

Reafirmar a inclusão dos Açores e do nosso país na união bancária e a defesa da sua implementação plena;

Reafirmar para os Açores a importância da vinculação de Portugal ao Tratado Orçamental;

Reafirmar a importância para os Açores do compromisso do nosso país com o cumprimento do pacto de estabilidade e crescimento;

Rejeitar, a bem do interesse dos açorianos, propostas de reestruturação unilateral das dívidas públicas nacionais dos Estados-Membros da União Europeia”.

Eu perguntei ontem, e insisto na pergunta, porque o senhor não esclareceu a pergunta que eu fiz:

O que é que aconteceu nos Açores, quais foram as posições públicas dos órgãos de Governo próprio dos Açores, que tivessem posto em causa estes princípios...

Deputado Francisco César (PS): Isso mesmo! É tão simples!

Deputado António Marinho (PSD): Não é tão simples! Os senhores levaram quatro anos a dizer que os problemas vinham de fora!

O Orador: ... e que provocassem no PSD-Açores qualquer tipo de dúvida?

Sr. Deputado António Marinho, os princípios reafirmam-se quando temos dúvidas sobre a afirmação desses princípios. Da parte do Partido Socialista não há, nem nunca houve, a mínima dúvida sobre a afirmação destes princípios.

Deputado António Marinho (PSD): Então vai votar favoravelmente!

O Orador: Por isso é que votámos a favor deste Projeto de Resolução em sede de Comissão e por isso é que obviamente votaremos a favor deste Projeto de Resolução quando é aqui discutido.

Deputado António Marinho (PSD): Então qual é a dúvida?

O Orador: Mas ontem fiz-lhe uma pergunta. O senhor diz que sempre disse ao que vinha, mas nunca disse ao que vinha. Disse-o agora!

Falou sobre cair a máscara. Eu acho é que caiu a máscara ao PSD.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós agora já percebemos afinal o que é que motivou esta proposta.

Isto é, digamos, que uma proposta revanchista, de quem ainda está – permitam-me a expressão – ressabiado...

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores têm essa mania de perseguição!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O caminho faz-se caminhando!

O Orador: ... com aquilo que aconteceu na Assembleia da República e com a formação do Governo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ganhámos a República! Ganhámos as presidenciais!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, permita-me dar-lhe uma sugestão: Eu acho que os senhores têm que dar um passo em frente. Têm que se libertar desse casulo do revanchismo e do ressabiamento.

A questão da legitimidade do atual Governo de Portugal, se é que algum dia esteve em causa, foi definitivamente encerrada quando o Sr. Presidente da República Cavaco Silva convidou o António Costa a formar Governo.

Nesse dia, qualquer discussão em torno da legitimidade política desse Governo, que os senhores muitas vezes gostavam de alimentar negativamente, ficou absolutamente clara e absolutamente ultrapassada.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Governo dos derrotados!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado António Marinho, aquilo que se esperava era que o PSD tivesse a coragem de assumir desde o início que esta proposta visava claramente discutir os acordos parlamentares da Assembleia da República e o processo de formação do Governo.

Deputado Bruno Belo (PSD): É como alguém dizia há dias: já não é preciso ganhar eleições!

O Orador: Os senhores nunca tiveram a coragem de assumir isso e de disfarçadamente tentar transpor para o Parlamento dos Açores qualquer espécie de instabilidade que pudesse existir entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o PCP, na Assembleia da República.

Eu percebo que este ressabiamento aumente com aquilo que resultou das negociações entre o Governo Português e a Comissão Europeia, em que o Primeiro-Ministro e o Governo de Portugal conseguiram garantir a aprovação de uma proposta de Orçamento de Estado pela Comissão Europeia, com uma perspetiva política completamente diferente,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e mesmo assim cumprindo aquilo que consta do Tratado Orçamental. É isso que os senhores não conseguem engolir e é isso que os senhores não conseguem ultrapassar.

Mas todos nós já sabíamos do apoio convicto e incondicional que este PSD-Açores sempre demonstrou e sempre teve para com Pedro Passos Coelho, que é provavelmente o pior Primeiro-Ministro da história de Portugal para a Região Autónoma dos Açores e para o respeito das autonomias regionais e pelas nossas especificidades.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

O Orador: Eu não quero interromper os vossos apartes....

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e as vossas conversas paralelas. Se o estou a fazer, peço imensa desculpa.

Sr. Deputado António Marinho, eu reconheço o esforço que está a fazer, reconheço a sua tentativa de justificar aquilo que na nossa perspetiva é perfeitamente injustificável.

Da nossa parte, da parte do Partido Socialista, todos estes princípios foram sempre afirmados pelo PS-Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Açores! Disse muito bem isso!

O Orador: Nunca estiveram em causa pelo Partido Socialista dos Açores, e hoje é inquestionável também o apoio que o Partido Socialista dos Açores dá ao atual Primeiro-Ministro de Portugal pelo trabalho que está a desenvolver e pela perspetiva diferente que tem sobre a importância da Região Autónoma dos Açores...

Deputado Bruno Belo (PSD): Maior carga fiscal!

Deputado Francisco César (PS): Maior carga fiscal onde?

O Orador: ... para o nosso país.

Também não posso deixar de fazer uma precisão, porque o Sr. Deputado fê-lo propositadamente. O Sr. Deputado trincou as declarações do Presidente do PS-Açores e Presidente do Governo...

Deputado António Marinho (PSD): *Ipsis verbis!*

O Orador: ... sobre esta matéria.

Eu, far-me-á justiça, estava ao lado do Presidente do Presidente do Partido Socialista Açores nas duas vezes em que ele se pronunciou sobre esta matéria,...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor também vai ter que explicar a sua posição!

O Orador: ... quer quando se referiu a isso na noite eleitoral, quer quando se referiu a isso à entrada para a Comissão Política Nacional do Partido Socialista. Aquilo que o Presidente do PS-Açores e do Governo disse foi muito claro: “eu entendo que deve ser convidado para formar Governo o partido que teve a maioria dos votos”; mas também disse: “mas o partido que teve a maioria dos votos não se pode esquecer e não pode deixar de ler corretamente o resultado que saiu destas eleições”.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso foi depois!

O Orador: Ou seja, o novo enquadramento parlamentar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não!... Isso foi depois! Depois de receber um certo telefonema é que disse isso!

O Orador: E quem quer formar Governo...

Deputado Luís Maurício (PSD): No início não disse!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício não seja deselegante. Isso não lhe fica bem. Isso não é para si.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é!

O Orador: Essa deselegância não é para si.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é!... Gostaria de ser elegante consigo!

O Orador: Quem ganhou as eleições (até usou esta expressão!) tem que se mexer, tem que falar com os outros partidos para viabilizar o seu Programa do Governo.

Todos se recordam também no dia em que o Dr. Pedro Passos Coelho, à saída do Conselho de Concertação Estratégica, disse “eu não tenho mais nada a falar com o Partido Socialista; as negociações, por nós, estão absolutamente encerradas”.

Portanto, quem se colocou à margem de um diálogo profícuo para viabilizar o seu programa de Governo foi o Dr. Pedro Passos Coelho.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, também lhe digo, não perca o sono com os acordos que existem entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o PCP, porque nós também não e estou certo que dentro de pouco tempo os portugueses também não. Não perca o sono com esse assunto.

Deputado Bruno Belo (PSD): Os senhores também não perdem o sono com nada! Esse é que é o problema!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, o Partido Socialista vai aprovar este Projeto de Resolução naturalmente. Entende que isto é uma proposta que na nossa perspetiva não tem qualquer sentido,...

Deputado André Bradford (PS): Não aqueça nem arrefenta!

O Orador: ... e lamentamos que o PSD não tenha retirado esta proposta, insistindo assim em fazer chicana política com assuntos e com princípios que na nossa perspetiva são muito sérios e fazem parte da identidade e daquilo que tem que ser mantido pela nossa Região e o Partido Socialista vai continuar a trabalhar para garantir o respeito por esses princípios, porque, Sr. Deputado, nós estamos a falar do PS, do Partido Socialista, um partido que liderou a adesão de Portugal à CEE,...

Deputado Bruno Belo (PSD): E foi aquele que chamou a troika!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Três vezes!

O Orador: ... à Comunidade Económica Europeia, de um partido que é referência na Internacional Socialista e no Partido Socialista Europeu.

Portanto, não estamos aqui com brincadeiras em assuntos muito sérios.

Nesta matéria também espera-se que os senhores deixem de ter esta perspetiva revanchista, deixem de estar ressabiados com este assunto, e olhem para a frente, sigam em frente e concentrem-se em contribuir positivamente para o futuro dos Açores e para o futuro de Portugal.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A ver se nos entendemos, porque nesta altura do debate, sinceramente eu estou bastante confundida, porque eu ainda não entendi o que é que na realidade estamos a debater.

Há uma coisa que eu percebi, é que o debate do Projeto de Resolução do PSD, “compromisso dos Açores no projeto Europeu”, é feito de reptos.

Aliás, havia um repto que nem sabia que existia. Pelos visto foi feito ontem pelo Sr. Deputado Berto Messias, mas eu não registei nenhum repto.

Deputado Berto Messias (PS): Nem eu reptei!

A Oradora: Agora, eu registei um repto que o Sr. Deputado António Marinho lançou e não vou perder a oportunidade de lhe dar resposta, embora não tenha bem a certeza (e agora apelo à condescendência da Sra. Presidente) de que este seja o tema, na realidade, deste Projeto de Resolução.

Confesso a minha muito grande dificuldade em perceber qual é o tema deste Projeto. Portanto, vou atrever-me a responder ao repto, pedindo a condescendência da Sra. Presidente se estiver fora do tema.

Disse o Sr. Deputado António Marinho que o Bloco de Esquerda, neste momento, tinha vergonha,...

Deputado António Marinho (PSD): Por acaso disse em relação ao PCP!

A Oradora: ... se sentia envergonhado de apoiar o Governo da República, como todos sabemos, um Governo do Partido Socialista.

Sr. Deputado António Marinho, para seu sossego e já agora para sossego de todas as Sras. e Srs. Deputados nesta câmara, eu quero dizer, em nome do Bloco de Esquerda, que nós não assumimos nenhum tipo de vergonha, bem pelo contrário.

O Bloco de Esquerda está absolutamente à vontade por dar apoio parlamentar a um Governo do Partido Socialista que finalmente começa a olhar para os mais pobres, para os desempregados, para os precários, para os aposentados, para os reformados, para as centenas e milhares de jovens que emigraram do nosso país

ao fim de quatro anos de um “governo de rapina” que fez questão sempre de tirar aos que menos tinham para dar àqueles que mais tinham.

Dar apoio parlamentar a um Governo do Partido Socialista que começa a fazer um pequeno caminho, a dar um pequeno passo...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estou para ver o que Sra. Deputada vai dizer quando lhe tirarem o apoio!

A Oradora: ... no sentido de dar resposta àquilo que os portugueses e as portuguesas precisam não envergonha o Bloco de Esquerda.

Agora quer isto dizer, Sras. e Srs. Deputados, que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista têm que estar de acordo em tudo o que diz respeito a posicionamento ideológico, ou político, ou de projeto de sociedade, ou de projeto da construção da União Europeia? Não quer!

Os senhores estão mal habituados porque durante quatro anos tiveram o domínio do pensamento único,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas agora têm que se habituar à pluralidade que tem um nome: chama-se DEMOCRACIA. E o Bloco de Esquerda orgulha-se de fazer parte dessa pluralidade e não tem nenhum problema em assumir nesta câmara, ou em qualquer outra, que sim, dá o seu apoio parlamentar ao Governo do Partido Socialista enquanto este Governo continuar a dar resposta àquilo que o Bloco de Esquerda colocou em cima da Mesa como as suas principais preocupações.

Enquanto este Governo continuar a dar resposta isso não envergonha o Bloco e tenho mesmo a certeza absoluta que não envergonha nenhum português, nenhuma portuguesa, nenhum açoriano, nenhuma açoriana, porque estavam todos a pedir, como pão para a boca, outro Governo,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Todos? Com quantos votos é que Passos Coelho foi eleito?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não pedi!

A Oradora: ... outra política, outro rumo e sobretudo outra decência neste país.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos pôr ordem naquilo que vamos dizendo por aqui.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pôr ordem, naquilo que lhe diz respeito!

O Orador: Desde logo, a acusação, por parte do Sr. Deputado Berto Messias, de que nunca dissemos ao que vínhamos, de que nunca dissemos claramente o que é que pretendíamos quando apresentámos com urgência esta iniciativa.

Pois eu vou dizer-lhe (e foi dito e consta do Diário das Sessões desse dia, não sei agora precisar qual foi o dia) exatamente o que é dissemos em termos de declaração de voto depois do chumbo da urgência da vossa parte:

“O PS negou-se à discussão. Continuaram a negar-se a discutir. Podem ter fugido [estou a dizer *ipsis verbis* o que disse] uma vez, podem ter fugido pela segunda vez, mas não vão fugir definitivamente.

Não podem fugir à prova final que virá no dia em que os votos dos açorianos no Partido Socialista podem fazer cair a máscara do PS-Açores”.

Dissemos aquilo que vínhamos a fazer e a nossa intenção quando apresentámos este Projeto de Resolução.

Portanto, não foi aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de dizer,...

Deputado Berto Messias (PS): Mas qual máscara?

O Orador: ... que nunca desvendámos por que é que queríamos este Projeto de Resolução, na altura.

Deputado Berto Messias (PS): Mas qual é a máscara? Ainda não percebi qual é a máscara!

O Orador: A máscara é justamente essa e agora vou dizer mais uma vez *ipsis verbis* aquilo que disse o Sr. Presidente do Partido Socialista, não o honorário, mas o outro.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que não manda!

O Orador: Disse, *ipsis verbis* (portanto abro aspas para referir a citação): “quem deve ser convidado para formar Governo deve ser quem venceu as eleições”.

Deputado Berto Messias (PS): E...

O Orador: Não fomos nós que dissemos isso.

Deputado Berto Messias (PS): Diga o resto!

O Orador: Quem disse isso foi o Dr. Vasco Cordeiro, Presidente do PS-Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem que dizer uma palavra de cada vez!

O Orador: Isso é clarinho, é claro, e basta fazer uma pequena pesquisa num qualquer *google*...

Deputado Berto Messias (PS): Basta!...

O Orador: ... para exatamente chegar a esta declaração.

Deputado Francisco César (PS): Mas não é dizer que é um Presidente qualquer! Só há um!

O Orador: Aqui, tal como referi há bocado, ficou claro que nem nos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República o Sr. Presidente do PS-Açores, o tal que não é o honorário, não consegue ter mão neles, não conseguiu ter qualquer tipo de influência,...

Deputado Berto Messias (PS): Mas porquê?

O Orador: ... porque meia dúzia de dias depois, a posição assumida pelos Deputados do PS-Açores, foi completamente ao contrário daquilo que o Sr. Doutor Vasco Cordeiro tinha referido uns dias antes.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, pelo amor da Santa!

O Orador: Segunda questão:

O senhor está aqui a baralhar qualquer coisa. Ninguém coloca aí a questão da legitimidade.

Nós não estamos aqui a colocar a questão da legitimidade do Governo. Isso é assunto passado. Obviamente que pode ser sujeita a conversa e poderemos conversar sobre isso, mas o que está aqui em causa é um Governo, que é formado por um partido, não é formado pelos dois. E, desde já, a ponho descansada, porque não me estava a referir,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Estou descansadíssima!

O Orador: ... quando falei para a Sra. Deputada Zuraída Soares, na questão da vergonha.

Não era uma questão dirigida a si, porque aliás acho que foi perfeitamente clara ontem e hoje. Defende aquilo que defende, concordando-se ou não se concordando. Portanto, a questão não era exatamente dirigida a si.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era dirigida a mim!

O Orador: O que está aqui em causa não é a legitimidade do Governo. É o que é que uma coligação que é negativa,...

Deputado André Bradford (PS): Qual coligação?

O Orador: ... foi formada numa base negativa, uma coligação espúria quanto a nós, mas acima de tudo formada em termos negativos, pode fazer ao país. Aqui ligamos à questão do país e da Região.

Os senhores passaram quatro anos a dizer que aquilo que se faz no país tinha uma influência negativa na Região. Agora, o Sr. Deputado Berto Messias quer circunscrever àquilo que se fez na Região, o que é que na Região foi colocado em causa para que se necessite de reafirmar estes princípios,...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor ainda não explicou!

O Orador: ...ao que é que se faz no país. E aquilo que se faz no país é termos um Governo que tem na base uma coligação negativa em termos de apoio, em que os senhores defendem absolutamente o contrário do que defendem aquelas pessoas.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Que chatice!

O Orador: Isto vai levar a que o país num momento crítico possa ser altamente prejudicado.

Eu dou só aqui a citação de uma coisa que apareceu há minutos na comunicação social.

Diz a DBRS (a DBRS é uma das Agência de Notação Financeira e é aquela que é especialmente importante para a dívida portuguesa), e mais uma vez uma citação *ipsis verbis*:

“A reversão de medidas [que resulta desta coligação negativa] não está a ajudar nem um bocadinho à confiança dos mercados”.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Ah, não? Então o que é?

O Orador: “A confiança dos mercados não é qualquer coisa que ande por aí a pairar nos céus dos Açores. A confiança nos mercados vai obrigar-nos a pagar juros mais elevados e vai ter efeitos negativos na nossa vida e designadamente na vida das empresas”. Daí a necessidade de reafirmação de princípios. Todos temos que saber o que é que defendemos.

Os senhores defendem uma coisa; defenderam algo em Comissão. O Sr. Subsecretário considerou que não havia rigorosamente nada a colocar em relação a esta iniciativa, e por isso os senhores é que têm que se entender. Para quê? Para que não prejudiquem o país, para que não levem novamente o país à situação desastrosa, à situação de bancarrota em que se encontrava em 2011 quando o anterior Governo assumiu funções.

Uma última questão relativamente ao Orçamento de Estado.

Sr. Deputado Berto Messias, quando considera a grande vitória obtida em Bruxelas com a negociação do Orçamento de Estado, o senhor sabe duas coisas: primeiro, até lá chegar, de esboço em esboço, de errata em errata, temos uma errata relativamente ao Orçamento de Estado, algo nunca visto, em que uma em cada cinco páginas do Orçamento de Estado teve que ser objeto de errata, porque estava mal feito, foi feito em cima dos joelhos.

Portanto, é com este Governo que faz instrumentos deste género que nos temos que confrontar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E aquilo que o senhor certamente terá na memória é que relativamente à versão final deste Orçamento de Estado ela foi aprovada com um compromisso: é que em simultâneo houvesse medidas adicionais em termos de consolidação orçamental que o Governo tinha que se comprometer até ao próximo mês de maio. Só até ao próximo mês de maio!

Ou seja, existe um plano B. Ou seja, o documento que foi aprovado em Bruxelas não está limpo, deixa dúvidas à Comissão Europeia.

Portanto, a grande vitória é uma vitória de perro.

Portanto, nesta situação, os senhores, acima de tudo,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e neste momento, aquilo que têm que fazer é se entender com aqueles que vos apoiam e trabalhar no sentido de não prejudicar gravemente os portugueses e levá-los novamente à situação de bancarrota com que deixaram o país em 2011.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate. A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu tenho que perguntar à Mesa o que é que exatamente tem a ver toda esta intervenção do Sr. Deputado António Marinho...

Deputado André Bradford (PS): Estava a pensar no mesmo!

A Oradora: ... com o Projeto de Resolução que tem por epígrafe o “compromisso dos Açores no projeto europeu”, e que diz que esta câmara deve reafirmar a pretensa dos Açores à União Europeia, à União Económica e Monetária, à União Bancária, a importância da vinculação de Portugal ao Tratado Orçamental, tudo o que vem por aqui abaixo.

Estamos a discutir o Orçamento de Estado, o Governo da República, os acordos parlamentares feitos, o apoio parlamentar do Bloco de Esquerda e do PCP ao Governo do Partido Socialista.

Já agora, Sra. Presidente, a única coisa que nós ainda não discutimos é o que vem exatamente dentro do corpo deste Projeto de Resolução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

A Oradora: Portanto, eu continuo a dizer que há aqui uma insanável confusão, ou no meio do debate, ou na cabeça de alguns Srs. Deputados.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, fica registada a sua interpelação, apesar de que a Mesa entende que as matérias que foram abordadas pelo Sr. Deputado António Marinho inserem-se neste Projeto de Resolução e, pelo facto, permitimos que ele continuasse a sua intervenção.

Está inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho talvez fosse bom que V. Exa. fosse mais rigoroso na forma como intervém neste plenário,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu!... Espelho meu!...

O Orador: ... desde logo, não existe nenhuma coligação nem boa, nem má, nem negativa, nem positiva.

O que existem são acordos bilaterais entre o PS e o PCP, entre o PS e o Bloco de Esquerda, entre o PS e o Partido Ecologista os Verdes. É disso que se trata.

Mas a sua falta de rigor vai ainda mais longe.

Não é a Comissão Europeia que aprova ou não aprova o Orçamento de Estado. Essa é uma competência exclusiva da Assembleia da República, segundo a Constituição da República Portuguesa. Portanto, o rigor na linguagem talvez lhe ficasse bem.

Agora, relativamente à matéria que nos traz aqui, aquilo que V. Exas. pretendem, ou pretendiam, era ver se encontravam algumas contradições entre os posicionamentos, ou se os posicionamentos destes quatro partidos se tinham alterado.

Ora bem, pelo que é conhecido, ninguém alterou o seu posicionamento. Agora, há uma questão importante aqui. Aquilo que se fez, ou aquilo que se está a tentar fazer, é consertar aquilo que o Governo do PSD e do CDS-PP...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Consertar, não!

O Orador: ... fizeram a este país.

E aquilo que fizeram foi levar uma dívida pública que em 2011 não chegava aos 100% para que em 2015 ultrapassasse os 130% do PIB.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora percebo por que é que o Tino de Rãs teve mais votos do que o PCP!

O Orador: Aquilo que V. Exas. fizeram foi levar centenas de milhares de portugueses para o desemprego, para a pobreza, para a exclusão e para a emigração. Isso é da vossa responsabilidade.

É isto que estes acordos pretendem fazer, os acordos bilaterais. É consertar aquilo que vocês destruíram, o PSD e o CDS-PP. É disso que se trata.

Deputado António Marinho (PSD): Aqui estaremos!

O Orador: Em relação à matéria deste Projeto de Resolução, a eficácia dele é nula, porque não me parece que alguma coisa tenha sido alterado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Estéril!

O Orador: Estéril, inócua. É completamente estéril, inócua, nula, porque nada se alterou, nem este Projeto de Resolução adianta rigorosamente nada face ao posicionamento do país, por enquanto, relativamente a estas matérias.

Deputado António Marinho (PSD): Por enquanto!...

O Orador: Mas dizer-lhes, Sra. e Srs. Deputados do PSD, que em relação à matéria da iniciativa importa registar que a União Europeia, e a entrada na União Económica Monetária, é origem dos maiores e complexos problemas nacionais e também da Região Autónoma dos Açores.

Questões como o fim das quotas leiteiras, a perda de soberania na nossa Zona Económica Exclusiva, a impossibilidade de regular os mercados e financiar empresas públicas, todas decorrem da rapina capitalista europeia, à qual o PSD e o CDS-PP...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem é o seu candidato ao Parlamento Europeu?

O Orador: ... deram corpo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal o muro está de pé e com força!

O Orador: ... não esquecendo que o PS é um cúmplice e um promotor ativo dessas políticas de rapina da riqueza nacional e da nossa perda de independência e soberania.

Recebemos muitos milhões de euros de financiamento europeu, mas nem estamos mais ricos, nem produzimos mais, nem temos menos pobreza, nem temos menos desemprego, nem temos mais justiça social.

Não! Porque o financiamento europeu não era para o nosso desenvolvimento que se destinada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva a China, defensora dos direitos humanos. Viva a Coreia do Norte! Viva Cuba!

O Orador: Destinava-se e destina-se a subjugar as economias dos países mais pobres e a torná-las mais endividadas e mais dependentes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sem dúvida que o modelo comunista era muito bom!...

O Orador: Esse foi o resultado de uma integração promovida pelo centrão e pelo seu apêndice, da integração capitalista na União Europeia.

A verdade é que por detrás da União Económica e Monetária do euro encontra-se o objetivo da redução dos custos de trabalho e a União Económica e Monetária assumiu-se com um dos principais instrumentos para a maior liberalização de movimentos de capitais e consequentemente um maior grau de mobilidade de capital multinacional...

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não acredita no que está a dizer!

O Orador: ... em busca de melhores condições de exploração da mão-de-obra e domínio dos mercados dentro do espaço europeu.

As consequências estão à vista: a degradação das condições de vida e de trabalho, destruição de sistemas produtivos e a acentuada desindustrialização dos países da periferia por via da sua transformação em consumidores na produção excedentária dos países do centro...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouçam bem, Srs. Deputados do Partido Socialista!

O Orador: ... e em fornecedores de mão-de-obra barata, aumento dos desequilíbrios macroeconómicos entre os diferentes países da zona euro.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Fator que a par da transformação da dívida privada em dívida pública está na origem...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aquilo que o PCP não mudou! O que os senhores mudaram! Ouçam bem, que a lição é esta!

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor trocou o papel?

O Orador: Qual é o seu problema?

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até a Zuraida saiu! Acalme-se!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ela não consegue ouvir!

O Orador: Não me acalmo. Eu sei que vos custa a ouvir.

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Ao centrão e ao apêndice custa-lhes ouvir estas coisas, mas vão ter de ouvir...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E aos Deputados do PS também!

O Orador: ... porque V. Exas. subscrevem isto, subscrevem a perda da independência nacional, da soberania e da Autonomia Regional.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pergunte aos seus colegas do Partido Socialista!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor votou contra a Autonomia!

O Orador: Nós não abdicamos da nossa posição que é clara: reafirmamos o inalienável e pleno direito do povo português decidir o seu próprio destino e escolher os caminhos que entender, mais conformes com a nossa identidade

histórica, os nossos direitos e aspirações, e ver salvaguardados os interesses nacionais e regionais.

Eu termino já, Sra. Presidente.

Portanto, V. Exas. procurem contribuir com soluções, aqui, na Região Autónoma dos Açores, para melhorar a qualidade de vida do povo açoriano e para que se encontre um projeto de desenvolvimento para os Açores que efetivamente nos transporte para níveis de qualidade e de conforto que todos desejamos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Deputado Berto Messias, já percebeu agora?

O Orador: Mas não é a brincar!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Deputado Berto Messias, quer rever a sua intervenção?

O Orador: Não é com Projetos de Resolução deste teor que V. Exas. dão esse contributo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vive-se bem na Venezuela, não é Sr. Deputado?

Deputado Bruno Belo (PSD): E na Coreia!

O Orador: Aliás, estamos habituados a que o PSD, quando é para contribuir...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... com alguma coisa de útil e de concreto para o povo açoriano nunca está (não está!) disponível. Está disponível é para a chicana e para a politiquice.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(Diálogo entre os Deputados Aníbal Pires e Artur Lima)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias está no uso da palavra. Agradeço algum silêncio.

Sr. Deputado Berto Messias...

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que o Sr. Deputado António Marinho já não tem tempo. Portanto, não lhe farei perguntas.

Deputado António Marinho (PSD): Esteja à vontade!

O Orador: No entanto, há aqui duas ou três questões que me parece importante precisar.

Em primeiro lugar, eu terei muito gosto em entregar na Mesa a transcrição, muito clara e muito concisa, daquelas que foram as declarações do Presidente do Partido Socialista-Açores e Presidente do Governo dos Açores sobre aquilo que disse na noite eleitoral...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não precisa, porque lembramo-nos bem dela!

O Orador: ... sobre quem ganhou as eleições, sobre quem deveria ser convidado a formar Governo e também aquilo que referiu quanto ao esforço que quem ganhou as eleições deveria fazer para conseguir viabilizar o seu Programa de Governo e, não conseguindo fazê-lo, naturalmente que teriam que ser consideradas alternativas legítimas que materializassem a vontade do povo.

Foi isso que aconteceu quando o Presidente da República Cavaco Silva convidou o Secretário-Geral do PS, António Costa, para formar Governo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pelos vistos, o Presidente da República não eleito agora vem pedir consensos!

O Orador: Portanto, entregarei na Mesa a transcrição dessas declarações que poderão ser distribuídas a todos.

Depois, não posso deixar de fazer uma precisão relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado António Marinho sobre a DBRS, a Agência de Notação Financeira, porque o Sr. Deputado António Marinho referiu uma frase que por acaso até veio nos lides que costumam sair e nos alertas dos *smartphones* e dos *iphades*, neste caso, do Observador e do Diário de Notícias, mas depois não referiu outras referências que fez a DBRS que estão, por exemplo, no Jornal de Negócios...

Deputado António Marinho (PSD): Quando?

O Orador: ... que dizem, por exemplo, “que o maior problema seria um confronto com a Comissão Europeia, o que não aconteceu”.

Ou quando diz, por exemplo, “reconhecemos...”

Deputado António Marinho (PSD): É porque saiu agora mesmo! Não podia ter feito referência!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor.

O Orador: Eu agradecia que me deixassem continuar, se fosse possível.

“Reconhecemos que a meta do 2,2% é ambiciosa, mas se não existirem grandes derrapagens não estamos preocupados”.

E também não referiu, por exemplo, a notícia de ontem, do Expresso Diário, que diz que “Portugal destaca-se na queda de juros da dívida”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas destacou-se na subida da dívida, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado António Marinho há notícias e interpretações para todos os gostos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): José Sócrates já dizia isso. Teixeira dos Santos é que não acreditava!

O Orador: E também deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado António Marinho, e já tivemos oportunidade de discutir esta matéria num debate televisivo:

Sr. Deputado António Marinho, quem é que não se lembra da Fitch, da Standard & Poor's, da pressão permanente que as Agências de Notação Financeira fizeram sobre o Governo Português, o antigo Governo? E da pressão permanente que essas Agências estão a fazer permanentemente sobre os Governos Europeus e da agenda que têm sobre a crise das dívidas soberanas?

Deputado Bruno Belo (PSD): A culpa é dos outros!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, é como lhe digo, temos notícias para todos os gostos.

Também julgo e me parece que todos temos a responsabilidade de não estar permanentemente, para daí retirar dividendos político-partidários, a embarcar numa política de alarmismo da população...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Alarmismo?! Eles faliram o país!

Deputado António Marinho (PSD): É informar as pessoas!

O Orador: ... que julgo que não abona em nada a favor do nosso desenvolvimento económico e social.

Volto a dizer-lhe, Sr. Deputado António Marinho, não percebo esta proposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vocês fizeram um assalto ao Governo!

O Orador: Os princípios que aqui estão nunca estiveram em causa.

Deputado António Marinho (PSD): Estão, estão!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não estão?

O Orador: Reafirmam-se princípios quando esses princípios estão postos em causa e da parte do Partido Socialista (eu posso dizê-lo) e da parte do Governo dos Açores estes princípios nunca estiveram em causa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até o Partido Comunista passou a ser favor de Portugal na NATO. Passou a ser a favor do Pacto Orçamental!

Deputado Bruno Belo (PSD): Qualquer dia começa a concordar com União Europeia!

O Orador: Como se diz na Terceira isto é uma proposta para enriquecer, que não acrescenta nada.

Também permita-me a sugestão:

O PSD-Açores é um partido com um papel histórico muito relevante na Autonomia dos Açores.

É um partido que teve um papel muito relevante na construção do projeto autonómico e no aumento dos índices de desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Lamentamos que hoje o PSD-Açores se limite a este tipo de propostas e a alimentar esses fantasmas de que o Presidente tem influência ou não tem influência aqui ou ali.

Em vez de estar a alimentar esses fantasmas que só servem para que os senhores usem isso no vosso círculo fechado, em vez disso, comprometam-se em contribuir ativamente com medidas, com propostas, com ideias que acrescentem algo ao futuro dos Açores e que aumentem o desenvolvimento económico e social da nossa Região, porque isso é que verdadeiramente interessa e nós também contamos com o PSD-Açores para esse projeto político, para que os Açores continuem a construir uma Autonomia forte, porque é isso que realmente interessa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Entramos no ponto quatro.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 17 minutos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para dar oportunidade ao PSD e ao CDS para irem tomar um chazinho de cidreira!

Eram 16 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Entramos agora no ponto quatro da Agenda: **Petição n.º 38/X – “Contra as portagens, taxas e tarifas da zona das caldeiras da Lagoa das Furnas”**, apresentada por Teresa Elizabete Medeiros, na qualidade de 1.ª subscritora.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento da Assembleia e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes. Cada Grupo ou Representação Parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, relator da Comissão de Economia.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO “CONTRA AS PORTAGENS, TAXAS E TARIFAS DA ZONA DAS CALDEIRAS DA LAGOA DAS FURNAS”

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 14 de outubro de 2015, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Petição “Contra as portagens, taxas e tarifas da zona das caldeiras da Lagoa das Furnas”.

1st. CAPÍTULO – introdução

A 29 de maio de 2015, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição intitulada “Contra as portagens, taxas e tarifas da zona das caldeiras da Lagoa das Furnas”, cuja primeira subscritora é Teresa Elizabete Medeiros.

A petição, no seu essencial, defende que sejam abolidas “as taxas e tarifas que recaem sobre acesso, fruição, estacionamento, utilização de mesas e buracos” na zona da Caldeira das Furnas, património da Região Autónoma dos Açores, concessionado por um ano, podendo ser renovável, à Câmara Municipal da Povoação.

O subscritor da Petição justifica, genericamente, que existe uma “tradição micaelense de fruição e convívio” naquele local e que os pacotes de taxas instituídos “constituem um obstáculo a esta tradição secular e limitam o livre acesso dos açorianos à sua terra, o que tem gerado profunda indignação e até crispação social, naquela comunidade, podendo dar azo à radicalização de formas de contestação”.

2nd. CAPÍTULO – enquadramento jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3rd. CAPÍTULO – apreciação na generalidade e na especialidade

A Petição em análise tem como justificação, da parte dos seus proponentes, em termos genéricos, a necessidade cancelar as portagens, taxas e tarifas da zona das Caldeiras da Lagoa das Furnas.

Consideram os peticionários que a cobrança das taxas previstas irá penalizar as famílias com menores recursos afastando-as daquela estrutura, assim como as associações, fotógrafos amadores, amantes do pedestrianismo, cicloturistas e observadores de aves, entre outras.

Referem ainda que a aplicação das taxas devidas “não consubstanciam a prestação de qualquer serviço - até porque os serviços são pagos adicionalmente – e constituem na prática a cobrança de um imposto, vulgo portagem, competência interdita às autarquias locais”.

Segundo os peticionários a isenção de taxas aos residentes nas Furnas prevista no regulamento municipal viola grosseiramente o Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa e apontam com ilegal a prática de segurança privada naquele espaço promovida pela Câmara Municipal da Povoação, nomeadamente no período noturno.

Consideram também que naquele espaço estão a ser utilizados na exploração comercial “efetivos dos programas ocupacionais afetos a projetos localizados noutras zonas e instituições do concelho” e que não são remunerados pelas tarefas que realmente desempenham.

Por fim, os subscritores afirmam que, como consequência desta política, as pessoas residentes na ilha afastaram-se daquela zona e que “esta se transformou num deserto a que só acedem turistas, para tirar fotografias, situação em que lucra a autarquia e perde a economia.”

Nestes termos, a presente Petição solicita a intervenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores “no sentido de abolir as referidas taxas e/ou em última instância suspender/revogar o protocolo de concessão que as instituiu”.

A Comissão de Economia deliberou ouvir a primeira subscritora da petição, Teresa Elisabete Medeiros.

No dia 2 de julho de 2015 a Comissão de Economia ouviu a primeira peticionária Teresa Elisabete Medeiros, que veio acompanhada pelo Presidente da Junta de Freguesia das Furnas, Luís Quental.

O Presidente da Junta de Freguesia começou por afirmar que o motivo desta petição já era sobejamente conhecido, que tinha a ver com a concessão pelo Governo Regional da zona das caldeiras, nas Furnas, com a possibilidade de serem cobradas taxas e que a portagem era a mais polémica de todas por ser de legalidade duvidosa.

Segundo o Autarca era consensual entre os utilizadores que a cobrança do acesso representava uma dupla taxação, já que os serviços existentes eram cobrados também.

Afirmou que este novo modelo estava a afastar os residentes daquele local, que agora apenas se destinava a turistas que tiravam fotografias e pouco mais.

Segundo o Presidente da Junta, a nova exploração comercial da zona da caldeira das Furnas não cumpria com a legislação laboral e representava um impacto negativo na economia da sua Freguesia.

Por outro lado acrescentou que Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Lagoa tinham uma série de infraestruturas que “prendiam” os turistas. Recordou que o desaparecimento das termas, que deu lugar a um hotel, também criou problemas por afastar os residentes, ficando apenas os turistas.

Disse ainda que andava há um ano a tentar resolver a situação, desde audiências com o Diretor Regional do Ambiente e com o Presidente do Governo, através da sua Chefe de Gabinete, e não teve sucesso em inverter este impacto negativo na economia da Freguesia.

O Deputado André Bradford perguntou se a sua fundamentação se baseava em algum estudo ou se tinha alguma base para afirmar o que tinha afirmado.

Recordou que a Poça da Beija tinha sido concessionada, com uma entrada de 3 euros e, mesmo assim, registava um afluxo constante de utilizadores. Recordou que a situação da Caldeira Velha na Ribeira Grande era idêntica, também tinha portagem.

O Presidente da Junta, a título de exemplo, referiu que um grupo de 30 pessoas pagava de taxas 68,5 euros, confirmando que não se baseava em nenhum estudo, mas referiu que também o Governo não tinha feito qualquer estudo para concessionar o espaço.

Depois afirmou que não era possível comparar o que não era comparável, referindo à Poça da Beija, que segundo ele era diferente. Tratava-se de um espaço que era um antro de promiscuidade, de violência e potenciadora de conflitos, e o Governo e a Junta compraram terrenos para fazer os melhoramentos necessários e por isso tinha de ser cobrada a entrada, recordando que na Caldeira Velha apenas cobravam a entrada.

Referindo-se ao Diretor Regional do Ambiente, que tinha utilizado o exemplo da montanha do Pico para defender que a cobrança de taxas não implicava a descida da procura, afirmou que se neste caso a procura tinha aumentado isso se devia às melhores condições criadas para o apoio ao montanhista.

Confirmou que esta medida de concessionar aquele espaço foi penalizadora e que não se devia ter tomado essa iniciativa sem falar antes, como acontece numa sociedade democraticamente saudável.

O Deputado André Bradford referiu que uma coisa eram perceções outra eram os dados. Salientou que a entrada custava apenas 0,50 euros e que existiam exceções relevantes como era o caso do cuidado que reservavam aos comerciantes.

Referindo-se aos dados de março, onde se registaram 15.532 entradas, e abril, com 23.300 entradas, o Deputado constatou que assim aquele local não era um deserto com quem queriam fazer crer. “O que era a Furnas e o que é agora”, concluiu.

O Autarca constatou que o tipo de discussão à volta de pagar ou não pagar não era o mais indicado e que a questão dos números deveriam ser comparados com valores homólogos, que não existiam.

Referiu que o que estava em causa era o padrão de consumo e não o número de entradas, pois muitas vezes se tivessem 6.000 visitas de micalenses gastavam, de certeza, muito mais que se fossem turistas.

“A lagoa das Furnas, deste modo, deixou de ser um lugar aprazível para usufruto da população e passou a ser um local onde se pagam taxas”, concluiu.

O Deputado Jorge Macedo começou por afirmar que o PSD era favorável ao princípio utilizador / pagador mas que entendia que quando estivessem em causa benefícios para a comunidade esse princípio poderia não ser aplicado.

Perguntou aos subscritores se concordavam com a criação de uma exceção para os residentes nos Açores. Perguntou ainda, e tendo em conta que o alojamento estava concentrado em Ponta Delgada, o que se poderia fazer para que os visitantes ficassem mais tempo nas Furnas, se o termalismo poderia fazer aumentar a estada média.

O Autarca referiu que o princípio do utilizador / pagador deveria ser universal, mas isso não acontece e apontou o exemplo das praias, do Pinhal da Paz, do Cerrado dos Bezerros ou do Parque Urbano. Defendeu que ou pagavam todos ou então não pagava ninguém.

Afirmou que ninguém vai querer viver num local onde se paga para tudo e lembrou que, no caso das Furnas, pagava-se para utilizar e para fluir.

No seu entendimento achava que a cobrança daquelas taxas pela Câmara Municipal da Povoação não eram legais pois estas estavam impedidas de cobrar taxas sem prestar serviços.

Relativamente às isenções para todos o Açorianos o Autarca achou pertinente até porque o padrão de consumo era diferente: uns eram clientes e outros apenas curiosos.

Sobre o termalismo o Presidente da Junta referiu que as Furnas eram a maior Hidrópole do mundo, com águas de qualidade e muito procuradas durante anos. Para o Autarca a carne e o leite dos Açores eram produtos reconhecidos, mas as águas eram um recurso não valorizado, apesar de conhecidas como curativas para 32 doenças crónicas.

Segundo o Presidente da Junta as termas, tal como eram, serviam com centro canalizador de pessoas que seriam divididas por várias estruturas hoteleiras existentes. Sobre o hotel referido o Autarca afirmou que este não tinha futuro.

O Deputado Paulo Estevão afirmou que a posição do PPM ia ao encontro dos peticionários, que estes tinham razão, pois a criação de taxas, no atual contexto que estávamos a viver, era prejudicial por ser inibidor da sua utilização.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, afirmou que a Freguesia das Furnas era uma zona com grande concentração de estruturas turísticas.

Referiu que os dados demonstravam que os últimos dois anos foram os melhores de sempre e que não se tinha registado qualquer conflito com a implementação destas taxas.

Segundo o Deputado, a criação das taxas teve como objetivo salvaguardar o princípio do utilizador / pagador, adaptado à realidade local.

Lembrou que os recursos para manter as infraestruturas eram de grande monta e, referindo-se à Caldeira Velha, explicou que esse espaço tinha sido requalificado e que agora era mantido em excelente estado.

Perguntou se na Lagoa das Furnas tinha havido a requalificação do espaço, se foram criados postos de trabalho, para quem eram as taxas, se eram para reinvestir e o que tinham ganho os Povoacenses com esta medida.

O Presidente da Junta referiu que a Caldeira Velha e a Poça da Beija não eram comparáveis. A Lagoa das Furnas, segundo ele, era um espaço de domínio público, de convívio. Afirmou que as 23.000 pessoas que visitaram aquele

espaço foram de autocarro, pagaram a taxa, tiraram umas fotografias e não gastaram nada.

Referiu que tinha havido requalificação na zona da Ermida, mas que na Caldeira não tinha havido nada.

Na sua opinião o pagamento das covas para cozinhar não estava em causa, frisando que apenas o acesso estava fora do consenso e da discussão pública tida anteriormente.

Sobre o emprego o Autarca referiu que a Direção Regional do Ambiente tinha 4 pessoas em permanência e que a Câmara Municipal juntou mais 17, mas que na realidade não tinha havido criação de postos de trabalho.

Sobre a questão do princípio do utilizador / pagador o Presidente da Junta referiu que se devia pagar apenas aquilo que se consome.

Sobre o destino da receita das taxas, o Autarca disse desconhecer porque isso nunca foi dito anteriormente, mas que no documento apresentado dizia que se destinava aos festivais da autarquia, portanto não ia para a freguesia.

O Deputado Jorge Macedo constatou que o convidado não se opunha à taxa para o cozido, mas apenas a taxa à cancela de entrada. Perguntou qual a posição relativamente à isenção de taxas aos residentes Açorianos.

O Autarca, em resposta, afirmou que os Açorianos eram Cidadãos Portugueses e da União Europeia e que por isso uma medida desse género não seria constitucional, mas que resolvia a situação.

A Comissão de Economia deliberou ouvir, sobre esta matéria, o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

No dia 1 de setembro de 2015 a Comissão de Economia ouviu o Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

O Secretário Regional começou por dizer que a zona em questão estava integrada no Parque Natural e que era um referência ambiental, turística e de paisagem protegida.

Referiu que a boa gestão resultava em benefícios para todos e permitia ter cautelas ambientais combinado com uma exploração mais disciplinada.

Segundo o Governante a Petição refere a redução de visitas, mas a realidade era bem diferente: até 13 de agosto de 2015 tinham sido registadas cerca de 100.000 entradas.

Reconheceu que se estava a dar um enfoque muito significativo na Lagoa das Furnas e na problemática da cobrança de taxas à entrada e pelos serviços prestados.

Referiu que antes a utilização das covas para a feitura dos cozidos era uma anarquia e que agora, com a implementação de todos os serviços as coisas funcionavam de uma forma diferente, era possível marcar, ter apoio para o transporte e, como tal, não tinha dúvidas que tinha melhorado significativamente.

O Governante referiu que existiam outras situações semelhantes, como o caso da Caldeira Velha, com resultados satisfatórios, onde se registaram cerca de 60.000 visitantes muito embora a taxa fosse mais elevada. Referiu também que a Poça da D. Beija era outra situação de sucesso.

Por fim apontou como boa medida a intervenção da Câmara Municipal da Povoação na lagoa das Furnas por ter, contribuído para o seu ordenamento.

O Deputado Jorge Macedo começou por afirmar que o PSD era favorável ao princípio do utilizador / pagador porque se não fosse o utilizador a pagar seriam todos a pagar.

Lembrou que existiam, no entanto, situações de exceção e que quando se questionou o peticionário sobre a possibilidade de isentar os residentes nos Açores da taxa de entrada, o peticionário ficou sensível a essa questão.

Perguntou ao Governante qual a opinião do Governo Regional. Perguntou ainda se era possível saber das cerca de 100.000 entradas cobradas, quantas correspondiam aos residentes e não residentes.

O secretário Regional afirmou que número de entradas (100.000) era global não podendo ser discriminado. Sobre a questão de isentar os residentes nos Açores das taxas, não lhe parecia simples ou fácil, muito embora fosse uma situação que podiam ponderar, lembrando os presente que se estava a falar de uma taxa de apenas 50 cêntimos, portanto, muito baixa.

Referiu que a entrada na Caldeira Velha era quatro vezes superior e que, mesmo assim, aí não tinha havido qualquer problema, qualquer motivo de protesto, havendo, inclusivamente, algum apoio porque por via desse pagamento era possível gerar alguma receita que permitia manter o local em perfeitas condições perante todos os que nos visitam, sejam residentes ou não, por isso lhe parecia não ser fácil ir no sentido de isentar os residentes.

O Deputado Jorge Macedo afirmou que concordava genericamente com essas posições, mas que tinha de estabelecer uma distinção entre a Poça da D. Beija, a Caldeira Velha e a zona dos cozidos nas Furnas, concretizando que na Caldeira Velha podia-se usufruir de um serviço, tal como na Poça da D. Beija, mas que na zona das Furnas era mais de fruição visual.

O Secretário regional confirmo que essa fruição era de facto o passeio e a vista, mas numa zona que tinha uma intervenção mais cuidada, onde foram instaladas algumas infraestruturas do acesso à zona das caldeiras em condições de maior segurança e que tinham alguns custos associados que importava criar contrapartidas para que se pudesse manter este espaço em boas condições.

A Deputada Graça Silveira começou por dizer que em termos de princípio estávamos todos de acordo. Referiu que a Região Autónoma dos Açores, uma das coisas que tinha para vender eram as suas belezas naturais.

Segundo a Deputada, esta petição ia no sentido de saber quem cobrava esta taxa, se o Município, se o Governo. Concordou que o Governo não tinha capacidade para manter aquele espaço em boas condições, com vigilância, com acessibilidades, mas lembrou que os peticionários diziam que a taxa de acesso era desnecessária já que todos os outros serviços eram pagos adicionalmente.

“Se é uma taxa que é aplicável pelo usufruto do espaço, eu não percebo o contributo das taxas à António Costa. Ou é para usufruto ou não queremos um espaço controlado que qualquer um pode usufruir”, referiu.

Sobre o controlo da residência das pessoas entradas afirmou que lhe parecia de muito difícil concretização.

Por fim perguntou se o Governo tinha capacidade para desempenhar as funções que tinham sido delegadas nas autarquias.

O Secretário Regional afirmou que tinha sido uma opção, tal como tinha sido na Caldeira Velha, e que, naturalmente, a responsabilidade da gestão do espaço era da Câmara, tendo ela acesso às receitas do espaço ficava também com a responsabilidade de cobrir os seus custos.

Explicou que, por tradição, no tempo anterior à vigência deste protocolo, era a Junta de Freguesia das Furnas que destacava um funcionário sem qualquer regra para tapar e destapar as covas e que a partir das 4 da tarde, já não existia qualquer guarda, qualquer controlo. Por fim afirmou que não era por falta de capacidade do Governo para estas funções, mas por ser uma questão mais prática e tinha sido nessa base que se tomou essa decisão.

Sobre a questão da isenção todos os Açorianos e residentes nas Furnas a Deputada Graça Silveira afirmou que os três exemplos que foram dados, representavam três patrimónios nossos que os Açorianos deveriam poder usufruir em condições de igualdade.

O Secretário Regional afirmou que em todo o período preparatório para que este protocolo entrasse em vigência, tinha havido um espaço temporal

relativamente alargado em que a Câmara Municipal tinha reunido com os empresários, com os cidadãos e os restaurantes que utilizavam esse espaço e que acreditava que a atividade económica que girava à volta daquela estrutura não terá sido afetada.

A Comissão de Economia deliberou ouvir, sobre esta matéria, o Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Carlos Ávila.

No dia 14 de outubro de 2015 a Comissão ouviu o Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Carlos Ávila.

O Presidente da Câmara Municipal da Povoação começou por afirmar que no dia 1 de março de 2015 abriram os serviços municipais na Lagoa das Furnas, como horário das 6.00h às 20.00h (14.00h de funcionamento -2 turnos de trabalho diário) e das 20.00h às 6.00h, apenas com vigilância noturna.

Referiu que tinham sido criadas as seguintes funções:

1. Receção e atendimento;
2. Reserva de covas;
3. Apoio e orientação aos visitantes;
4. Transporte das panelas dos cozidos;
5. Manutenção e limpeza dos espaços e dos WC;
6. Guarda e fiscalização, durante 24h;
7. Segurança dos visitantes;
8. Colocação dos cozidos;
9. Transporte de pessoas com dificuldade de locomoção;
10. Recolha e transporte de lixo;
11. Orientação e controlo do trânsito.

12. Manutenção permanente de mesas e passadiços.

Apontou que as funções específicas dos colaboradores eram:

- de coordenação dos serviços e dos colaboradores;
- de controle e pagamento de entrada;
- de atendimento, serviços de tesouraria e controlo contabilístico diário;
- de guarda noturno;
- de segurança e fiscalização dos visitantes no espaço das covas;
- de manutenção da limpeza nos WC;
- de transporte das painelas;
- de transporte das pessoas com dificuldade de locomoção;
- de colocação das painelas nas covas;
- de manutenção diária da limpeza do espaço;
- de orientação e fiscalização do comportamento dos visitantes;
- de orientação e fiscalização do trânsito;
- de carpintaria.

O Autarca referiu que tinham sido criadas as tarifas para aquele local, nomeadamente a de entrada (0,50 €), a de painela (3 € a particulares e 2,5 € a restaurantes) e a tarifa de estacionamento.

No entanto lembrou que tinham também sido criadas isenções, nomeadamente a crianças até 12 anos, aos portadores da painela, aos condutores de táxis, autocarros, condutores de carrinhas de Agências de animação turística e Guias turísticos, aos autocarros, táxis e carrinhas de agências de animação turística (estacionamento), aos portadores de cartão Amigo do Parque da Direção Regional do Ambiente, aos pedestrianistas do trilho da Lagoa das Furnas ou do Pico do Ferro, a reserva e utilização de mesa (durante 2015) e aos residentes nas Furnas.

O Presidente da Câmara Municipal da Povoação, com referência a 11 de outubro de 2015, informou a Comissão de Economia que o investimento inicial em maquinaria, equipamento e infraestruturas, representou o valor 67.869,10 €. Relativamente ao mesmo período a prestação de serviço naquele espaço representou um encaixe de 99.063,76 € (65.365,50 € de entradas, 17.429,00 € em panelas de cozido e 16.269,26 € de estacionamento), enquanto a despesa representou 47.497,53 € (33.191,48 € em pessoal, 7.352,73 € à PSP e 6.953,33 € em outras despesas).

O Deputado André Rodrigues perguntou se considerava a criação de taxas e tarifas nas prestações de serviços e o respetivo regulamento como um fator de proteção e de sustentabilidade daquele espaço que é muito importante para os Açores.

O Autarca afirmou que se tinha optado pelo aumento da prestação de serviços naquele local como contrapartida pela introdução das taxas que eram simbólicas e não tinham prejudicado as entradas.

Informou ainda que por se ter aumentado a despesa com a criação de melhores condições foi necessário criar uma receita que a compensasse. Lembrou ainda que anteriormente as gorjetas atribuídas representavam mais que o atual custo de entrada.

O Deputado Jorge Macedo perguntou se o Autarca achava possível cobrar-se o serviço apenas como compensação pela prestação do serviço, como os WC ou estacionamento, e não pela entrada na cancela. Perguntou também se concordava com os peticionários em isentar os residentes na Região e como faziam para identificar os redentes nas Furnas.

O Presidente da Câmara afirmou que tudo era passível de ser alterado, menos a perda de receita, referindo que a entrada não poderia deixar de ser paga porque tinha sido criado um conjunto enorme de serviços que não poderiam ser pagos

apenas pelo Povoacenses. Sobre a identificação dos residentes nas Furnas, informou que era feita por conhecimento pessoal.

A Deputada Graça Silveira perguntou se não seria mais justo cobrar-se apenas a prestação de serviços, isentando as entradas. Referiu ainda que também não concordava com a isenção de taxas a todos os Açorianos porque não havia maneira de justificar esse facto às concessões privadas.

O Autarca confirmou que não seria possível deixar de taxar as entradas porque quando o espaço passou do Governo Regional para a Câmara Municipal tinha havido uma série de despesas que, depois de efetuadas, era necessário cobrir.

Relativamente à exploração do espaço o Presidente assumiu que poderia muito bem ser atribuído a privados num futuro próximo e que se tal acontecer não poderia haver perda de receita.

A Deputada Graça Silveira insistiu que as taxas de entrada serviam para pagar um serviço que já era da responsabilidade do município e que a isenção aos moradores das Furnas não era legal.

O Edil respondeu que não era assim. A responsabilidade da recolha de lixo e limpeza do espaço era do Governo antes da concessão.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, afirmou que o Partido Socialista era a favor de taxar a entrada em espaços para o seu usufruto. Lembrou que foi uma Câmara do Partido Socialista que introduziu as taxas na Caldeira Velha e que já existiam outras, como a Poça da D. Beija, em que tal acontecia.

O Deputado admirou-se desta polémica neste caso se nos outros sítios nem pedidos de isenção para os residentes tinha havido.

O Presidente da Câmara respondeu que não sabia se tinha havido isenções nas outras concessões, mas que no caso em análise o assunto tinha estado em discussão pública quase um ano e que todos os representantes estiveram de acordo com a introdução de taxas e que por isso não dava muita importância a

esta polémica porque havia outras motivações que não eram propriamente do interesse das Furnas nem do concelho da Povoação.

4th. CAPÍTULO – parecer

A Comissão deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD, pronunciar-se da seguinte forma:

1. Registrar a posição dos peticionários – corroborada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Furnas – cujo objetivo é, sinteticamente e atentas as razões referidas pela Primeira Peticionária, cancelar as portagens, taxas e tarifas da zona das Caldeiras da Lagoa das Furnas;
2. Registrar, igualmente, posição contrária defendida pelo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, bem como pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Povoação, isto é, sustentando, com os argumentos acima referidos, a pertinência da opção seguida;
3. Enfatizar a criação de postos de trabalho; a adequada preservação da natureza; o aumento do número de visitantes; o simbolismo das taxas; as diversas isenções previstas e o destino das receitas geradas;
4. Reconhecer, tal como é prática noutros locais similares, a razoabilidade do princípio utilizador/pagador;
5. Salientar a disponibilidade demonstrada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Povoação, face às críticas e sugestões, para a introdução de alterações no regime implementado, salvaguardando que tais alterações não poderiam ter por consequência qualquer diminuição da receita;
6. Considerar que a opção adotada pelo município da Povoação na gestão do espaço das Caldeiras da Lagoa das Furnas, enquadra-se nas soluções

adotadas com sucesso por outros municípios da Região na gestão de espaços públicos com grande afluência turística;

7. O modelo adotado permitiu por um lado, tornar sustentável – numa época de parques recursos públicos e privados - a gestão do espaço público referido, qualificando o seu usufruto e melhorando a oferta turística do destino Açores e, por outro lado, evitar a sobre utilização do espaço das Caldeiras da Lagoa das Furnas e seu respetivo desgaste;

8. Não obstante possíveis correções e aperfeiçoamentos que possam ser feitos no modelo atual de exploração do espaço público em análise, considera-se como minimamente assente, que está garantido a fruição do mesmo pela população da Freguesia das Furnas;

9. Constatar que a Petição, por ser subscrita por 1234 peticionários, reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião plenária; e

10. Dar conhecimento do presente Relatório à primeira subscritora da petição.

O Relator: José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O PSD apresentou declaração de voto, que se anexa.

O Presidente: Francisco Vale César

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD

O PSD/Açores vota CONTRA o teor do pronunciamento, considerando que o mesmo não contém qualquer referência à isenção do pagamento de taxa de entrada aos residentes na Região Autónoma dos Açores, questão suscitada pelo PSD/Açores e que teve aceitação por parte dos peticionários.

Ponta Delgada, 14 de outubro de 2015.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam para o debate da Petição.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

A Lagoa das Furnas, na ilha de São Miguel, é um dos principais ícones naturais, patrimoniais e turísticos da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: A sua beleza e as potencialidades que encerra são fatores que, desde sempre, cativaram a atenção, desde logo, os Açorianos, mormente dos residentes na ilha de São Miguel, como também dos muitos visitantes que nos procuram.

Este património natural é regional, tendo sido, desde sempre, o Governo da Região a tomar conta daquele espaço fantástico. Mas, houve um dia, em que o PS voltou a ganhar a Câmara Municipal da Povoação, tendo-a herdado do PSD com acentuadas dificuldades financeiras.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

A Oradora: Num ato da maior generosidade política, houve algum alto responsável socialista que cedeu a exploração daquele Património Regional à

Autarquia da Povoação, a qual através da cobrança duma panóplia de taxas e taxinhas, poderia assim encher os cofres depauperados do Município.

Assim, a 13 de fevereiro de 2015, a Câmara Municipal da Povoação anunciou a entrada em vigor das “taxas devidas pelo acesso e fruição da zona dos cozidos da Lagoa das Furnas”, sem que tivesse havido discussão pública, ou sequer o cuidado de fazer cumprir normativos constitucionais, como o Princípio da Igualdade:

“Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de..., nomeadamente, o território de origem (...)”.

Senão vejamos: Os Furnenses são mais Povoacenses do que os demais residentes no Concelho? E os Povoacenses são mais Micaelenses que os outros todos? E os Micaelenses são mais Açorianos que qualquer um dos outros cidadãos naturais e/ou residentes nesta Região? Não nos parece!

E, portanto, estamos perante uma matéria que, para além de duvidosa legalidade, foi imposta quase como que uma medida de austeridade, num exercício altamente reprovável, de financiar duma forma encapotada, uma Câmara Municipal, curiosamente da mesma cor partidária do Governo Regional.

Perante isto, não tardaram as reações dos frequentadores deste espaço de lazer, tendo surgido o “Movimento Lagoa das Furnas” para tentar sensibilizar os principais responsáveis políticos, para a necessidade de ouvir a população, de reunir com os empresários locais, e de proceder à elaboração de um regulamento de taxas que não ultrapassasse os limites consagrados na Lei e na Constituição da República Portuguesa.

Porém, os cidadãos afetos a este movimento cívico têm tido pouca sorte... Nem os principais responsáveis políticos têm manifestado disponibilidade para os ouvir e para ponderar melhor todo este procedimento, e quando, por direito

próprio, organizaram uma manifestação pacífica, acabaram por ver o Ministério Público constituir dois arguidos, porque a Câmara Municipal (ao abrigo de uma lei de 1974), não foi informada, com dois dias de antecedência, da realização de uma livre e legítima manifestação pacífica e ordeira.

Em março de 2015, porque as decisões foram impostas, em vez de consensualizadas e debatidas democraticamente, os cidadãos indignaram-se... é natural!

Mais, os furnenses sentiram-se, e com razão, duplamente taxados, uma vez que tem que pagar as taxas pelo usufruto da Lagoa das Furnas, para que o município possa garantir a limpeza e preservação do espaço, quando já pagam mensalmente ao município uma taxa de resíduos exatamente para este fim.

Por princípio, o CDS não tem nada a opor à concretização prática do conceito universalmente instituído de utilizador/pagador... Se ele for justo e justificável. No entanto, no caso em apreço não é: O Governo é o responsável pelo património, mas dá a uma câmara socialista falida a possibilidade de fazer receita à conta de taxas cobradas só a alguns... Isto não é justo, nem está devidamente justificado!!!

Um Picaroto não está isento do pagamento das taxas associadas à subida da montanha, só porque a montanha está no Pico!

Um natural da Terceira não está isento do pagamento da entrada no Algar do Carvão, só porque a gruta fica na sua ilha!

Um morador no Capelo não está isento do pagamento da entrada no Centro de Interpretativo do Vulcão dos Capelinhos, só porque mora no Capelo!

Da mesma forma, o Governo Regional não concessionou à Câmara Municipal da Horta “a exploração comercial” deste património natural ou das infraestruturas que lhes estão associadas...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Por acaso a Câmara é da mesma cor do Governo!

A Oradora: O que está aqui em causa é muito mais do que a cobrança de uma taxa num local específico da Região...

O que é preciso esclarecer é por que é que se paga estacionamento nas Furnas e não se paga na Lagoa do Fogo?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Paga-se na Caldeira Velha, em baixo!

A Oradora: O que é preciso definir é por que é que se paga entrada para fazer um piquenique nas Furnas e não se paga para fazer um piquenique nas Sete Cidades?

Deputado André Bradford (PS): Não se paga na Lagoa do Fogo? É porque os carros não chegam lá!

A Oradora: O que é preciso é perceber, por que é que existe algum património natural regional concessionado a algumas Câmaras, e a outras não?

E, portanto, o que é preciso, é definir claramente, se devemos aplicar, ou não, o princípio do utilizador/pagador em todas as lagoas, grutas, montanhas e parques naturais dos Açores, com vista, obviamente, à preservação e manutenção dos seus ecossistemas, para depois então se decidir se devemos ou não cobrar taxas...

Para o CDS é muito claro: ou se cobra em todo o lado, mediante a definição de um conjunto de regras claras, ou então dê-se acolhimento à pretensão dos Peticionários e acabe-se com a cobrança das portagens, taxas e tarifas da zona das caldeiras da Lagoa das Furnas!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Agradeço que se inscrevam.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, esta situação é recorrente nas petições. Têm que se inscrever sob pena de encerrarmos o ponto.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, encerre este ponto e passe ao seguinte! Três vezes! Aqui não estão criancinhas!

Presidente: Sra. Deputada Benilde Oliveira tem a palavra.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de expor a situação como deve ser, gostava de lembrar à Sra. Deputada – ela não estava aqui como Deputada, por isso talvez não se deve lembrar – que quando referiu que a Câmara da Povoação estava a usar isso para encher os cofres que estavam depauperados, estavam depauperados pelo PSD que nos deixou 37.7 milhões de euros, minha queria. *Ok?*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Outra questão:

A senhora não sabe o que é austeridade. Olhe para o seu partido, minha querida. Nós tivemos o nosso Presidente da Câmara aberto para todas as sugestões, reuniu-se com todas as pessoas que quiseram.

Agora vamos ao que interessa.

Permitam-me que comece por saudar os 1234 peticionários, muitos dos quais conheço pessoalmente.

O direito de petição tem dignidade constitucional e não é por mero acaso.

É pelo povo que aqui estamos e é em prol do povo que desenvolvemos o nosso trabalho.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Neste sentido, importa contextualizar o que estamos aqui a debater.

No dia 1 de março de 2015 abriram os serviços municipais na Lagoa das Furnas.

É necessário que todos compreendam o seguinte: o dinheiro da Câmara Municipal da Povoação pertence aos Povoacenses de todas as freguesias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Por isso, quanto mais receitas gerarmos, mais a Câmara pode fazer a favor de todos.

O PS assumiu, nas últimas eleições autárquicas, o compromisso eleitoral de não aumentar a carga fiscal sobre os Povoacenses e assim o fez. Manteve o preço da água, do saneamento e das contribuições autárquicas (para sua informação).

O investimento do município da Povoação na melhoria de condições que venham aumentar a atratividade é publicamente reconhecido, avultado e de há longa data.

A Lagoa das Furnas, as caldeiras, o Parque Terra Nostra com uma unidade hoteleira de excelência, os trilhos pedestres, enfim... toda a envolvente da Povoação é hoje um verdadeiro polo de atração turística e um ex-libris da ilha de S. Miguel e dos Açores.

É do conhecimento geral que o anterior Governo da República diminuiu, consideravelmente, as transferências para os municípios e até mesmo para a Região. Isto é um facto e contra factos não há argumentos!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Carnaval já acabou!

A Oradora: No caso concreto da Povoação, o município perdeu, desde 2009, mais de 1.2 milhões de euros em receitas por essa via.

Desde 1 de março de 2015 até fins de outubro, a autarquia – conforme afirmado publicamente – arrecadou aproximadamente 100 mil euros em receitas, tendo sido gastos cerca de 45 mil euros em despesas.

Neste sentido, importa salientar que o valor das receitas em sete meses já cobriu o investimento que foi feito, uma vez que a Câmara Municipal da Povoação investiu cerca de 68 mil euros em infraestruturas, equipamentos e maquinaria na zona da Lagoa das Furnas.

No período em análise, foram vendidas perto de 131 mil entradas, os cozidos geraram mais de 17 mil euros de receita camarária e o estacionamento rendeu mais de 16 mil euros.

Na Lagoa das Furnas trabalham agora 23 pessoas, ao abrigo de protocolos entre a autarquia e o Governo dos Açores. Derivado da introdução de tarifas de acesso à Lagoa das Furnas, a Povoação tem hoje menos 23 desempregados e isso, para o PS, é muito importante.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Quando falamos em tarifas de acesso ao espaço da Lagoa das Furnas, temos: 50 cêntimos de entrada por pessoa, 3€ pela confeção de cada cozido para particulares e 2.5€ para a restauração local.

Isentos do pagamento de entrada estão as crianças até 12 anos, os residentes nas Furnas e os possuidores do Cartão Amigo do Parque, da Direção Regional do Ambiente, o portador do cozido, guias turísticos, empresários da restauração, táxis e os condutores de autocarros.

Isentos do pagamento de estacionamento estão os autocarros, táxis e os veículos da restauração.

Face aos benefícios obtidos, tratar-se-ão de montantes irrisórios, temos de convir.

Perante o exposto, devo dizer que os moldes em que estas tarifas foram criadas me parecem justos, salvaguardando o interesse dos Povoacenses, não

prejudicando os peticionários, a maior parte Furnenses que, como demonstramos, estão isentos destas tarifas.

Furnenses, Povoacenses, Micaelenses, Açorianos: todos sabem o trabalho que o PS tem desenvolvido em prol da nossa terra e das nossas gentes. E é neste trabalho que os socialistas continuarão empenhados, diariamente.

Por último, não posso deixar de demonstrar a minha estranheza face à posição de alguns dos Srs. Deputados do ainda maior partido da oposição.

E porquê?

Há um outro concelho na ilha de São Miguel (Ribeira Grande), cujo município é presidido por um autarca do PSD,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que tem em funcionamento um sistema de pagamento de taxas para acesso à Caldeira Velha.

Neste caso, há um PSD que não só concorda com a aplicação de taxas, como a considera uma boa medida de gestão.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Afinal, o problema qual é? Será do concelho? Será da cor da Câmara?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Ou será do PSD?

Make up your mind, senhores! Decidam-se!

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Como é justo e habitual, começar por felicitar os/as 1.234 peticionários/as na pessoa da sua primeira subscritora, a D.^a Teresa Elisabete Medeiros, que trouxe a esta Casa, ou trouxeram a esta Casa, uma petição que se manifesta contra as portagens, taxas e tarifas na zona das caldeiras da Lagoa da Furnas.

A este propósito gostaria de começar por dizer o seguinte:

Sras. e Srs. Deputados, e se lhe cobrassem, ou se vos cobrassem, uma taxa para ir dar um mergulho à praia que sempre frequentámos toda a nossa vida?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Impossível? Talvez não!

Deputado André Bradford (PS): E se isso não tivesse nada a ver com a petição?

A Oradora: Temos vindo a assistir nos últimos anos a uma preocupante série de limitações de acesso ao espaço público nos Açores que segue a seguinte lógica:

Existe um local de interesse com valor ambiental e que é frequentado pela população local e visitado por turistas.

A Região, ou as autarquias, com a justificação de criar melhores condições para receber os visitantes, ou para requalificar o local, realizam obras, veda o espaço público, estabelecem um horário de acesso e taxam a entrada.

A taxa é fixada num valor quase simbólico (claro!), mas ajudará à manutenção do espaço.

O local aparece de “cara lavada” na pomposa inauguração, as empresas do ramo mostram-se satisfeitas com as melhores condições oferecidas e os turistas elogiam a beleza do local e o bem cuidar dos açorianos e açorianas.

Nesta equação, Sras. e Sr. Deputados, ficam de fora as mais importantes variáveis, ou seja, os cidadãos e as cidadãs, todos nós a quem pertence o espaço público.

São necessárias razões muito fortes, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, para ser limitado e taxado o acesso de um cidadão, ou de uma cidadã, ao espaço que é seu por definição.

O que vemos é que a intenção de vedar e de taxar é apenas a de angariar receitas e não a de disponibilizar um serviço, porque esse serviço a natureza já o disponibilizou de forma gratuita e graciosa.

Todos somos taxados para utilizar algo que é nosso e cuja manutenção, melhoramento e requalificação já pagámos anteriormente com os nossos impostos.

Portanto, a moda do vedar e do taxar veio para ficar e, se o permitirmos, chegará o dia em que pagaremos para dar um passeio à volta da Lagoa da Sete Cidades, para fazer um *downhill* num trilho, ou para dar um mergulho na Praia da Melícias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está certo, *downhill*?

A Oradora: *Downhill*, está certíssimo, Sr. Deputado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Diga à Sra. Deputada Benilde!

A Oradora: Mas eu depois dou-lhe algumas lições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Perguntei foi à Sra. Deputada Benilde. Ela é que sabe!

Deputada Benilde Oliveira (PS): *What's the problem?*

A Oradora: Dizer também que estes peticionários/as, independentemente de estarem disponíveis para aceitar, ou pelo menos para compreenderem as taxas no que diz respeito aos serviços disponibilizados nomeadamente o cozido nas Furnas, o estacionamento dos carros, etc., há uma taxa que eles não aceitam e o

Bloco de Esquerda está absolutamente de acordo. É que para passar uma cancela tenham que pagar.

Sras. e Srs. Deputados, isso não é serviço nenhum. Isso não é taxar coisa nenhuma.

Isso é um imposto, disfarçado, que é posto em cima de uma pessoa e que essas pessoas sejam ainda por cima os/as açorianos/as independentemente da sua ilha de origem é algo que o Bloco de Esquerda rejeita.

Portanto, se querem que a cancela também dê algum dinheirinho façam o favor de escolher as pessoas a quem cobram esse dinheirinho, porque aquela cancela está num espaço público que antes de mais nada está ali para usufruto e lazer dos/as açorianos/as das nove ilhas desta Região.

Portanto, no que diz respeito à cancela, o Bloco de Esquerda está absolutamente de acordo com os peticionários desta petição, tal como está de acordo quando no corpo da petição estas mesmas pessoas chamam a atenção para as ilegalidades laborais, ilegalidades de natureza laboral, que estão ali a ser cometidas pela Câmara, com, digamos, a bênção do Governo Regional que até agora não se manifestou.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai causar mais uma interpelação à Mesa!

A Oradora: Estão aqui muito bem esclarecidas essas ilegalidades e fantásticamente o Sr. Secretário Regional do Ambiente, que foi ouvido em sede de Comissão, e o Sr. Presidente da Câmara da Povoação, que foi ouvido em sede de Comissão, esqueceram-se de se referir a esta circunstância que ocupa praticamente uma página da petição.

É curioso que não se refiram a, digamos, praticamente metade do corpo desta petição que tem a ver com as ilegalidades de natureza laboral cometidas naquele local.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, por estas duas razões que acabei de apontar, e por estas duas razões e só por estas duas razões, o Bloco de Esquerda concorda

perfeitamente com a chamada de atenção destes peticionários e convida, quer a Câmara, quer o Governo Regional, a reverem, não é a importância das taxas, não é o valor das taxas ou das taxinhas, é a sua justiça e em que locais e em que circunstâncias é que as vão cobrar, porque o Bloco de Esquerda não está contra a cobrança de algumas taxas, tal como aqui já foi dito por outros intervenientes. Obviamente nós subscrevemos o princípio do... Ajudem-me!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do utilizador/pagador!

A Oradora: Utilizador/pagador. Exatamente!

Mas utilizar coisa nenhuma, que é passar uma cancela e ser pagador, Sras. e Srs. Deputados, façam-me o favor de concordar que é um pouco de exagero.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não é verdade!

A Oradora: Fica o convite à câmara, fica o convite ao Governo Regional para repensarem toda esta situação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Well done!*

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): *Unbelievable!*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Sra. Secretária Regional pede a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Um protesto às declarações da Sra. Deputada de que o Governo Regional...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já cá faltava!

A Oradora: ... é conivente com situações de ilegalidades laborais que se passam na Lagoa das Furnas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E é verdade!

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária, para um protesto.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamos lá a isso!

A Oradora: Eu não entendo por que é que vos gera tanto incómodo. Eu devo dizer que protestarei sempre que entender que está em causa a honra do Governo Regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E vai protestar mais!

A Oradora: E sempre que eu entender que é feita uma afirmação que imputa ao Governo Regional factos e atitudes que não correspondem à verdade, eu estarei aqui a usar de um direito que me assiste em defesa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas os funcionários não são camarários!

A Oradora:... do bom nome de todos os Membros do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A gestão não é da Câmara?

A Oradora: E para dizer que aquilo que a Sra. Deputada referiu foi a convivência...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A gestão não é da Câmara?

A Oradora:... do Governo Regional.

Eu devo dizer que o Governo Regional tem mantido ao longo dos anos, como não poderia deixar de ser, uma ação inspetiva muito firme relativamente às questões...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isto o que é?

A Oradora: ... laborais.

E todas aquelas situações de que temos conhecimento oficial, ou oficiosamente, são objeto da devida ação da Inspeção Regional do Trabalho.

Não poderia por isso deixar passar em claro essa afirmação da Sra. Deputada que atribui ao Governo uma postura e uma atitude que não corresponde minimamente àquela que é a posição firme que assumimos relativamente às violações da lei do trabalho.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para um contraprotesto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária Regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo não é que gere este espaço!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): *Very best!*

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

A Oradora: A Sra. Secretária Regional protesta e protesta muito bem e eu contraprotesto, obviamente, e contraprotesto da seguinte maneira:...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Eu tenha na minha mão o relatório da Comissão Permanente de Economia, onde em nenhum momento é ventilado, ou é inquirido, ou é sequer afluído, as afirmações que constam numa página da petição e que dizem o seguinte (e eu vou ler algumas delas, porque não tenho tempo para mais):

“Considerando a prática ilegal de segurança privada promovida pela Câmara Municipal da Povoação naquele local;...

Deputado André Bradford (PS): Mas o que é que isso prova?

A Oradora: Considerando que estão a ser utilizados pelo município, e na exploração comercial daquele espaço, efetivos dos Programas Ocupacionais afetos a projetos localizados noutras zonas e instituições do concelho que nada têm a ver com aquele local e respetiva exploração, o que os coloca numa situação precária e sem qualquer proteção, nomeadamente ao nível de seguros de acidente de trabalho;

Considerando que estes “trabalhadores” estão desprotegidos ainda quer quanto a transporte, existência de instalações como refeitório, abrigo, sala de convívio, casas de banho próprias, entre outras situações previstas na lei e que não são remunerados pelas tarefas e funções que desempenham e que as situações

descritas violam as mais básicas regras da legislação laboral em vigor”, como todos e todas sabemos e a Sra. Secretária Regional também;...

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: O meu contraprotesto quer dizer uma coisa, Sra. Secretária:

A Sra. Secretária protestou muito bem, mas protestou tarde, porque deveria ter protestado, como Secretária Regional, do Governo Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado! E calou-se!

A Oradora: ... quando soube destas situações, na sua inspeção generalizada, e não tomou nenhuma posição pública, tanto quando o Bloco de Esquerda tenha conhecimento.

Portanto, é bem-vinda ao protesto, Sra. Secretária, ainda que tardio.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já fez o despacho, Sra. Secretária?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu não participo no relatório!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas tem que fazer o despacho para a inspeção ir lá!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A ação inspetiva também deve lá ir!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM é um partido amante da liberdade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): *Lover!... Não é amante, é lover!*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Freedom for all!*

O Orador: Estamos contra todas as restrições de usufruto daquelas que são as belezas naturais dos Açores por parte dos açorianos.

Consideramos que o usufruto, o livre usufruto dessas belezas, é um direito inalienável do nosso povo.

Portanto, este conjunto de restrições, como a Sra. Deputada Zuraida Soares disse e muito bem, alarga-se cada vez mais e dentro de pouco tempo será possível verificar um conjunto de restrições também, por exemplo, no acesso aos nossos parques, no acesso às nossas praias, no acesso às nossas lagoas, no acesso àquele que é um conjunto de belezas naturais de usufruto livre por parte da população dos Açores.

Consideramos que a pouco e pouco estão a reinstalar-se estas restrições, estas portagens, estas taxas, que considerámos que tinham ficado para trás, que tinham sido desmanteladas na Idade Média.

Eu costumava ensinar isso nas nossas escolas no âmbito do Programa de História. O que transmitia aos alunos açorianos era que a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna se processou através do desmantelamento destas tarifas, destas portagens que eram colocadas, e que o desenvolvimento da Europa e das sociedades modernas se conseguiu à custa do desmantelamento deste tipo de restrições e do acesso livre de todos àquilo que é de todos.

Por isso estamos contra pagar um único cêntimo que seja para usufruir daquilo que é de todos.

Meus senhores, 3 euros se calhar para muitos de nós que aqui estamos, ou para todos, não é muito significativo, mas para muita gente 3 euros é muito significativo.

Eu considero que deve ser um direito que não deve ser limitado em nenhuma circunstância e por isso neste caso, como em todos os outros que já existem e outros que venham a existir, e estou absolutamente convencido que esta é uma tendência que se irá multiplicar nos Açores, estamos contra, porque – e termino como comecei a minha intervenção – estamos sempre, sempre a favor da liberdade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Quero começar por saudar os 1.234 peticionários que com esta petição estão a exercer um direito cívico e político e que trazem ao Parlamento uma questão que sendo localizada não deixa de trazer associado outro tipo de preocupações.

A petição e estes mais de 1.000 cidadãos mobilizaram-se à volta da criação de uma portagem, de um imposto, de acesso à Lagoa das Furnas e também do pagamento de alguns serviços que ali são prestados.

Quanto à questão do acesso e do livre acesso, julgo que estaremos todos de acordo, ou pelo menos grande parte de nós, que aquela medida constitui uma violação grosseira e abusiva da lei por parte da Câmara Municipal da Povoação e que importa que seja reposta a legalidade, designadamente permitindo o livre acesso e a fruição daquele espaço a todos os visitantes, açorianos ou não, mas o livre acesso.

Relativamente à questão do acesso, seja ao vale das Furnas, seja ao Pico, seja a outra das nossas belezas naturais, e que nós acabámos por incluir naquilo que é a promoção do destino Açores, julgo que é importante que se estabeleçam regras de utilização.

Essa é uma questão bem diferente do que impor uma portagem ao acesso, ou um imposto ao acesso a determinada zona.

Regras, sim, até porque a pressão ambiental sobre algumas zonas das nossas ilhas, como se verificou no passado verão, designadamente na Ilha de São Miguel, começa a levantar algumas preocupações.

Portanto, é bom que se vá pensando em estabelecer um conjunto de regras de utilização e de acesso.

Agora, portagens? Impostos para usufruir de uma coisa que é de todos? Parece-me que esse não pode ser efetivamente o caminho.

Portanto, há necessidade de que o Governo e a Câmara Municipal da Povoação possam rever esta questão.

E agora, Sra. Secretária Regional Adjunta, pode ir preparando-se para fazer um novo protesto, porque efetivamente há aqui uma questão que, tendo passado em claro na Comissão de Economia, não é de somenos importância. Infelizmente não se verifica apenas nesta situação que é aqui descrita pelos peticionários, que é a utilização de cidadãos que estão integrados em Programas Ocupacionais em serviços, em trabalho que corresponde efetivamente a trabalho permanente. É uma necessidade de trabalho permanente.

Isso acontece nesta situação que nos é descrita pelos peticionários, mas infelizmente acontece de uma forma generalizada por toda a Região, nos departamentos do Governo Regional...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a sua opinião!

O Orador: É a minha opinião e corresponde à realidade.

V. Exas. têm mais de 5.000 cidadãos...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não tem argumento nenhum para dizer isso!

O Orador: ... em Programas Ocupacionais que têm como objetivo a formação desses cidadãos para que possam vir a integrar-se no mercado formal de trabalho, e V. Exas. utilizam-nos como trabalhadores sem que eles tenham um vínculo laboral.

Isso é uma característica que está a marcar a utilização dos beneficiários dos Programas Ocupacionais e que tem que acabar de uma vez por todas, porque não é aceitável que haja mais de 5.000 pessoas nos Programas Ocupacionais, a ocupar postos de trabalho permanentes, e que não se abram vagas para a

integração desses cidadãos em trabalho, com o estatuto de trabalhador, com a devida proteção, o devido contrato, etc., etc., etc..

Portanto, isto que aqui está descrito infelizmente generaliza-se a muitas outras situações e há que pôr fim a elas.

Não se trata de fiscalizar.

O Governo Regional, Sra. Secretária, promove (promove!...) este tipo de situação, promovendo assim a precariedade laboral na Região.

Deputado Berto Messias (PS): O Governo não pode falar. Os senhores sabem isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proteste!

O Orador: Isto, Sra. Secretária Regional, é indesmentível...

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar a Sra. Secretária diretamente, neste debate.

O Orador: É para lhe dar a oportunidade de fazer um protesto.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Também não o deve fazer.

O Orador: É para dar oportunidade à Sra. Secretária Regional para fazer, justificadamente, um protesto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Justificadamente!

Presidente: Continue, Sr. Deputado.

O Orador: Julgo que já é o suficiente para que seja concedido depois um protesto à Sra. Secretária.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Justificadamente *this time!*

O Orador: Exatamente!

Para terminar, dizer que a Representação Parlamentar do PCP está de acordo com os peticionários nas preocupações que manifestam relativamente ao livre

acesso à Lagoa das Furnas, e que está de acordo com as preocupações manifestadas pelos peticionários relativamente à utilização indevida de cidadãos dos Programas Ocupacionais em trabalho efetivo ao Serviço da Câmara Municipal da Povoação.

Deputado Francisco César (PS): Mas onde é que isso está?

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Agora proteste.

Presidente: Tem agora a palavra, e para encerrar este debate, o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre ao PSD, e eu como porta-voz nesta matéria da petição, saudar todos os peticionários que exerceram o seu direito cívico de protestarem relativamente a uma situação que julgavam e julgam injusta.

O PSD afirmou em sede de Comissão de Economia que concorda e é fiel ao princípio do utilizador/pagador. Pagar, sim, mas por um serviço. Não pagar pela fruição de uma paisagem.

O que os açorianos e todos os visitantes fazem quando passam a cancela é olhar a paisagem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Be carefull!*

O Orador: Nessa circunstância não é justificável que se pague para ver a paisagem que (aqueles que acreditam) Deus nos deu, porque senão, era uma receita divina e não uma receita da Câmara Municipal da Povoação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Julgamos que é razoável que se pague para utilizar um serviço, até para poder aliviar a pressão que sobre uma determinada infraestrutura uma grande procura possa originar.

Agora pagar para passar uma cancela e olhar a paisagem,...

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e para além disso, pagar para passar a cancela e voltar a pagar para estacionar, isso são as taxas à moda do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Ó senhor, os senhores têm câmaras que usam o mesmo método!

O Orador: À moda do Partido Socialista!

Recordo aquilo que se passa com a Câmara Municipal de Lisboa. Para entrar em Lisboa, alguém que não seja de Lisboa, paga.

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Ou seja, paga para dormir em Lisboa. Essas são as taxas à moda do Partido Socialista que diz que a carga fiscal baixa, mas depois faz uma errata para dizer que a carga fiscal, afinal, é igual.

É aquele Partido Socialista que diz que vai baixar os impostos diretos, mas sobe os impostos indiretos.

Essas taxas são as taxas à moda do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Os senhores divertem-se com a situação!

Deputado José Contente (PS): Taxar os pobres é que era bom!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Mas relevante é que em sede de Comissão de Economia, o PSD tentou que fosse encontrado um entendimento, entendimento esse que seria a isenção do pagamento das respetivas taxas de entrada, não só para os furnenses, mas para todos os residentes na Região Autónoma dos Açores.

Essa situação foi aceite pelos peticionários e não foi aceite pelo Sr. Presidente de Câmara da Povoação. Sabem porquê? Porque ele respondeu assim (e está no

relatório, podem confirmar): “altere-se tudo o que se quiser, mas não se altere a receita”.

Essa é a gestão do Partido Socialista! Altere-se tudo o que se quiser, mas não mexam nos bolsos da Câmara Municipal da Povoação.

Não é uma gestão correta, não é uma gestão séria. Na prática, a Câmara Municipal da Povoação, neste caso em concreto, quer receita à custa dos açorianos e é isso que o PSD não concorda.

Deputado André Bradford (PS): E na Ribeira Grande, é correto?

O Orador: É disso que o PSD discorda, porquê? Porque por muitas vezes e por muitas ocasiões foi criticado por dizer quais eram os impostos, qual era a carga fiscal. O Partido Socialista criticava-nos.

Deputado Francisco César (PS): E bem!

O Orador: Nós afrontávamos e dávamos a cara. Os senhores fazem o contrário. Os senhores fingem que baixam os impostos e ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Na calada da noite!

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver!

O Orador: Obrigado Cláudio!

... pela calada da noite aumentam taxas e taxinhas de modo a que, segundo diz o Sr. Presidente de Câmara, não nos mexam na nossa receita.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrado este ponto. Vamos avançar com a nossa Agenda.

Entramos no ponto cinco.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Sras. e Srs. Deputados, terminámos o ponto quatro.

Vamos então avançar para o ponto cinco: **Apresentação do Relatório final do Grupo de Trabalho “Análise e Avaliação das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças”**.

Para o debate deste relatório cada bancada parlamentar e o Governo Regional dispõem de cinco minutos que podem utilizar uma única vez.

Para apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO DE

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS AÇORIANAS DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS

O presente Grupo de Trabalho que surge na sequência da aprovação por unanimidade do Projeto de Resolução n.º 17/X, “Análise e avaliação das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças”, iniciativa do PPM, foi constituído nos termos e para os efeitos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 27/2015/A, de 21 de agosto, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2016/A, de 19 de janeiro.

O Grupo de Trabalho foi constituído pelos Deputados:

Graça Silva – PS – Coordenadora

Renata Correia Botelho – PS – Relatora

Ana Espínola – CDS-PP

Aníbal Pires – PCP – participa sem direito a voto

Cecília Pavão – PS

João Bruto da Costa – PSD (substituído pelo Deputado Paulo Parece)

Judite Parreira – PSD

Nuno Meneses – PS

Paulo Estêvão – PPM

Entre o planeamento do trabalho, as audições presenciais, as visitas a instituições e a apreciação do Relatório Final, o Grupo de Trabalho reuniu de 17 de setembro de 2015 a 10 de fevereiro de 2016, nove vezes.

As decisões concernente ao desenvolvimento dos trabalhos foram sempre tomadas de forma unânime.

Ficou desde logo estabelecido o período a analisar, nomeadamente os últimos 10 anos, entre 2005 e 2014, bem como a faixa etária sobre a qual nos debruçaríamos, dos zero aos 12 anos.

Ao Governo Regional dos Açores foram solicitados os dados evolutivos das infraestruturas e dos recursos humanos nas três secretarias regionais diretamente envolvidas na temática, os dados evolutivos dos apoios sociais dirigidos à infância, das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, da Intervenção Precoce, do abandono escolar, do regime de educação especial e da promoção de hábitos de vida saudáveis em contexto escolar.

Mais tarde foram solicitados dados complementares, nomeadamente, taxas de escolarização por idade e ano letivo na rede pública e na privada, bem como o número de estabelecimentos de ensino pré-escolar também da rede pública privada.

Foram ouvidas presencialmente as seguintes entidades:

- Secretária Regional da Solidariedade Social;
- Secretário Regional da Saúde;

- Secretário Regional da Educação e Cultura;
- União Regional das Misericórdias dos Açores;
- União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores;
- Coordenadora Regional da Intervenção Precoce;
- Representante Regional na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

O Grupo de Trabalho deslocou-se às seguintes instituições:

Em São Miguel: Centro Social de Nossa Senhora do Rosário (Lagoa); Instituto de Apoio à Criança (Ponta Delgada); Obra Social Madre Maria Clara (Povoação); Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

Na Terceira: Cáritas; Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira (Praia da Vitória); Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.

No Faial: Centro Comunitário do Divino Espírito Santo (Flamengos); Casa da Infância de Santo António (Horta).

Nas Flores: estavam agendadas visitas à Casa de Povo das Lajes das Flores; Centro de Bem-Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores, no entanto, as condições climatéricas verificadas na semana prevista para essa deslocação, com sucessivos cancelamentos de voos, inviabilizaram essas visitas.

Concluído o trabalho no terreno e analisados os dados procedeu-se então à elaboração do relatório que contou com contributos muito significativos de todas as forças políticas presentes no Grupo de Trabalho.

Foi possível chegar, desta forma, às seguintes conclusões:

- Conclusões de âmbito genérico:

1) Constatação, no terreno, da transversalidade governamental de intervenção na área da Infância e Juventude, com aspetos a melhorar ao nível da articulação;

- 2) Tem-se registado uma evolução significativa, quer na quantidade, quer na diversificação das respostas regionais na área da Infância e Juventude, que se estendem por todo o arquipélago, o que demonstra o investimento regional contínuo nesta área, de que são exemplo, ao nível da Solidariedade Social, os apoios sociais prestados às famílias; ao nível da Educação, o investimento no ensino pré-escolar; e ao nível da Saúde, a existência, em cada centro de saúde, de serviços de vigilância de saúde materno-infantil;
- 3) Consciencialização crescente da importância das dinâmicas sociocomunitárias e da corresponsabilidade de toda a população em matéria de proteção das crianças;
- 4) Existem CPCJ instaladas em todos os concelhos da Região, encontrando-se assegurada a representação prevista na Lei, embora, em algumas situações e face ao volume processual, fosse desejável que os profissionais dispusessem de mais tempo para as Comissões;
- 5) O fluxo processual das CPCJ tem vindo a crescer nos Açores (como no todo nacional), um aumento que estará relacionado com uma maior consciencialização, que leva a um maior número de denúncias, bem como com uma maior fragilidade das famílias (face à atual situação socioeconómica) e com o alargamento da escolaridade obrigatória;
- 6) A comunicação social regional tem vindo a conferir maior destaque a situações de abuso sexual de menores; os relatórios anuais de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens não permitem chegar a dados por região, não sendo por isso possível concluir, também de acordo com os técnicos da área, que este aumento de notícias se relacione com um aumento efetivo do número de casos na Região;
- 7) Com a publicação do DL n.º. 159/2015, de 10 de Agosto (com acolhimento das alterações propostas pela RAA), fica consagrada a descentralização das competências da Comissão Nacional, através da criação,

por diploma dos órgãos de governo próprio, de estrutura regional dedicada à promoção dos direitos da criança com competência para planificar, acompanhar e avaliar as políticas regionais nesta matéria;

- Conclusões relativas à Secretaria Regional da Educação e Cultura:

8) Enorme cobertura do Ensino Pré-Escolar na Região, o que beneficia as dinâmicas familiares e potencia a deteção precoce de situações anómalas no desenvolvimento das crianças;

9) O número de docentes do Ensino Especial tem conhecido na Região um crescimento gradual, verificando-se, neste momento, um reforço da contratação desses docentes a par do que se regista nos docentes de Português e de Matemática;

10) Embora tenha vindo a crescer nos últimos anos, o número de professores de substituição ainda não é em número suficiente para suprir as necessidades, obrigando a que, por vezes, seja necessário recorrer aos professores de apoio para colmatar essas lacunas;

11) O número de pessoal não docente conhece também um franco crescimento nos anos analisados, embora se constate que praticamente não existe formação no âmbito da problemática em análise neste relatório;

- Conclusões relativas à confluência entre a Secretaria Regional da Educação e Secretaria Regional da Saúde

12) As equipas de saúde escolar dão resposta a todas as escolas do Sistema Educativo Regional, o que constitui uma cobertura de 100%, ou seja, todos os alunos foram abrangidos pelas atividades das equipas de saúde escolar;

13) Em contexto de saúde escolar, a obrigatoriedade de monitorização do Exame Global de Saúde (EGS) a partir do 1.º ciclo, com verificação do Plano Regional de Vacinação (PRV), permite, em teoria, a deteção de inúmeras situações que carecem de atenção particular. Na prática, subsistem casos e situações que não são devidamente detetados e sinalizados;

- Conclusões relativas à Secretaria Regional da Saúde

14) Todos os centros de saúde possuem Serviços de Vigilância e Promoção da Saúde Infantil e as crianças açorianas são acompanhadas pelos cuidados de saúde primários;

15) Embora fora do âmbito de análise temporal deste Grupo de Trabalho, a criação recente (pelo Despacho 2085/2015 de 14 de setembro) dos Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco nas USI e nos Hospitais da Região (NACJR e NHCJR) permitirá o estabelecimento (ou a reformulação) de modelos organizativos e formas mais estruturadas de ação, em cuidados de saúde, assegurando mecanismos mais qualificados e efetivos para intervir, em contexto hospitalar, com crianças e jovens em situações de risco;

16) A Intervenção Precoce encontra-se, neste momento, em reformulação na Região, por forma a garantir a sua operacionalização e “apertar” a malha de deteção de situações problemáticas e definir melhor os critérios de acompanhamento dos casos;

17) Através do cumprimento do PRV (realizado nos centros de saúde da área de residência) é possível assegurar que as crianças, mesmo seguidas no privado, fazem vigilância de saúde; as taxas de vacinação rondam os 100% na RAA;

18) A aplicação atual do Sistema de Vigilância dos Comportamentos de Risco permitirá, doravante, traçar estratégias de prevenção mais adequadas às diversas realidades da Região;

19) Foram detetadas lacunas ao nível do acompanhamento em saúde mental das crianças e jovens, para as quais concorre a carência de profissionais médicos especializados;

- Conclusões relativas à Secretaria Regional da Solidariedade Social:

20) O Complemento Regional ao Abono de Família, uma medida regional criada em 2009, não acompanhou a descida acentuada, a nível nacional, do Abono de Família, apresentando uma tendência generalizada à manutenção;

- 21) Os contratos de Cooperação com IPSS e Misericórdias para funcionamento de valências na área da infância e juventude conheceu uma evolução positiva no período estudado;
- 22) Tem-se registado, de acordo com os técnicos a trabalhar no terreno, uma diminuição dos casos de crianças acolhidas na Região;
- 23) Todos os concelhos da Região dispõem de respostas sociais no âmbito da Infância e Juventude;
- 24) De acordo com a generalidade dos técnicos a operar na área, há um hiato de intervenção, sobretudo junto de jovens com comportamentos mais problemáticos ou potencialmente desviantes (entre a saída das valências de ATL, aos 12 anos, e o ingresso nos CDIJ-Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, aos 15) – questão em que não nos deteremos, por superar a faixa etária a que este Grupo de Trabalho reporta, mas que não pode deixar de constituir uma conclusão deste trabalho.

O Grupo de Trabalho pretendeu igualmente deixar expressas as seguintes recomendações:

- Recomendações de âmbito genérico:

- 1) Melhorar, ao nível da estrutura do Governo Regional, os mecanismos de planificação, articulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de proteção das crianças na Região Autónoma dos Açores;
- 2) Incrementar os meios financeiros canalizados para a promoção das políticas públicas de proteção das crianças;
- 3) Mais formação contínua para os elementos das CPCJ da Região;
- 4) Constituição de uma equipa técnica que dê apoio a todas as CPCJ da Região, e que assuma, entre outras funções consideradas importantes, o domínio formativo;
- 5) Maior dinamização da modalidade alargada das CPCJ, de forma a potenciar a prevenção e a deteção mais precoce de todo o tipo de situações

problemáticas, como o abandono, o abuso sexual, a exposição a modelos de comportamento desviante, os maus-tratos físicos e psicológicos, a mendicidade, a negligência, entre outros;

6) Disponibilização de um maior número de horas aos profissionais afetos às CPCJ, consoante o volume processual;

- Recomendações dirigidas à Secretaria Regional da Educação e Cultura:

7) Intensificação da formação para pessoal docente e não docente da rede de ensino público da Região (para que possam funcionar, de forma mais qualificada, como “antenas” na deteção de sinais de alarme);

8) Maior investimento em projetos educativos alternativos, como uma das formas de combate ao abandono escolar, replicando projetos piloto já implementados e bem-sucedidos;

9) Facilitação do acesso a atividades lúdicas, recreativas e culturais (levadas a efeito por entidades públicas e mesmo por privadas, neste caso mediante protocolos) por parte de crianças acolhidas em Lares de Infância e Juventude;

10) Dotar as unidades orgânicas de um número suficiente de professores de substituição;

- Recomendação dirigida à Secretaria Regional da Educação e Cultura em parceria com a Secretaria Regional da Saúde:

11) Massificação dos rastreios de saúde feitos em contexto escolar desde o ensino pré-escolar (e não apenas a partir do 1.º ciclo);

- Recomendações dirigidas à Secretaria Regional da Saúde

12) Formação contínua para os elementos da Intervenção Precoce;

13) Garantir o efetivo funcionamento da Intervenção Precoce em todos os concelhos da Região;

14) Trabalho mais consistente em competências parentais, no âmbito dos cuidados de saúde primários, desde o acompanhamento pré-natal;

15) Fortalecimento, na Região, da intervenção em saúde mental na infância;

- 16) Reforço de mais um médico pedopsiquiatra para a Região;
- 17) Acesso mais fácil e mais rápido a consultas de especialidade para as crianças que estão à guarda de Lares de Acolhimento;
- 18) A recomendação do ponto anterior deverá ser estendida a todas as crianças de agregados familiares comprovadamente carenciados;
- Recomendações dirigidas à Secretaria Regional da Solidariedade Social
- 19) Intensificação da formação para os funcionários da Rede de Equipamentos Sociais, em especial para os que estão afetos aos Lares de Acolhimento de Crianças e Jovens;
- 20) O Programa VINCA deverá ser alargado, a breve trecho, às outras ilhas, com especial celeridade à Terceira e ao Faial;
- 21) Agilização e alargamento dos programas de Educação e Formação Parental;
- 22) Extensão dos protocolos para operacionalização de projetos de Animação de Rua a todas as ilhas onde a sua intervenção seja considerada justificada;
- 23) Promoção, com a periodicidade que se entenda pertinente, de encontros entre as várias instituições que integram o Sistema Regional de Acolhimento, para que partilhem dificuldades e também experiências de sucesso;
- 24) Apoio ao reforço de pessoal na linha SOS-Criança Açores;
- 25) Prossecução da aposta em respostas residenciais especializadas, sobretudo no que concerne ao acolhimento de crianças com patologia psiquiátrica (diagnosticada ou em estudo), dotando as instituições de corpos técnicos preparados para intervenções especializadas.

O presente relatório foi apreciado na reunião do Grupo de Trabalho, a 10 de fevereiro de 2016, e aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 11 de fevereiro de 2016.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(O relatório encontra-se disponível para consulta na página da ALRAA em http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI7862.pdf)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Parlamento decidiu, e decidiu muito bem, avaliar as políticas públicas regionais no âmbito da proteção das crianças.

Esta decisão ocorreu na sequência de um conjunto muito alargado de notícias, dentro da nossa Região, que testemunhavam um conjunto de abusos que estavam a ser cometidos, ou que foram cometidos, sobre as crianças: violações, abusos sexuais (vários), violências físicas cometidas, atrocidades quase inenarráveis nesta câmara.

Considerámos, o conjunto do Parlamento dos Açores, que deveríamos dar uma resposta à sociedade que representamos como eleitos e como representantes dessa sociedade.

Esta decisão, na minha perspetiva, significou o triunfo do parlamentarismo tal como nós o consideramos enquanto uma entidade democrática absolutamente essencial, porque da parte da oposição, obviamente, ao longo destes anos, registaram-se avanços muito significativos no âmbito das políticas públicas em toda a Europa em relação à proteção das crianças. Os Açores não foi exceção, também se registaram.

Reconhecer isto a oito meses das eleições não preocupou o conjunto dos partidos da oposição que fizeram e que tiveram a grandeza de reconhecer que há avanços. É evidente que há avanços nesta matéria e que existe o mérito evidente também nesses avanços.

Da parte do Partido Socialista, devo reconhecer, que em relação a este Grupo de Trabalho também existiu a grandeza de reconhecer que existe uma séria de insuficiências e por isso é que este Grupo de Trabalho apresenta, nada menos, nada mais, do que 25 recomendações que reconhecem de forma explícita que é preciso melhorar, que é preciso implementar e que é necessário reforçar estas políticas, o que também é evidente, e não sucederá só nos Açores, sucederá em todas as sociedades, porque não há nenhum Governo que faça tudo bem.

Eu penso que estas 25 recomendações que já foram lidas, mas que vou depois referenciar ao longo da intervenção, que é curta (só temos cinco minutos), algumas, são essenciais no sentido de melhorar a eficácia destas políticas que estamos a desenvolver.

Eu devo dizer, antes de ler algumas destas recomendações, o seguinte:

Esta não é uma questão que diga apenas respeito às entidades públicas, aos Governos e aos Parlamentos. Esta é uma questão que exige uma resposta do conjunto da sociedade, desde logo, a começar pelas famílias.

Esta é uma resposta em que não se pode estar à espera que o Governo resolva.

O que tem que se estar à espera é que as políticas governamentais, as políticas que são implementadas pelo Parlamento, possam dar uma segunda oportunidade às crianças que estão a ser vítimas deste tipo de violências e também, fundamentalmente, que se possam executar políticas preventivas que de alguma forma limitem a ocorrência destas violências.

Há também um outro estigma que queria começar por afastar, de que estas questões apenas acontecem com os pobres.

Estas questões têm muito a ver, em muitos aspetos, com a pobreza, é verdade, mas estas questões ocorrem em todas as classes sociais, infelizmente.

Este tipo de violências que são cometidas em relação às crianças ocorrem em todas as classes sociais. Não é algo que diga respeito única e exclusivamente às famílias mais pobres.

Há um conjunto de famílias e de casos (e nós conhecemos tantos) que ocorrem em famílias que não têm dificuldades financeiras.

Também há um conjunto de circunstâncias que ocorrem entre os que têm mais e menos habitações, ou até dentro de instituições que deviam ser absolutamente exemplares e que também sofreram um conjunto de casos.

Estou a lembrar-me, por exemplo, da igreja que também tem um conjunto de casos que têm vindo a ser conhecidos.

Presidente: Agradeço que abrevie, Sr. Deputado.

O Orador: Como?

Presidente: Agradeço que abrevie, que o seu tempo está a terminar.

O Orador: Já terminou?

Presidente: Está a terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, lamento não termos aqui muito tempo de discussão nesta temática que considero que é da maior importância.

Mas estava a circunscrever esta questão no sentido de alargar o âmbito da mesma e não deixar que este debate de alguma forma acabe por sinalizar em situações de pobreza apenas e exclusivamente.

Este é um conjunto de situações transversais a toda a sociedade.

Para terminar, Sra. Presidente, devo abreviar esta intervenção dizendo apenas, no âmbito das recomendações:

- “Melhorar, ao nível da estrutura do Governo Regional, os mecanismos de planificação, articulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de proteção das crianças na Região Autónoma dos Açores”. É algo absolutamente essencial. É tão essencial esta articulação (vejam bem) que nós não conseguimos provar se existiu ou não aumento do número de casos registados na Região Autónoma dos Açores, porque não temos estes dados.

Há diversas entidades a trabalhar nestas matérias e a verdade é que estes dados não estão articulados, não estão organizados.

Neste sentido, esta é uma das conclusões que eu considero absolutamente essencial.

Todos os partidos também decidiram (termino, Sra. Presidente) mais duas recomendações:

- “Incrementar os meios financeiros canalizados para a promoção das políticas públicas de proteção das crianças”.

Esta recomendação foi aprovada por unanimidade, o que quer dizer que todas as forças políticas se comprometeram, no âmbito das políticas públicas que vão recomendar e vão promover, aumentar os meios financeiros para combater este flagelo.

Depois, há um conjunto de temáticas, mas eu quero aqui realçar a última que tenho oportunidade de referenciar que tem a ver com a formação. A formação quer nas escolas, quer nas diversas entidades que trabalham com as crianças, é absolutamente essencial.

Outra conclusão, para terminar: é absolutamente fundamental também, que este tipo de problemas seja atacado logo o mais depressa possível e que estes casos sejam sinalizados o mais depressa possível.

Da parte da Comissão existiu também...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador. ... o reconhecimento desta situação, ou seja, que é necessário que estas políticas possam de facto ser desenvolvidas de forma o mais precoce possível.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre-me louvar o trabalho desenvolvido por este Grupo de Trabalho, que é sem dúvida uma valiosa ferramenta técnica que fica à disposição deste Parlamento, mas também do Governo Regional.

É uma análise técnica porque foi isso que competiu a este Grupo de Trabalho da comissão criada no seio da Comissão dos Assuntos Sociais. Cabe-nos agora ir para lá do plano técnico, da mera análise das respostas e dos mecanismos de deteção dos problemas e procurar as questões que estão na raiz dos riscos para as crianças. E, se o relatório aponta um conjunto de recomendações com as quais concordamos genericamente, a verdade é que este relatório não aborda as causas que estão na raiz do problema, que estão na génese do problema e que importa também aqui tratar, porque estas questões tratam sobretudo no plano político.

Os riscos para as nossas crianças estão intimamente, diríamos organicamente relacionadas, com as dificuldades das famílias. Embora não se resumindo a isso, os problemas financeiros são os mais centrais. Não podemos discutir políticas públicas de proteção às crianças sem falar do rendimento das famílias, porque o maior problema das crianças açorianas é, sem qualquer dúvida, a pobreza.

Diga-se que a pobreza é uma palavra que emprego aqui com prudência, já que, à medida que encolhe o rendimento médio nacional, também assim desce o limiar do que é considerado, estatisticamente, pobreza.

Assim, por exemplo, um cidadão que recebesse mensalmente 422 euros por mês seria considerado pobre em 2009, mas já não o seria em 2010, mesmo que o seu rendimento se mantivesse exatamente igual.

Em 2015 esse limiar é de 421 euros. Isto é, o “sortudo” cidadão que auferia 422 euros, em 2015, não seria considerado pobre. Daí que as descidas na percentagem estatística do número de indivíduos abaixo do desse limiar na nossa Região não nos sosseguem.

Mas temos de abordar a pobreza infantil e os riscos que lhes estão associados, no seu próprio contexto, que é o do rendimento das famílias. E quanto à pobreza, entendida de forma mais abrangente, importa apontar que, nos Açores, o risco de pobreza é muito mais elevado para as famílias com filhos. As crianças são por isso das camadas da população mais afetadas pela pobreza e daí advêm uma série de privações, dificuldades e riscos que não basta serem detetados e geridos *à posteriori*.

Como tem vindo a ser afirmado por vários especialistas e no decorrer das audições promovidas pelo Grupo de Trabalho, entre as crianças afetadas pela pobreza, há uma prevalência de famílias afetadas não só pelo desemprego, como também, e usando a expressão do parecer da União Regional das Misericórdias dos Açores, com “rendimentos de trabalho precário e disfuncional”.

Mas vale a pena aprofundar, pela voz de um especialista, e cito o Professor Fernando Diogo da Universidade dos Açores: “O que está em causa é que boa parte do que são os empregos dos açorianos situam-se em setores de atividade que pagam mal e que oferecem atividades com um elevado grau de precariedade no emprego e que exigem fracas qualificações escolares, fazendo com que os ordenados sejam baixos e, para muitos indivíduos, sejam, também, irregulares, gerando situações de baixos rendimentos, em especial em sectores de atividade que empregam um grande número de indivíduos nos Açores como seja a agricultura, as pescas, a construção civil e o turismo.” Citei.

A qualidade do emprego, a sua estabilidade, segurança e remuneração são fatores determinantes para o fenómeno da pobreza. Temos esta triste realidade, na nossa Região, de grande parte dos nossos trabalhadores serem efetivamente pobres.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esta questão é muito mais do que a pobreza!

O Orador: Eu sei que lhes custa a ouvir isto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não custa!

O Orador: Mas para além do desemprego, da irregularidade laboral e dos baixos salários, vale também a pena incluir neste problema os fatores que fazem com que as famílias tenham cada vez mais dificuldades em acompanhar as crianças, em estar presentes, em ter tempo para a educação dos filhos, em transmitir-lhes valores, avisos e ensinamentos indispensáveis à sua formação enquanto seres humanos e cidadãos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

E esses estão ligados ao aumento de intensidade dos ritmos de trabalho, ao trabalho que tem de se trazer para casa, roubando tempo à família; aos horários laborais desregulados, inconstantes, quando não imprevisíveis, com turnos e ritmos que não acompanham os do restante agregado familiar; à precariedade em que o trabalhador faz tudo, a qualquer hora, muito para lá do horário na esperança, tantas vezes vã, de evitar o despedimento ou conseguir a tão ambicionada renovação do contrato. Também os novos regimes laborais sem direitos, sem licenças de maternidade ou paternidade, sem direito a faltas para assistência à família ou acompanhamento dos menores em momentos ou atividades decisivas para o seu desenvolvimento. Tudo isto claramente desprotege a criança, distancia-a da família, torna-a mais vulnerável aos perigos e suscetível a comportamentos negativos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Se estamos verdadeiramente preocupados com uma questão precisamos de ir às suas raízes. Achamos importantíssima toda a rede de respostas sociais, preventivas e reativas, de apoio e proteção da infância, mas achamos que ficar por aí e não abordar as causas profundas do problema é ficar puramente pelo assistencialismo.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

E que outro nome podemos dar à atitude dos partidos que impuseram a desregulação das relações laborais, a flexibilidade laboral que continuamente favorece o trabalho precário e os regimes parciais; os partidos que foram os apóstolos da moderação salarial, da degradação das remunerações dos trabalhadores e dos seus direitos?

Como é que partidos, como o PSD e o CDS-PP, que ainda recentemente aplicaram cortes profundos nos apoios sociais, impuseram regras para excluir portugueses pobres do acesso ao subsídio de desemprego e ao rendimento social de inserção, agora vêm para aqui dizer que estão preocupados com as crianças e que são sensíveis aos seus problemas?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha decência!

O Orador: Eu sei que lhes custa muito ouvir, mas têm de ouvir.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Mas assistencialista é também a atitude do Governo Regional, ao recusar aliviar as dificuldades das famílias, mantendo a taxa mais alta do IVA no seu nível mais elevado, negando-se a baixar o custo da eletricidade, recusando a distribuição gratuita dos manuais escolares e limitando-se a acenar com os poucos euros...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Esse papel está enganado! Esse papel não era para ler!

O Orador: ... que distribui através do complemento regional ao abono de família, como se assim já estivesse a resolver os problemas da pobreza infantil na nossa Região!

Sras. e Srs. Deputados:

Ou estamos a falar das soluções para minorar os problemas reais das nossas crianças,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Devia ter dado o seu contributo!

O Orador: ... da necessária mudança de políticas,...

Presidente: Sr. Deputado, apelo à sua capacidade de síntese. Tem que terminar. Já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Vou já terminar.

... valorizando os trabalhadores, garantindo e ampliando os seus direitos, minorando as dificuldades das famílias, ou então estamos apenas a dar continuidade às políticas que as empobreceram e que as põem em risco.

O PCP está disponível para a mudança de políticas. Para a sua continuidade obviamente que não.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, devo reconhecer o mérito da iniciativa do PPM que resultou na constituição de um Grupo de Trabalho para proceder a uma análise e avaliação das políticas públicas regionais de proteção de crianças e que, em boa hora, trouxe à discussão um tema tão pertinente e importante e que resultou num trabalho que permitiu ao Governo Regional demonstrar os progressos feitos ao nível de infraestruturas, respostas sociais e recursos humanos, ao longo dos 20 anos.

Mas esta iniciativa do PPM permitiu também que se auscultassem instituições que lidam diariamente com crianças com problemáticas diversas e que fazem um trabalho excecional com os meios que têm à sua disposição.

Mas apesar do alargado número de infraestruturas criadas e do aumento de recursos humanos em diversas áreas, bem como das respostas sociais, a realidade que ainda persiste é que temos um número cada vez maior de casos de

crianças sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, o que não deixa de merecer uma preocupação acentuada e uma atenção redobrada.

Nesse sentido, importa saber se o aumento de infraestruturas e recursos humanos respondem com eficácia às necessidades, cada vez maiores, de dar respostas efetivas às crianças açorianas.

No entender do CDS-PP, ainda falta percorrer um longo caminho, como é o caso dos docentes da educação especial que não devem estar a desempenhar funções de docentes de substituição, ou como também a necessidade de haver um maior e melhor acompanhamento pelos profissionais de saúde que acompanham crianças sinalizadas no âmbito da intervenção precoce.

Igualmente parece-nos pertinente – e é também uma das conclusões deste Grupo de Trabalho – que haja uma maior articulação entre as tutelas relacionada com esta temática: Secretaria Regional Educação e Cultura, Solidariedade Social e Saúde, para promover o melhor acompanhamento às crianças que são o nosso futuro.

Apostar na prevenção, prevenir para não ter de remediar, e contribuir para uma sociedade mais atenta e mais informada, para proteger as crianças, promovendo um ambiente favorável ao desenvolvimento das suas capacidades é e será certamente mais eficaz.

Uma maior aposta na prevenção, necessidade de trabalhar as competências parentais o mais cedo possível, antes ainda de serem pais, formação dos profissionais, maior e melhor acompanhamento de situações de risco, trabalhando os problemas na base para construir uma sociedade cada vez mais atenta que promova o desenvolvimento das nossas crianças, são ações que urgem adotar a bem do futuro da sociedade açoriana.

O trabalho desenvolvido por este Grupo permitiu que se verificasse no local as dificuldades com que as instituições lidam diariamente, as falhas que existem e

as melhorias que devem ser introduzidas para que os direitos das crianças sejam salvaguardados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje, mais do que a política do betão, urge implementar políticas assertivas que garantam condições de segurança, educação e projeto social às muitas crianças e jovens sinalizadas e/ou institucionalizados na Região Autónoma dos Açores. Nem tudo é cor-de-rosa. Há muito trabalho a ser feito e esperamos sinceramente que este documento seja um alerta e não seja mais um conjunto de boas intenções que depois não faça eco junto do Governo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Está consagrado nos Direitos das Crianças, que: “Todas as crianças devem ser protegidas pela família e pela sociedade”. Efetivamente defender os Direitos das Crianças determinados em convenção pela ONU e onde é expresso claramente que todas as crianças têm direito à proteção contra o abuso, a negligência e a exploração, desenvolvendo políticas centradas no bem-estar e segurança das mesmas, deve ser uma preocupação de todo e qualquer governo.

Foi, pois, imbuído deste espírito e preocupação que o Grupo de Trabalho, que emanou da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), analisou documentos, ouviu entidades e visitou instituições, procurando compreender a situação atual das Políticas Públicas de Proteção das Crianças da nossa região.

Conforme foi possível verificar, nos Açores existem mecanismos de proteção dos direitos da criança. No entanto, é necessário aperfeiçoar as políticas públicas regionais e tomar medidas que possibilitem colmatar situações que ainda são muito preocupantes.

O relatório que agora apreciamos e que, em sede de comissão, mereceu **aprovação por unanimidade**, permite concluir que houve uma evolução positiva ao longo dos dez anos em análise, em que o número de respostas aumentou consideravelmente, no entanto, há ainda aspetos negativos que urge melhorar e dos quais são feitas várias recomendações ao Governo Regional.

É referida pelas instituições a necessidade de dotar os seus quadros técnicos com capacidade para realizar intervenções especializadas; articular as várias especialidades técnicas para uma maior eficácia das respostas; replicar e incluir nos próprios programas os Projetos Piloto a funcionar em várias instituições; e também que jovens cada vez mais novos apresentam problemas de distúrbios mentais, agressividade e comportamentos de risco, não havendo pedopsiquiatra que faça o seu acompanhamento; ou que a forma de financiamento do quadro de pessoal é preocupante em algumas instituições, necessitando de mais pessoal para assegurar os turnos e a proteção das crianças 24 horas por dia.

Porém a necessidade mais premente e mais comumente apontada prende-se com a urgência em melhorar a formação dos monitores e educadores nas Instituições de Acolhimento.

O trabalho realizado permite concluir que, muito embora a intervenção precoce exista já em todos os concelhos, não funciona de igual modo e, em alguns casos, ainda não funciona bem, sendo necessário uniformizar procedimentos para as mesmas respostas em relação às várias instituições.

Relativamente às nossas instituições, não podemos deixar de as elogiar e de referir que, apesar das dificuldades e constrangimentos apontados, têm feito um trabalho digno de respeito.

É necessário realçar aqui que, por limitações temporais, não foi possível alargar o objeto do estudo deste Grupo de Trabalho aos dezoito anos, apesar de ser esta a faixa etária mais preocupante, na opinião das várias instituições que visitámos, por ser a idade em que os jovens estão mais permeáveis e

desprotegidos, existindo um hiato sem resposta entre os 12 anos (limite dos ATL's) e os 15 anos (frequência dos CDIJ's), que exige rápida solução, pelo que essa análise deve ser urgentemente realizada e implementadas medidas de resolução.

O PSD entende que é necessário trabalhar em alternativas e aumento de recursos sociais locais que permitam a maior eficácia das medidas de promoção e proteção aplicadas a crianças em situação de risco, sobretudo a de apoio junto das famílias porque, a educação da criança, deve começar com a formação dos pais.

“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças”. Esta frase não é nossa. Foi dita por Nelson Mandela, um dia, mas estamos absolutamente de acordo com ela.

Entendemos que para isso é imprescindível...

Presidente: Agradeço que abrevie, Sra. Deputada.

A Oradora: ... que o Governo Regional centre a sua ação, cada vez mais, na prevenção em detrimento da remediação a fim de se evitar situações de violação e estigmatização das crianças e jovens dos Açores, que são o nosso futuro e o nosso ativo mais importante.

Disse.

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Embora me caiba a função de falar em nome do Partido Socialista não posso desvincular-me do honroso papel que assumi de coordenação deste Grupo de Trabalho.

Gostaria por isso de iniciar a minha intervenção por referir, à semelhança do que já foi feito em sede de Comissão, a forma harmoniosa e unânime como decorreram os trabalhos, quer nos procedimentos, quer no empenho de todos os Deputados que participaram nos trabalhos, quer no objetivo que a todos nos uniu, que era o de pensarmos em profundidade sobre as políticas públicas dirigidas à infância.

No entanto, gostaria de não deixar de referir que registamos, com pesar, a ausência do Sr. Deputado Aníbal Pires dos trabalhos do Grupo de Trabalho.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um protesto!

A Oradora: O Sr. Deputado teve todas as oportunidades para contribuir para o resultado deste trabalho,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É verdade!

A Oradora: ... a oportunidade de participar nas reuniões,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Em todas!

A Oradora: ... a oportunidade de participar nas audições, nas visitas efetuadas, bem como na elaboração do relatório que lhe foi enviado para que enviasse contributos.

Optou por não o fazer para agora vir aqui fazer o número propagandístico.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Manuel Pereira (PS): Grande tarefa!

A Oradora: É pena, Sr. Deputado, e não lhe fica bem.

Procurámos, como é referido na introdução do relatório, perceber de um modo objetivo as políticas regionais de proteção da criança, as suas virtudes e as suas

fragilidades, os caminhos já percorridos, os que se encontram em curso e aqueles que estão por trilhar,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... o que nos permitiu colher uma imagem do efeito das políticas públicas na proteção das crianças da Região.

Como ficou expresso pela leitura do relatório, ao longo dos últimos anos têm sido implementadas medidas de grande relevo e que constituem benefícios evidentes para a vida das crianças.

No entanto, há vários ajustes a fazer, há aspetos a melhorar a que o Grupo de Trabalho foi sensível e de que pretendeu dar nota.

Não quero também deixar de referir que ao longo das audições o Governo Regional, nomeadamente, os Srs. Secretários com responsabilidade na matéria, se mostrou sensível às questões que foram sendo apontadas como mais frágeis.

Podemos então dizer que o trabalho desenvolvido nos fornece um importante conjunto de dados para que os órgãos próprios da Região possam aperfeiçoar as políticas públicas de proteção da criança na Região e, por consequência, tomar as iniciativas regulamentares e legislativas que melhor se adequem ao diagnóstico apresentado pelo Grupo de Trabalho.

Assim, podemos concluir que o trabalho foi profícuo, que dará os seus frutos em benefício direto da proteção da criança e da promoção dos seus direitos e de toda a sociedade, até porque o princípio que sempre norteou este trabalho foi a assunção do investimento nas crianças enquanto, por definição e por princípio,...

Presidente: Agradeço que abrevie, Sra. Deputada.

A Oradora: ... o investimento por excelência no futuro.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um protesto!

Presidente: A quê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pela falta de rigor...

Deputado Francisco César (PS): O senhor esteve ou não esteve? Essa é que é a questão!

O Orador: ... com que a Deputada Graça Silva...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado está a justificar.

O Orador: ... se referiu à minha não participação no Grupo de Trabalho.

Presidente: Eu vou dar-lhe a palavra, Sr. Deputado. Tem três minutos.

Deputado Francisco César (PS): O senhor esteve ou não esteve? Isso é que é importante!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

De facto, a Deputada Graça Silva, e eu até percebo por que o fez e lá irei, não foi rigorosa na forma como se dirigiu ou se referiu à minha não presença...

Deputado Francisco César (PS): Mas esteve ou não esteve presente? Tem que responder!

O Orador: ... no Grupo de Trabalho.

É evidente que o Deputado do PCP, porque é só um Deputado, e não tem o dom da ubiquidade, não pôde estar no Grupo de Trabalho.

Deputado Francisco César (PS): Então depois não critique!

O Orador: Portanto, isso é que justifica a ausência do Deputado do PCP...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Está no seu direito!

O Orador: ... nas sessões de trabalho.

Mas isso, como V. Exa. muito bem sabe e pode até esclarecer a câmara, não impede que o Deputado do PCP ou qualquer outro Deputado, independentemente de ter ou não participado nos trabalhos do Grupo, teça considerações e juízo sobre o trabalho que foi realizado pelo Grupo de Trabalho.

Portanto, a Deputada Graça Silva, e porque o sabia e sabe perfeitamente que foi impossível ao Deputado do PCP participar no Grupo de Trabalho, não pode afirmar aquilo que afirmou e da forma como o fez.

O problema da Deputada Graça Silva é que as palavras que eu proferi na análise do relatório tocou-lhe no âmago, porque sendo a Deputada Graça Silva a responsável pelo Grupo de Trabalho, omitiu uma das principais causas que põe em risco as crianças na nossa Região.

Isso é inadmissível quando a Deputada Graça Silva foi dirigente sindical.

Presidente: Sr. Deputado, vamos limitar-nos à questão do protesto.

O Orador: É dirigente sindical.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: Portanto, isso é que tocou no âmago da Deputada Graça Silva...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: ... e lhe provocou aquele mal-estar.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: Portanto, não tem o direito de fazer uma coisa dessas porque sabe que o Deputado do PCP não tem o dom da ubiquidade, mas o povo dos Açores, em outubro próximo, vai corrigir isso elegendo mais deputados do PCP...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... de modo a que possam estar nos diferentes grupos de trabalho e comissões.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silva, para um contraprotesto tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, é legítimo que não tenha participado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é legitimidade! Há só um Deputado!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ouça agora, Sr. Deputado!

A Oradora: ... nos trabalhos do Grupo de Trabalho.

É legítimo, até por opção, ou por outra qualquer impossibilidade da sua parte,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver! A senhora não tem nada a ver com isso!

A Oradora: ... como é legítimo vir aqui dizer tudo o que disse.

O que não lhe fica bem, Sr. Deputado (não lhe fica bem, mesmo!), é que depois desta ausência reiterada venha declarar uma espécie de incompetência de todo o Grupo de Trabalho.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade! Eu sei o que é que lhe doeu!

Presidente: Vamos permitir que a Sra. Deputada Graça Silva possa fazer o contraprotesto.

A Oradora: Quando o senhor diz que eu, como Coordenadora do Grupo de Trabalho, omiti qualquer causa ou qualquer outra questão que não esteja plasmada no relatório, Sr. Deputado, o relatório foi aprovado por unanimidade,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... quer na generalidade, quer na especialidade.

Portanto, Sr. Deputado, o senhor está a pôr em causa o trabalho de todos os elementos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei o que é que lhe doeu, Sra. Deputada!

A Oradora: ... de todos os partidos políticos desta Assembleia, em que o senhor não participou, quer por impossibilidade, quer por opção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei o que é que lhe doeu, Sra. Deputada!

A Oradora: É um direito seu. Não pode é depois vir dizer que há omissões, quer sejam elas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei o que é que lhe doeu. Foi essa omissão!

A Oradora: Não, Sr. Deputado! O senhor não tem esse direito...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

A Oradora: ... nem lhe fica bem.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fica-lhe muito mal!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Em nome do Bloco de Esquerda obviamente que quero dizer e reconhecer que andou bem este Parlamento quando aprovou, por unanimidade, a proposta de criação deste Grupo de Trabalho por iniciativa do PPM. E a prova de que andou bem e que este Grupo de Trabalho iria tratar de uma matéria que na realidade preocupava todos/as é o facto das imensas (numerosas) conclusões e recomendações terem sido aprovadas por unanimidade, o que também é significativo e relevante.

Este relatório final do Grupo de Trabalho de análise e avaliação das políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças é de facto um relatório, e

digo apenas pela sua leitura, porque não integro a Comissão de Assuntos Sociais e, portanto, não tive a oportunidade, nem pouco, nem muito, de acompanhar os trabalhos, mas lendo não posso deixar de reconhecer e de felicitar todos e todas as colegas que se empenharam neste imenso, detalhado, diversificado e aprofundado trabalho desenvolvido por este Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Aquilo que nós temos em mão é de facto um instrumento de trabalho que pode dar para tudo e também pode dar para coisa nenhuma, depende também da vontade política do Governo Regional, obviamente, e também depende da capacidade de iniciativa deste Parlamento na sua diversidade.

Agora, que temos aqui matéria com a qual podemos e devemos trabalhar, disso não tenho a mínima dúvida.

Tal como também não tenho nenhuma dúvida (numa abordagem ainda que empírica e subjetiva assumo que está alicerçada no conhecimento que tenho da nossa Região e das suas problemáticas sociais) em acompanhar muitas das conclusões referidas neste relatório, bem como quase todas as suas recomendações.

Contudo, Sras. e Srs. Deputados, eu não posso deixar de referir o seguinte aspeto:

Faz-me alguma confusão, mas também admito que essa confusão possa resultar do facto de não ter acompanhado os trabalhos deste Grupo de Trabalho, que se possa fazer um levantamento deste teor, desta qualidade, portanto um levantamento consubstanciado, que faz uma avaliação das políticas públicas da nossa Região, quando todos/as sabemos que desde 2009 (repeto: desde 2009) não existe na nossa Região qualquer tipo de dados estatísticos, nem sobre a pobreza e menos ainda sobre a pobreza infantil.

Portanto, há uma dificuldade minha em entender os saltos, enfim, dados por inexistência de dados estatísticos. Na realidade é incompreensível e têm que ter uma causa.

É bom que tenhamos consciência que desde 2009 estamos às escuras no que se trata de trabalhar com a pobreza. Como todos nós sabemos, quer queiramos, quer não, é um flagelo da nossa Região e, como também sabemos, é sobretudo da pobreza infantil, porque é a mais profunda e é o resultado natural e óbvio, diria eu, da pobreza endémica.

Quando sabemos que não existem estes dados estatísticos desde 2009, não é o Bloco de Esquerda que o diz. Basta falar ou ouvir os investigadores da Universidade dos Açores, ler as suas queixas públicas sobre a falta de dados estatísticos, desde 2009, não só na área da pobreza, mas em várias áreas de âmbito social. E basta ler, já num recente fórum, em notícias do dia 13 deste mês, um fórum realizado pelo serviço Diocesano da Pastoral Social sobre “os desafios da prevenção da pobreza infantil”...

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: ... onde o investigador, na área das desigualdades sociais, Carlos Farinha Rodrigues, já aqui referido, diz o seguinte:

“Os dados estatísticos disponíveis nos Açores estão completamente desatualizados desde 2009.

A pouca informação que temos sobre os Açores e que está muito desatualizada aponta para que a situação nos Açores é pior do que a média nacional.

Neste mesmo período houve um agravamento dos níveis de pobreza entre as crianças e jovens açorianos, níveis que também são mais elevados nos Açores do que no resto do país.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É pena que a Sra. Secretária tenha conhecimento disso e não tenha feito nada!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Os senhores também estiveram quatro anos para o fazer e não fizeram!

A Oradora: Finalmente, perante a falta de informação atualizada sobre a pobreza na Região, este mesmo investigador afirma que “é altura de fazer um estudo a sério que permita clarificar qual é a situação da pobreza nos Açores”.

Sras. e Srs. Deputados, este instrumento de trabalho que temos em mãos é um bom ponto de partida para este estudo detalhado a que está obrigado o Serviço de Estatística da Região que desde 2009, incompreensivelmente, não o faz.

Agora também não posso deixar de terminar com uma pergunta:

Será que a dependência direta deste organismo de estatística da Região, dependência direta da Vice-Presidência, no caso concreto, cria algum tipo de dificuldade a que se vá à procura dos números e dos dados que tão necessários são para trabalhar estas áreas? Fica a pergunta no ar.

De qualquer maneira há uma boa notícia: a partir de 2018,...

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: ... por imposição da União Europeia, os países vão ser obrigados a ter dados estatísticos por Região relativamente a todas estas áreas e dentro de todos estes âmbitos.

Portanto, se o SREA continuar “no mar a serear” até 2018, pelo menos temos a esperança que nessa altura saibamos mais acerca da nossa própria região do que sabemos agora.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Por último tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sra. e Sr. Membros do Governo:

O investimento em medidas promotoras do bem-estar das crianças e jovens da Região é, na presente legislatura, um dos principais eixos estratégicos do programa deste Governo Regional. O investimento feito no desenvolvimento de

infraestruturas, na capacitação e reforço dos recursos humanos da Região, em projetos inovadores e transdisciplinares dirigidos, não apenas aos mais jovens, mas às suas famílias e cuidadores tem sido uma verdadeira prioridade.

A confirmá-lo está o progresso conseguido em todas as disciplinas de intervenção na área da Infância, desde o desenvolvimento socioeducativo, passando pela intervenção familiar, até, nos casos mais delicados, à prevenção de comportamentos de risco e/ou acolhimento.

Além da Rede Regional de Equipamentos Sociais, que engloba inúmeras e diferenciadas soluções dirigidas a este público e à conciliação da vida familiar com a vida profissional, estão as medidas de reforço do orçamento familiar como o aumento Complemento Regional ao Abono de Família ou os descontos nas mensalidades das creches, jardins-de-infância, amas e ATL.

As taxas de cobertura de praticamente todas as valências asseguradas através de protocolos com centenas de Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região, desde o jardim-de-infância, à creche, aos centros de atividades de tempos livres, entre outras, rondam ou chegam mesmo a ultrapassar os 90% em toda a Região.

A cooperação interdepartamental tem sido o mote de todas as políticas dirigidas a esta faixa etária.

As escolas contam com Equipas Multidisciplinares de Apoio Socioeducativo que se dedicam ao combate à exclusão e ao abandono escolar. Os vários departamentos do Governo mantêm-se em permanente contacto, intensificando o trabalho dos elementos da sua área de intervenção sempre que as situações o ditam.

No âmbito da Educação Especial, além da adaptação dos currículos e das estratégias de intervenção, tem sido desenvolvido um esforço significativo no fortalecimento dos corpos docente e não docente, o qual acontece, atualmente,

em situação de igualdade com a contratação de docentes de outras disciplinas como o Português e a Matemática.

Existem, além destas, Equipas de Saúde Escolar, dedicadas a trabalhar áreas como a alimentação, a saúde oral, a saúde mental, a saúde sexual, a prevenção de dependências e de contextos de violência. Está prevista a inclusão da temática do tabagismo já a partir do 5.º ano de escolaridade. As tendências observadas apontam para uma melhoria ao nível da adoção de comportamentos saudáveis e, concomitantemente, de abandono de comportamentos de risco.

Recordo que além do trabalho desenvolvido no âmbito da Saúde Escolar, estão, naturalmente, o acompanhamento regular em consultas de medicina geral e familiar e a concretização do plano de vacinação.

Todos os Centros de Saúde da Região possuem serviços de vigilância de saúde materno-infantil, há uma rede de Pediatria nos três hospitais da Região e, recentemente, foram criados os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco nos Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha com atendimento pediátrico.

Em termos de Intervenção Precoce, e além da sinalização que origina no regular seguimento médico, temos procurado desenvolver instrumentos que concorram para a concretização de uma efetiva política de prevenção, como é o caso da Ficha de Rastreio Precoce, que permite, através da sinalização prematura de potenciais desafios ao normal desenvolvimento das crianças, acionar respostas integradas e especializadas, articulando as estratégias entre as famílias e os vários serviços envolvidos.

Também na área da sinalização de potenciais situação de risco, a Região tem trabalhado no sentido de melhorar as condições de instalação e de trabalho das 19 comissões de proteção de crianças e jovens. Dedicou-se, desde o início da legislatura, a atender às principais dificuldades identificadas pelos profissionais, reforçando a formação disponível aos elementos das comissões, assim como adequando a sua representação ao volume processual de cada comissão.

Recentemente, e em função de compromissos já publicamente assumidos durante o ano de 2015, o Governo Regional anunciou a sua intenção de criar o Comissariado dos Açores para a Infância, uma estrutura regional com autonomia e competência para executar ações até agora assumidas pela Comissão Nacional, designadamente, o acompanhamento e apoio às comissões de proteção instaladas na Região, e a formação, sensibilização e informação sobre os direitos, necessidades e interesses da criança, mobilizando os diferentes agentes para uma cultura de prevenção.

Embora a maioria das crianças goze infâncias seguras e felizes, há ainda muitas vidas jovens obscurecidas pela sombra do abuso e de ameaças. Para estas crianças, que enfrentam dezenas de diferentes fatores de risco ambiental, social, biológico e psicológico,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... a Região tem procurado estabelecer um sistema sólido, não apenas ao nível do acolhimento e do acompanhamento de questões processuais, mas através de projetos que promovem a sua reintegração social e familiar e que procuram corrigir desvios comportamentais e situações de risco.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não quero com isto dizer que o nosso trabalho está, em qualquer uma destas vertentes, concluído. Pelo contrário, há ainda um longo percurso a percorrer até à concretização plena dos direitos de todas as crianças da Região. Infelizmente, o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos de direitos e da sua proteção enquanto responsabilidade da comunidade são conceitos ainda relativamente recentes e, na Região Autónoma dos Açores, assim como no resto do mundo, esta é uma tarefa que, tão depressa se cumpre, se renova também.

Não obstante, julgo que é irrefutável o reconhecimento de que o Governo dos Açores fez desta matéria uma absoluta prioridade e que o trabalho já

concretizado se traduz em resultados palpáveis, concretos e, na esmagadora maioria dos casos, de sucesso.

Só assim, num processo conjunto, em que todos têm um papel atuante e corresponsável, poderemos alcançar os resultados que ambicionamos e manter o que já atingimos.

Há uma referência que antes de terminar gostaria de deixar aqui nesta Casa. Tem a ver exatamente com os dados estatísticos sobre a pobreza, que tão úteis seriam ao Governo Regional na implementação e desenvolvimento destas políticas.

Também me felicito que o Instituto Nacional de Estatística, a partir de 2018, passará a ter disponível a estatística desagregada por NUTS II e que, portanto, permitirá às regiões dispor desta informação.

Esta é uma opção que foi feita a nível nacional e agora por obrigação imposta a sua desagregação por regiões.

Será importante naturalmente para o Governo Regional e também para a entidade que fiscaliza...

Presidente: Tem que terminar, Sra. Secretária.

A Oradora: ... a disponibilização dessa informação.

Não quero terminar a minha intervenção sem antes felicitar o Grupo de Trabalho de Análise e Avaliação das Políticas Públicas Regionais Açorianas de Proteção das Crianças, pelo que considero ser um exercício muito salutar de aprofundamento do conhecimento da realidade das Políticas Públicas Regionais Açorianas de Proteção das Crianças e do contexto do trabalho desenvolvido na área da Infância na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Terminámos assim o ponto cinco. O ponto seis da nossa Agenda é o **pedido de autorização para prestação de depoimento, como testemunha, do Deputado Lizuarte Manuel Machado.**

O relatório foi distribuído por todos. Penso que não há inscrições pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um breve intervalo. Regressamos às dez para as sete. Peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de me acompanhar à Sala da Mesa para uma breve reunião.

Eram 18 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 147/X – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP, relativamente à urgência que ela tem, o PCP justifica pelo facto de ser uma proposta que em tudo é semelhante a uma outra que foi aprovada por unanimidade, há algum tempo atrás, neste Parlamento, ainda com o anterior Governo.

Prende-se com o facto de que na Zona Económica Exclusiva dos Açores a vigilância que cabe à soberania (à Força Aérea e à Marinha), desde há muito tempo, aliás como ficou comprovado através de um processo administrativo promovido pelos pescadores e armadores dos Açores, a Região, e no fundo o país, acaba por ser penalizada pelo facto de não haver na Região os meios navais e aéreos suficientes para efetivamente fiscalizar toda esta vasta Zona Económica Exclusiva.

Entretanto houve uma mudança de Governo na República...

Deputado André Bradford (PS): Para melhor!

O Orador: ... e o PCP não quer deixar de recomendar a este novo Governo aquilo que tinha recomendado ao anterior.

Portanto, achamos oportuna a renovação desta iniciativa uma vez que o quadro político nacional se alterou.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para agora apresentar este Projeto de Resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Este é um assunto que o PCP já antes trouxe a este Parlamento. Fazemo-lo hoje uma vez mais, não por teimosia,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não precisa, faz parte do Governo da República!

O Orador: ... mas porque esta é uma das questões mais estratégicas e mais centrais para a nossa Região.

O Oceano é o grande tesouro dos Açores, um manancial de recursos e de capacidade de geração sustentável de riqueza de valor incalculável.

A diversidade e abundância dos nossos ecossistemas, a variedade dos habitats, a facilidade de acesso e proximidade a espécies raras e difíceis de observar noutras paragens, a pureza intocada de grande parte dos nossos fundos marinhos, os nossos *stocks* piscícolas, com espécies de altíssimo valor, são uma riqueza com que a natureza nos presenteou.

Mas com este tesouro, vem uma grande responsabilidade. A responsabilidade de o proteger e de o preservar. E se muito nos falta fazer para aproveitarmos eficazmente, sustentavelmente, o nosso potencial marinho, a verdade é que também não tem sido cumprida a nossa responsabilidade na sua proteção.

De dia para dia, estes tesouros que pertencem aos açorianos estão a ser roubados, estão a ser destruídos, com total impunidade dos responsáveis na maior parte dos casos conhecidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem são?

O Orador: Todos conhecemos múltiplos casos e relatos: desde os avistamentos, em flagrante delito, de atividades de caça submarina e pesca ilegal, são os restos de aparelhos de pesca e vestígios da sua ação destruidora encontrados em reservas marinhas e áreas protegidas. São, por exemplo, os meros, familiarizados com as visitas frequentes de mergulhadores de lazer, que surgem servidos no prato dos turistas, reduzindo a poucos euros o seu valor incalculável e duradouro. É o peixe que escasseia, as espécies com que os nossos pescadores contam e de que dependem, que levam súbitos sumiços. São os navios suspeitos que sabem que, para lá das 100 milhas, dificilmente serão fiscalizados e que sentem isso como uma licença para se servirem à vontade dos nossos recursos. O resultado infelizmente é conhecido: a degradação da nossa pesca e pôr em causa a sustentabilidade do nosso turismo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O problema aqui não são as leis. Se fossem, seria outra a forma da iniciativa, que não um Projeto de Resolução. Não. Leis e regulamentos existem. E mesmo não concordando com todas as opções tomadas, elogiamos o esforço legislativo da Região em termos da proteção dos recursos marinhos.

O problema aqui, Sras. e Srs. Deputados, não é a Lei, é o seu cumprimento. O problema aqui é a fiscalização, essencial para que a proteção do mar e dos recursos marinhos não fique apenas como uma boa intenção publicada em Diário da República e Jornal Oficial.

O problema aqui é sobretudo o da impunidade, que convida à descontraída repetição do delito e descredibiliza os regimes e as zonas de proteção, contradizendo a nova exigência que todos, cidadãos, partidos e poderes públicos, dizem partilhar em termos da proteção ambiental.

Existem responsabilidades da Região nesta matéria e naturalmente que as deve cumprir eficazmente, nomeadamente através de uma atuação mais proactiva, presente e consequente da Inspeção Regional do Ambiente e da Inspeção

Regional das Pescas. No entanto, também não é sobre este aspeto que a nossa proposta se inclina.

A questão mais central da fiscalização marítima nos Açores coloca-se em termos dos meios e da atuação da Força Aérea, Marinha e da Polícia Marítima, que compete ao Governo da República dotar e coordenar.

A questão não é nova. Trouxemo-la aqui em 2014, com uma proposta que foi aprovada por unanimidade e que resultou na resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores 11/2014/A, de 22 de abril, numa altura em que fomos confrontados com a confirmação, pelo Supremo Tribunal Administrativo do abandono total da nossa Zona Económica Exclusiva, por parte da Marinha e Força Aérea, durante vários anos.

A situação hoje já não será porventura a mesma, mas continuam a ser grandemente insuficientes os meios e a atuação das entidades fiscalizadoras, quer em alto-mar, quer em zonas costeiras, e os prejuízos, verdadeiramente incalculáveis, acumulam-se de dia para dia.

Em relação a este aspeto específico, o que nos compete, o que está ao nosso alcance é o de exigir ao Estado, em nome do Povo Açoriano, que cumpra as suas obrigações e responsabilidades, nomeadamente através do reforço dos meios à disposição da Força Aérea e da Marinha nos Açores.

Esperamos que a unanimidade neste Parlamento em torno desta urgência continue e possa ser vertido num consenso na Assembleia da República, e no Parlamento Regional, para que o assunto possa ser finalmente resolvido e para que a soberania marítima nacional seja efetivamente exercida.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que o PCP aqui traz é uma questão com certeza pacífica neste Parlamento. Tem a ver com a falta de fiscalização e os meios navais e aéreos que são insuficientes para proteger esta zona de soberania portuguesa.

É preciso ter em conta que neste momento a Zona Económica Exclusiva e a zona que Portugal candidatou (a plataforma continental) junto da ONU, significa, ou somam, uma área de 4 milhões de quilómetros quadrados, o que significa uma área que é superior a metade do território continental dos Estados Unidos.

Portanto, trata-se de uma área de enorme extensão.

O que sucede é que no país, sendo esta uma responsabilidade do Governo da República, os meios envolvidos na fiscalização e proteção da soberania portuguesa nesta área têm sido muito, muito deficientes.

Essa questão é uma questão fundamental.

Há já algumas opiniões que começam a referenciar e que começam a lembrar claramente a questão do mapa cor-de-rosa.

Há quem já refira que estas zonas de expansão da plataforma continental apenas devem ser atribuídas a estados que tenham a capacidade efetiva de estabelecer a proteção destas zonas, nomeadamente em relação aos ecossistemas.

Estas teses são perigosas, porque isso significa que só estados com capacidade financeira para pagar uma presença naval e aérea significativa é que terão oportunidade depois de terem adjudicado áreas de reconhecimento de jurisdição territorial e marítima, como é este o caso.

Portanto, isto não é muito diferente com o que se defendeu no século XIX em relação ao mapa cor-de-rosa, ou seja, o reconhecimento apenas da ocupação efetiva e o reconhecimento destas zonas de soberania tinha a ver com a

presença, com a capacidade do Estado em poder manter-se e em poder de facto implantar-se naquela zona.

Portanto, Portugal aqui, claramente o Estado Português, é um Estado que tem uma área de jurisdição enormíssima, uma das maiores do mundo, graças à Região Autónoma dos Açores, mas que não tem colocado aqui os meios necessários.

Esta tem que ser uma prioridade concreta do Estado Português e não uma prioridade apenas dos discursos.

O que nós temos verificado da parte dos diversos Governos da República é que o mar é uma prioridade.

Quando verificamos a colocação dos recursos necessários, dos recursos navais, por exemplo, necessários, verificamos que há uma grande diferença em relação ao discurso do Estado, à prática efetiva e aos meios que aqui são alocados.

Dito isto, é evidente que concordo com esta prioridade, por parte do Partido Comunista Português.

Mas devo dizer também o seguinte:

O Partido Comunista Português, dado o contexto da política nacional que estamos a viver, em que de facto fornece e dá apoio parlamentar ao Governo da República em funções, em relação a esta matéria tem objetivamente responsabilidades e isso significa que se esta recomendação, que tem como origem o PCP, não for acatada por parte do Governo da República, é evidente que o Sr. Deputado e o seu partido também têm que tirar ilações desta matéria.

Há uma coisa, e termino Sra. Presidente esta primeira intervenção, que da parte do PPM o PCP não terá, pelo menos no âmbito do que resta desta legislatura, que é a impunidade de não ter qualquer tipo de responsabilidades políticas. Ou seja, apoia e sustenta um Governo, mas ao mesmo tempo, em relação às suas insuficiências, não assume qualquer tipo de responsabilidade.

Esta forma de estar na política protege e permite que de facto o Partido Comunista assuma responsabilidades, mas ao mesmo tempo tem responsabilidades no Governo da República.

Sr. Deputado, aquele Governo da República só foi empossado, porque o seu partido aprovou o Programa do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Aquele Governo da República só está em funções porque o Partido Comunista lhe dá apoio parlamentar. Portanto, esta questão é uma questão fundamental.

Em relação a esta iniciativa V. Exa. tem a responsabilidade de assumir a propositura, com certeza. Reconheço e votarei a favor desta iniciativa, mas V. Exa. também terá a responsabilidade política de aqui vir responder neste Parlamento se esta iniciativa não for acatada pelo Governo da República.

Pergunto-lhe: e agora, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E agora? E agora?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado, Sr. Deputado Paulo Estevão! Muito bem!

O senhor, Sr. Deputado Aníbal, alimenta o Governo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Alimento espiritual!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

É por todos reconhecido e por muitos denunciado as carências de fiscalização das nossas águas marítimas.

É por todos reconhecido que o Estado Português, que tem a maior Zona Económica da União Europeia, tem, ao longo dos anos, exercido de forma muito deficiente essa sua competência.

Neste contexto, o primeiro órgão de Autonomia da Região Autónoma dos Açores tem o dever de denunciar essas carências e exigir que o Estado crie condições para cumprir com as suas obrigações. É isso que nos permite fazer mais uma vez este Projeto de Resolução.

Para que o Estado possa cumprir com eficácia a fiscalização dos nossos mares são necessários mais meios aéreos e navais, mais meios técnicos e humanos, mas para além de mais meios é necessário, no nosso entendimento, melhorar a articulação dos meios que existem e das entidades com competência na área da fiscalização, evitando sobreposições...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e aumentando a eficácia dessa fiscalização.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso é para agora ou era para o Governo da República anterior?

O Orador: Este reforço de meios e de fiscalização e a sua melhor articulação, para além de uma questão de exigência, é uma questão de coerência, pois não podemos defender uma aposta no mar sem uma adequada fiscalização.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos, em termos regionais, em termos nacionais e em termos europeus, definir a legislação e orientações para a promoção de um desenvolvimento sustentável ao nível do meio marinho para garantir um bom ambiente marinho, para preservar os nossos recursos, ou seja, definir todos estes objetivos nobres e depois menosprezar a fiscalização de tudo isso que é absolutamente essencial para atingir tais objetivos.

É que se não formos coerentes, e diria mesmo consequentes, nesta matéria, de nada servirá o investimento que fazemos, por exemplo, na investigação dos oceanos no sentido de os melhor conhecer e preservar.

De nada servirá produzirmos legislação e promovermos a criação de zonas, de áreas marinhas protegidas, e de nada servirá também, por exemplo, reivindicarmos e defendermos o aumento da nossa plataforma continental que nos trará também maiores exigências e maiores responsabilidades em termos de fiscalização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De nada servirá todo esse esforço, porque se não fiscalizarmos devidamente as nossas águas, estaremos, para além de sermos incoerentes e inconsequentes, a desperdiçar recursos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas para que a nossa coerência seja completa teremos também de cumprir com as nossas responsabilidades e competências de fiscalização da Região nessas matérias. E aí é bom dizê-lo também que existem muitas lacunas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas a coerência e a consequência também se exigem à União Europeia. É que muitos dos desafios que se colocam neste domínio têm enquadramento europeu e, portanto, também têm de ter financiamento europeu. É por isso positivo que, no âmbito da reforma da Política Comum de Pescas, por exemplo, a preocupação com a fiscalização tenha estado presente com a definição de apoios, no âmbito do novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca, para aquisição de meios para a fiscalização das águas da nossa Zona Económica Exclusiva.

Esperemos que essa oportunidade de financiamento seja aproveitada para reforçar os meios de fiscalização das nossas águas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portanto, as omissões e as lacunas no domínio da fiscalização marítima são todos os dias denunciadas por diversos intervenientes.

Ainda recentemente os Deputados desta Casa receberam uma comunicação relativa à fiscalização nos Ilhéus das Formigas, que têm o estatuto de Área Marinha Protegida.

Infelizmente este caso não é único nos nossos mares, mas é bem eloquente quanto à necessidade de mais e melhor fiscalização.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Esta não é a primeira vez que a Assembleia aprova uma Resolução desta natureza por iniciativa do Partido Comunista Português, mas não esquecemos que a responsabilidade do Partido Comunista Português agora é outra.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Disseste e muito bem! Estás em grande forma Luís!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem dito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

A Zona Económica Exclusiva de Portugal é uma faixa marítima com 200 milhas sobre a qual o país detém direitos de exploração, conservação e administração de todos os recursos aí existentes. Inclui a faixa costeira do território continental e toda a faixa circundante das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Trata-se da Zona Económica Exclusiva mais extensa de toda a União Europeia, representando a subárea dos Açores cerca de um terço (1/3) de toda esta Zona Económica. No entanto, esta subárea dos Açores é duma enorme fragilidade, quer devido às suas profundezas abissais, quer devido à inexistência de uma plataforma continental.

A profundidade que a caracteriza limita a menos de 1% a área propícia à pesca, ou seja nas elevações submarinas, que constituem bancos onde a pesca intensiva terá como consequência a delapidação de stokes das nossas espécies, muito em particular das de maior valor comercial.

O exercício da atividade da pesca por embarcações de grande arqueação, de forma intensiva e por longos períodos de tempo, põe em risco a capacidade de renovação das espécies, e consequentemente a sua sustentabilidade.

É importante não esquecer que a frota pesqueira açoriana tem uma capacidade média de permanência contínua no mar de cerca de uma semana, enquanto que para as embarcações estrangeiras, nomeadamente as espanholas, esta é em média de 50 dias, com uma capacidade extrativa de uma tonelada de peixe por dia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Lei de Defesa Nacional, Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho, determina que:

“A República Portuguesa defende os interesses nacionais por todos os meios legítimos, dentro e fora do seu território, das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e do espaço aéreo sob sua responsabilidade”;

Neste sentido, e como já foi referido, pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2014/A, esta Assembleia já se havia pronunciado sobre a necessidade de fiscalização na Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores.

A fiscalização constitui um meio dissuasor de embarcações infratoras, quer por invasão, quer por incumprimento das regras de operação. Sendo, esta uma responsabilidade do Estado e uma exigência da Região!

No entanto, a falta de fiscalização é uma situação que se tem vindo a arrastar há demasiado tempo, tendo inclusivamente o Estado sido, em 2013, condenado judicialmente por ter reduzido ou mesmo eliminado o policiamento da subárea dos Açores da Zona Económica Exclusiva para além das 100 milhas, nos anos de 2002 a 2004.

Num cenário de extensão da plataforma continental portuguesa, Portugal passa a ser a quinta maior potência marítima mundial, com um território com cerca de quatro milhões de quilómetros quadrados de fundo do mar, o dobro da área que administra atualmente.

Tal facto é de enorme relevo, principalmente para um pequeno país na periferia da Europa e com apenas 10 milhões de habitantes. Mais, considerando o nosso território nas suas dimensões marítima e terrestre, conclui-se que 97% de Portugal será Mar e os Açores encontram-se no epicentro desse enorme território.

Este novo mapa do país constitui uma fonte riquíssima de recursos genéticos, minerais e energéticos. Só ao norte dos Açores existe uma fonte de cobalto suficiente para suprir 25 por cento das necessidades mundiais deste elemento.

E, portanto, é mais que tempo da República valorizar a importância da nossa localização geoestratégica, tanto no contexto nacional como internacional, e alocar os meios navais e aéreos necessários ao cabal cumprimento da nossa soberania.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A pretensão que se materializa com este projeto de resolução em apreciação é mais um alerta para que os nossos imensos, mas frágeis recursos, sejam protegidos.

Essa responsabilidade cabe ao Governo da República e, portanto, o Partido Comunista, que hoje aqui nos traz esta iniciativa, tem a responsabilidade de exercer toda a sua influência política em relação ao Governo que suporta para que acate estas recomendações e para que os meios práticos, para que a proteção das nossas águas, passem a ser de facto uma realidade.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Venho apenas aqui, numa breve intervenção, agradecer, quer ao Deputado do PPM, quer ao Grupo Parlamentar do PSD e também do CDS-PP, toda a atenção que me dedicaram e sobretudo, digamos, aquilo com que se estão a rever no PCP e a importância que o PCP tem, mas isso não é novo.

Deputado Luís Garcia (PSD): O documento é do Governo Central. O PS é que não deve estar muito satisfeito!

O Orador: Não é novo! Não é novo, porque o PCP ao longo da sua história colocou sempre, e no fundo é a razão da sua existência, a defesa dos interesses nacionais (e estamos também a falar de interesses nacionais!) à frente de tudo o resto.

E se o fez ao longo da sua história não vejo por que é que não o continuará a fazer, aliás, esta iniciativa da Representação Parlamentar do PCP comprova isso mesmo.

Estamos aqui a reiterar uma iniciativa que recomenda à República que reforce os meios aéreos e navais de fiscalização na Região Autónoma dos Açores.

Fizemo-la com o Governo anterior.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E agora V. Exa é uma peça da geringonça!

O Orador: Estamos a fazê-la com o Governo de iniciativa do PS...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sustentado do ponto de vista parlamentar pelo PCP!

O Orador: ... e é bom que isto fique claro:

O Partido Comunista, ao contrário de V. Exas., designadamente os Grupos Parlamentares que me antecederam, que tendo aqui votado uma recomendação em 2014, não foram capazes de junto dos vosso partidos... Vocês, sim, estavam no poder! O PCP não está no poder!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

O Orador: V. Exas. estavam no poder e nem sequer ao menos um submarino do Ministro Paulo Portas se deslocou para as águas açorianas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): O camarada Jerónimo assinou a viabilidade do Governo da República!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Marta Couto está no uso da palavra.

A Oradora: Recentrando o debate no que realmente interessa, que é o nosso mar, gostaria, em primeiro lugar, de apontar que é notória e louvável a união tendencial (ainda que tendencial!) que temos assistido, desde sempre nesta Assembleia, em torno das questões atinentes à defesa dos direitos dos Açores relativamente ao mar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sra. Deputada!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é tendencial, Sra. Deputada! É factual!

A Oradora: É tendencial. Nem sempre é assim.

Nunca será demais lembrar que não é o mar que separa estas ilhas mas é exatamente aquilo que as une e que também traz ao país a massiva dimensão territorial que é reconhecida pela existência das próprias regiões autónomas.

O mar é, indubitavelmente, o maior ativo estratégico dos Açores que clama aos mais diversos níveis por um especial empenhamento dos órgãos de Governo Regional e nacional, sendo que muitas das questões requerem uma participação conjunta e outras uma responsabilização de uma parte ou de outra.

Por diversas vezes já esta Casa se manifestou no sentido da proteção e elevação dos direitos da Região no que ao mar concerne, e sempre em boa hora o fez, nem sempre logrando vitórias, é uma realidade.

Como espelha parcialmente a iniciativa do PCP, há questões ainda a serem trabalhadas no prosseguimento da sua melhor execução, sendo que uma delas é a questão da fiscalização da Zona Económica Exclusiva no sentido da garantia do cumprimento da legalidade e do evitar da delapidação dos nossos recursos marítimos, primando pela defesa dos interesses ambientais e económicos que decorrem do nosso mar.

É bom recordar que por diversas vezes o atual Primeiro-Ministro António Costa, quando ainda nem o era, se referiu às mais-valias do nosso mar, à necessidade de salvaguardar os nossos recursos e ao potencial que este mar em si comporta, parecendo-nos que as intenções subjacentes a este novo quadro parlamentar na República, no domínio do mar, são bastante positivas.

Temos, assim, uma justificada esperança no sentido do reforço da defesa dos direitos dos Açores relativamente ao mar, da sustentabilidade dos nossos recursos e da salvaguarda da nossa Zona Económica Exclusiva.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por acaso não tem nada disso no Programa do Governo! Nem uma referência!

A Oradora: É importante, sem dúvida, garantir uma fiscalização eficiente de modo a prevenir perdas no setor pesqueiro, no setor turístico e outras com o mar conexas, sendo esta uma competência que, segundo a legislação existente, pertence em grande parte às forças da Autoridade Marítima Nacional.

Consideramos assim de pertinência que se reforce a ideia de que é necessário que a República cumpra com o legalmente determinado a nível de fiscalização urgindo que os mais diversos meios existentes a nível de fiscalização da Zona Económica Exclusiva, bem como de outras áreas oceânicas protegidas sob jurisdição nacional, sejam postos em atuação efetiva dando cumprimento ao Decreto Regulamentar que regula a articulação nos espaços marítimos sobre jurisdição nacional e soberania entre autoridades de polícia, no exercício dessa autoridade, e as demais autoridades competentes, desde já, os já referidos serviços de Autoridade Marítima Nacional à Força Aérea Portuguesa, entre outros certos que da parte do Governo Regional há igualmente um esforço muito grande...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Enorme!

A Oradora: ... para o cumprimento da fiscalização que lhe cabe fazer com os investimentos que são conhecidos a nível do Plano,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

A Oradora: ... com a aposta em novas tecnologias, com a aquisição da instalação de equipamentos de videovigilância em vários locais da Região e a utilização de veículos aéreos não tripulados.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os *drones*!

Deputado Bruno Belo (PSD): Qualquer dia têm *ovnis*!

A Oradora: Não obstante termos aprovado recentemente nesta Casa uma Resolução de teor semelhante, convimos que o reforço das posições da Região e a defesa dos direitos que nos assistem nunca serão de forma alguma

extemporâneos, pelo que considerando a relevância da temática e a importância que a mesma comporta para os Açores, da salvaguarda dos nossos recursos, ecossistemas e setores a eles conexos, o Partido Socialista dará naturalmente o seu voto favorável à presente iniciativa.

Deputados Berto Messias (PS) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP, este Projeto de Resolução, que solicita a esta Assembleia que se pronuncie sobre a fiscalização marítima na Região Autónoma dos Açores, não é a primeira vez que vem a esta Casa, em teor bastante idêntico, o que nos prova que alguma coisa está a falhar, porque de Projeto de Resolução em Projeto de Resolução, de pronúncia em pronúncia, exatamente sobre a mesma matéria, que é a falência das obrigações do Estado Português na Região Autónoma dos Açores, alguma coisa está a falhar neste aspeto.

Quando se fala em reforço de recursos humanos, técnicos, de equipamentos, fala-se na Polícia Marítima, na Força Aérea, na Marinha, obviamente, Sras. e Srs. Deputados. E fala-se, por exemplo, em a Força Aérea não ter dois helicópteros e apenas uma tripulação para se poder deslocar em missões de salvamento de transporte de acidentados e doentes.

Fala-se também em os tribunais não fecharem na nossa Região, ou as Repartições de Finanças não fecharem, os postos de CTT não fecharem,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): A Catarina Martins vai resolver isso tudo agora!

A Oradora: ... ou os estabelecimentos prisionais da nossa Região, sobretudo um, na estarem abaixo dos limiares mais elementares dos direitos humanos também.

Portanto, no fundo, o que nós estamos a falar é da relação da República com, neste caso, as Autonomias, mas neste caso concreto com a Região Autónoma dos Açores, portanto, com as suas prerrogativas autonómicas.

Sras. e Srs. Deputados, não nos vamos iludir. Independentemente dos Governos e dos sucessivos Governos que têm atravessado a República, estes problemas têm continuado.

A prova é que reiteradamente,...

Deputado Berto Messias (PS): Uns mais que outros!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora há uma diferença, Sra. Deputada. É que o seu partido tem grandes responsabilidades!

A Oradora: É evidente, Sr. Deputado. É sempre assim, uns mais do que outros, mas lamentavelmente há uns que permanecem, sendo que este (exatamente este, o da falta de fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva) é exatamente um deles.

Os Governos de diferentes cores partidárias passam e os Presidentes da República também passam, aliás, até temos o ainda atual Presidente da República que assumidamente (e o problema é dele, com toda a legitimidade) é um antinomista convicto, e também é com isto que a Autonomia dos Açores tem que lidar.

Isto para chegar a quê? Já para não falar de que há um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que comprova que na realidade há uma insuficiência da ação fiscalizadora, quer da Marinha, quer da Força Aérea Portuguesa, relativamente à nossa Zona Económica Exclusiva.

Mas agora, Sras. e Srs. Deputados, o que é o caricato da coisa?

O caricato da coisa é que, como não há meios de fiscalização, nós nem conseguimos saber se este acórdão está a ser cumprido ou não. Portanto, isto é absolutamente caricato num Estado de Direito.

Agora há uma coisa que nós sabemos: é que a olho nu vemos que não está a ser cumprido. Não vale a pena pôr binóculos, nem *drones*. Basta olhar e nós vemos que não está a ser cumprido.

Para chegar, Sras. e Srs. Deputados, aonde?

É que o problema do ponto de vista do Bloco de Esquerda da falta de recursos para a fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva, ou em todas as outras obrigações do Estado na Região Autónoma dos Açores que referi, não é só, ou não é tanto, uma questão de Governos, mas é mais uma questão de cumprimento estrito da letra e do espírito da Constituição da República Portuguesa e do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Isso, Sras. e Srs. Deputados, não depende da cor partidária. Depende da convicção democrática de quem nos governa em termos da República e também depende da convicção e da assertividade da reivindicação da Autonomia da Região Autónoma dos Açores, logo do Governo Regional e dos órgãos de Governo próprio desta Região, na reivindicação à República desse cumprimento.

Agora, sem democracia, sem cumprimento da Constituição, assumindo-se alguém como anti autonomista convicto, ou achando que o dinheiro é sempre mais preciso para outras coisas do que para aquelas que fazem falta para defender os interesses, a sobrevivência, o desenvolvimento e a riqueza da Região Autónoma os Açores, que não só da Região Autónoma dos Açores é do país no seu todo, nomeadamente o mar e a expansão da nossa Zona Económica Exclusiva futura...

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos com certeza votar favoravelmente este Projeto de Resolução do PCP, agora lamentamos dizer o seguinte:

Nós quase que juramos que daqui a algum tempo, um ano ou dois, esta situação não vai estar resolvida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah!... Mas isso também é responsabilidade sua!

A Oradora: Não, não, não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É sua!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É sim senhora! Lamento!

A Oradora: Posso continuar?

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida Soares possa concluir a sua intervenção.

A Oradora: Eu gostava de lembrar a alguns Srs. Deputados desta Casa de que o Bloco de Esquerda não está no Governo da República.

(Risos do Deputados das bancadas do CDS e do PPM)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olha que camada de ignorantes!

A Oradora: É uma coisa extraordinária.

Quem está no Governo da República é o Partido Socialista, tal como no Governo da República antes estava o PSD e o CDS. E em termos de fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva fizeram zero.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: Portanto, não vale a pena.

Há um ditado antigo que é: quem tem telhados de vidro não atira pedras ao vizinho!

Srs. Deputados, façam-me um favor: cumpram o ditado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que viabilizou o Governo da República, Sra. Deputada? Foram os senhores!

A Oradora: ... e juntem-se àqueles que continuam a defender a fiscalização da Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem é que governa na República?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Deputada Zuraida Soares (BE): É o PS! Quer um desenho? Mímica? Sinal de luzes?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem manda no PS é o Bloco de Esquerda!

Presidente: Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já tinha a sensação de que ninguém governava isto!

O Orador: É absolutamente hilariante esta posição da extrema-esquerda, aqui presente.

O Sr. Deputado Aníbal Pires e a Sra. Deputada Zuraida Soares vão explicar aos portugueses como é que o Governo da República, por pouquinho, tomou posse? Com o voto de quem é que foi viabilizado o Programa do Governo?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Na Espanha ainda não conseguiram!

O Orador: Pergunto-lhe mais, Sr. Deputado Aníbal Pires: no Programa do Governo do Partido Socialista, suportado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda,

está previsto o reforço dos meios de vigilância marítima na Região Autónoma dos Açores?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Esse, sim, estava previsto no Programa do Governo da PAF.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, o que o senhor votou, o Programa do Governo que o senhor votou, que o PCP votou...

Deputado André Bradford (PS): Isto é para a gente levar a sério ou é brincadeira?!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma brincadeira!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, diga-me lá o que é que eu disse aqui que não é factual?

Presidente: Por favor, Srs. Deputados, não entrem em diálogo!

Deputado André Bradford (PS): Os senhores estiveram quatro anos no Governo e não fizeram nada!

O Orador: Sr. Deputado, o que aconteceu quando o senhor estava ali e Sócrates na República é que as fragatas não tinham combustível para sair dos portos e os aviões para voar. O senhor já se esqueceu disso e da sua incompetência enquanto foi governante ali, que não fez rigorosamente nada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Da incompetência do José Sócrates e da incompetência dos velhos governos socialistas que não fizeram rigorosamente nada...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os senhores estiveram quatro anos no Governo!

O Orador: ... e estiveram aqui calados, caladinhos, perante o Governo da República, sem nunca fazerem uma única exigência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem era o Ministro da Defesa e do Mar?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas não houve governo depois do Sócrates?

O Orador: Vergonha na cara devia ter os senhores...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como é que se chamava aquele senhor que era Ministro do Mar?

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... e o senhor particularmente, porque foi governante nesta Casa e teve responsabilidades governativas naquele lugar onde está a Sra. Secretária atualmente, Sr. Deputado.

Portanto, decência tenha o senhor quando manda bocas a alguém.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Voltando ao assunto.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Quando...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os senhores estiveram quatro anos!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente! Como é que se chamava o Ministro da Defesa e do Mar?

Deputado Berto Messias (PS): Paulo Portas!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: O Governo da República do Partido Socialista, apoiado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, com o programa viabilizado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, nós não temos dúvidas que vão aprovar esta iniciativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os submarinos e mais nada!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Aliás, quem percebe minimamente de fiscalização, persuasão e dissuasão em território marítimo, percebe que uma das armas mais eficazes para persuadir e dissuadir é exatamente um submarino.

Deputado Berto Messias (PS): Ora aí está!

O Orador: Quem não percebe isso, não percebe rigorosamente nada!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PCP.

Risos da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Srs. Deputados... Srs. Deputados, eu agradeço que moderem o tom os vossos apartes para que seja possível o Sr. Deputado Artur Lima continuar a sua intervenção.

Deputado Berto Messias (PS): Estas clarificações são importantes!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Artur Lima pode falar à vontade! Só não fala porque não quer!

O Orador: Sra. Secretária, ainda bem que a faço pôr com uma cara bem-disposta, porque a senhora passou aí a tarde a protestar. Riu-se um bocadinho. Ainda bem, Sra. Secretária! Tira-lhe metade das rugas!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, está no âmbito da intervenção. Não deve interpelar a Sra. Secretária.

Faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Eu não estou a interpelar. Eu estou a fazer a minha intervenção se me deixarem fazer, Sra. Presidente.

Presidente: Tem feito insistentes pedidos no mesmo sentido. Sr. Deputado, faça o favor.

O Orador: Tem! À extrema-esquerda, ao PCP...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Rebobinou a cassete e bem!

O Orador: ... ao Partido Comunista Português, apoiante do Governo, que viabilizou o Governo da República, devo lembrar que o anterior Governo da República, que eu saiba, e já foi visto por todos, teve patrulhões e foram feitos nos últimos quatro anos do Governo.

Que eu saiba, já estão aí a navegar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Que eu saiba, virão para os Açores para fiscalizar a Zona Económica Exclusiva.

Que eu saiba, virão para os Açores para viabilizar a Zona Económica Exclusiva.

Que eu saiba, salvaram de alguma maneira aquilo que os senhores deixaram falido.

Portanto, quem não fez rigorosamente nada foi os ex-governos do Partido Socialista, apoiados e elogiados pelo PS-Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, devo dizer que já estava desconfiado que ninguém governava este país, porque depois de ouvir a Sra. Deputada Zuraida Soares renegar o apoio ao Governo, eu fiquei a pensar. E o Sr. Deputado Aníbal também a mesma coisa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): V. Exa. não sabe do que é está a falar. Peça um intervalinho para se ir recompor!

O Orador: Sra. Presidente, eu peço-lhe...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó Paulo Estêvão, tu admites isto?

O Orador: Sra. Presidente, a questão é esta:...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é a questão?

O Orador: O Sr. Deputado do PCP quando lhe dizem “o senhor sustentou, votou a favor do Programa do Governo, os senhores sustentam no Parlamento este Governo”, o Sr. Deputado diz “não, não! Eu não”.

A Sra. Deputada Zuraída Soares disse precisamente a mesma coisa. Terminou o seu discurso a dizer o seguinte: “daqui a dois anos estamos aqui e isto não está resolvido”.

Não tem responsabilidades, o Bloco de Esquerda também? Não suporta o Governo da República?

E o Partido Socialista?

O que dizer do Partido Socialista, cujo líder parlamentar é exatamente o anterior Presidente do Governo Regional? Também não assumem responsabilidades? É porque aqui ninguém assume responsabilidades.

Nós estamos de acordo, o PPM está de acordo com o Projeto de Resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então cale-se e vote!

O Orador: A segunda questão é exigir responsabilidades políticas em relação à sua concretização, porque senão a política é um exercício de retórica vazio. Não!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É exatamente o uso que o senhor dá à política!

O Orador: Sr. Deputado, ouça! O Sr. Deputado tem dificuldades em ouvir o contraditório.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O uso que V. Exa. dá à política é exatamente esse!

Presidente: Sr. Deputado, os apartes têm que ser num tom mais baixo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não gosto de dizer apartes que não se ouçam, Sra. Presidente.

O Orador: Sra. Presidente, eu peço-lhe condições para poder, de facto...

Presidente: Já estão reunidas, Sr. Deputado. Pode continuar.

O Orador: Sra. Presidente, a questão é que da parte do PCP é sempre a mesma coisa. Quando é confrontado com o contraditório tem muita dificuldade em aceitar as opiniões dos outros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nenhuma, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso é que eu lhe estou a dizer que o senhor, o PCP e o Bloco de Esquerda têm que assumir a responsabilidade política de darem apoio parlamentar, em Lisboa, ao Governo do Partido Socialista.

O senhor tem que aceitar que da parte das outras forças políticas, nomeadamente o PPM, lhe venha aqui exigir resultados, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não pode é vir mentir!

O Orador: Eu quero vir exigir-lhe resultados, porque os senhores, este Governo do Partido Socialista só governa porque tem o vosso apoio parlamentar. Esta questão é uma questão fundamental.

Eu gostava, Sr. Secretário... Sra. Presidente, eu vejo que está aí a perguntar em relação ao tempo, mas tem que descontar o tempo que eu fui interrompido, por três ou quatro vezes.

Presidente: Não se preocupe com o tempo. Faça o favor de continuar a sua intervenção, porque o tempo está controlado.

O Orador: Certo! Eu espero que o cronómetro tenha parado.

Eu quero perguntar ao Governo Regional... Eu sei que a iniciativa é do PCP, mas o Governo Regional participa no debate.

Participa? Quer dizer, não participou ainda, a questão é esta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Proteste, Sra. Secretária! Proteste!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O Governo vai falar. Participa quando quiser!

O Orador: Isto é do adiantado da hora.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os apartes são regimentais!

O Orador: Pelo amor de Deus.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, um pouco mais de calma. Sr. Deputado Paulo Estêvão faça o favor de continuar.

O Orador: Está a ser difícil, Sra. Presidente. De facto, é difícil! O Sr. Deputado Aníbal Pires, com os seus apartes, interrompe constantemente os colegas que estão a intervir.

Mas eu gostava de dizer, sendo a iniciativa do PCP, há uma questão que acho que é fundamental, do ponto de vista do nosso regime autonómico.

Tem a ver com o conhecimento que o Governo tem e o conhecimento atualizado em relação a estes dados.

Eu quero fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Fausto Brito e Abreu. Quero perguntar-lhe o seguinte:

Neste momento...

Deputado Francisco Coelho (PS): Cumpra o Regimento, Sr. Deputado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faça o seu lugar!

O Orador: Eh, pá!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é impossível!

O Orador: É completamente impossível!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu tenho o direito de ouvir a intervenção do Sr. Deputado e a Mesa tem que pôr ordem para que a possamos ouvir!

O Orador: Volto a colocar a questão, pela terceira vez.

Sr. Secretário Fausto Brito e Abreu, o que eu lhe quero perguntar é o seguinte:

Neste momento está em condições de nos dar, a nós, a este Parlamento, os dados dos meios navais e aéreos presentes na Zona Económica dos Açores?

Tem esses números? Tem esses dados?

O Estado comunica à Região Autónoma os meios que disponibiliza em cada momento para a Zona Económica Exclusiva dos Açores? Tem essa informação?

Esta questão é essencial. Só a partir do momento em que tivermos um conhecimento da situação presente, só daqui a um ano, como dizia a Sra. Deputada Zuraida Soares, é que podemos saber se de facto o Estado reforçou os meios de fiscalização aérea e naval.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faça um requerimentozinho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que o PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Apesar do Sr. Secretário Regional estar inscrito, mas uma vez que atingimos o nosso horário regimental, vou interromper os trabalhos. Regressamos amanhã às 10H00.

Eram 20 horas.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

Luís Carlos Correia Garcia

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco